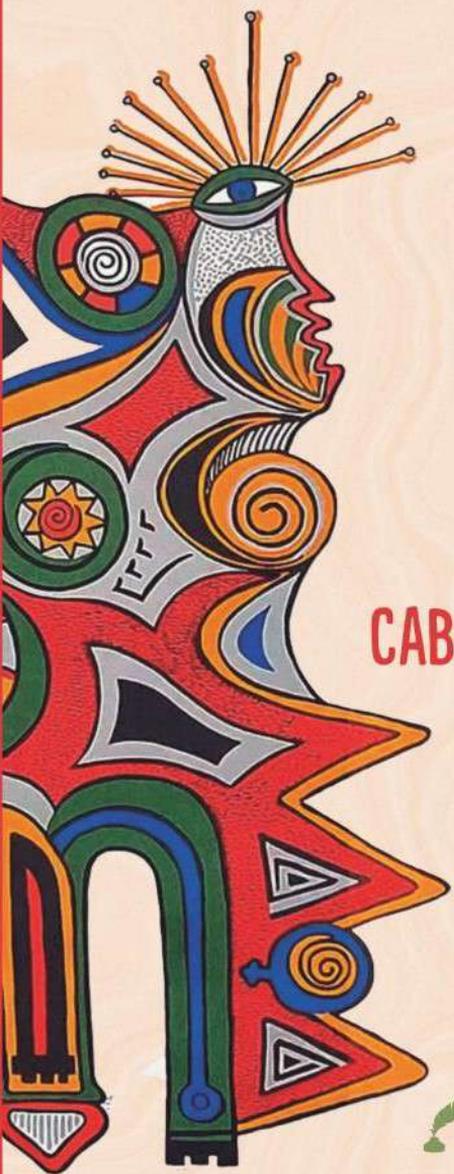


FRANCISCO TOPA

# ÁFRICA NOSSA, ÁFRICA DELES



LEITURAS DE MARROCOS,  
CABO VERDE E MOÇAMBIQUE



sombra pela cintura





**Francisco Topa**

*África nossa, Áfricas deles*

**leituras de Marrocos,  
Cabo Verde e Moçambique**



sombra pela cintura

Porto

2023

*Design* gráfico da capa: Bruno Bento

Depósito legal

ISBN  
978-989-53548-5-6

Entrei com a sombra pela cintura como algo conquistado  
Com o sangue a escorrer-me para os pés. Mas mesmo  
Que não sangrasse eu entrava em triunfo  
Inteiramente vencido.

Daniel Faria

Porto • 2023

## Índice

<i>E ainda anda tanto português</i>	5
Visões portuguesas de Marrocos: de um território <i>nosso</i> a um país para todos	9
Para quem de <i>O escravo</i> : os poemas de José Evaristo d’Almeida	25
<i>Lost in translation? O escravo e A ilha dos escravos</i>	67
Entre casados e irmãos: crimes de honra em Germano Almeida, García Márquez e Pirandello	75
Craveirinha, a messe e os operários: cinco trabalhos que não são de Hércules	95
<i>Galinha à cafreal</i> : José Craveirinha meio século depois	115
<i>O neorrealismo do pé esquerdo</i> : José Craveirinha e o desporto no Moçambique colonial	129
Honwana e Harper Lee: matar e não matar, do <i>mockingbird</i> ao cão tihoso e à cobra	143
“As mãos dos pretos”: racismo e mitos de origem	151
A guerra colonial contada às crianças: Guilherme de Melo e as irresolúveis ambiguidades	163
Proveniência dos textos	183



## *E ainda anda tanto português*

Embora diversos, os dez ensaios reunidos neste volume incidem sobre espaços, textos, autores e problemas que partilham dois traços comuns: por um lado, incidem principalmente sobre um tempo em que África estava sujeita a um regime colonial; por outro, são em geral dominados pelo confronto entre a posição do colonizador e a do colonizado. Os espaços convocados – Marrocos, Cabo Verde e Moçambique – são muito diferentes entre si, como acontece também com os textos e questões em debate.

No caso de Marrocos, trata-se de rastrear e avaliar o modo como os autores portugueses têm visto o território, desde o último quartel do século XIX até aos nossos dias.

Relativamente a Cabo Verde, são focados sobretudo dois autores, de épocas distintas: o português José Evaristo d’Almeida, autor do romance *O escravo* e de alguns poemas dispersos, e o Prémio Camões cabo-verdiano Germano Almeida. Do primeiro recolho uma série de dados e edito e analiso as composições em verso, confrontando depois a obra em prosa com o filme de Francisco Manso feito a partir dela. Do segundo, estudo, em chave comparativa, o romance *Os dois irmãos*, aproximando-o de uma novela de Gabriel García Márquez e de um conto de Luigi Pirandello.

Quanto a Moçambique, os ensaios contemplam duas figuras maiores – o poeta José Craveirinha e o contista Luís Bernardo Honwana – e ainda o luso-moçambicano Guilherme de Melo, que haveria de *renascer* em Portugal, depois da independência, sob a forma de autor de literatura homoerótica. No que respeita ao autor de “Grito Negro”, apresento um balanço (e uma espécie de plano de trabalhos) do que falta fazer ao nível da edição e estudo da sua obra; estudo uma polémica que ele travou na imprensa há mais de meio século a propósito de um tema que só hoje começa a ser discutido em Portugal: o racismo na (da?) língua; e abordo os seus escritos sobre desporto. Em relação a

Honwana, proponho uma leitura nova de dois dos seus contos mais conhecidos, convocando comparativamente textos e autores até aqui ignorados. Por fim, estudo uma estranha história infantil sobre a guerra colonial em Moçambique, baseada num episódio real. Publicada pouco antes da Revolução dos Cravos, acompanha as posições sobre o conflito que o seu autor foi expondo na imprensa moçambicana e constitui uma exceção no panorama da literatura infantil de temática colonial.

No seu conjunto, os ensaios compilados neste livro mostram como a literatura acompanhou a evolução social e política dos espaços em causa, refletindo as reivindicações e os avanços, mas também as hesitações e as ambiguidades de autores e de grupos. Também por isso, não deixa de ser surpreendente que, em 1974, ainda *anda[sse] tanto português/ a dizer talvez*, como cantava Sérgio Godinho no tema “Independência.

## **Visões portuguesas de Marrocos:**

### **de um território *nosso* a um país para todos**

Qualquer que seja a nossa conceção da literatura e independentemente do que possamos pensar da sua relação com o real, é inequívoco que ela mantém algum tipo de vínculo com a história e com a geografia. Seria, pois, de esperar que Marrocos fosse uma presença assídua na literatura portuguesa, dada a proximidade geográfica dos dois países e os laços históricos que os unem. Como é bem sabido, entre o século VIII e o século XIII árabes provenientes da outra margem do Mediterrâneo estiveram no território hoje correspondente a Portugal e aqui deixaram importantes marcas culturais que continuam a ser parte da nossa identidade. Mais tarde, entre 1415 e 1769, no quadro da expansão ultramarina portuguesa no norte de África e na África ocidental, o movimento inverteu-se, embora com características bem diferentes (situação de guerra, presença limitada a algumas praças fortes) e consequências bem menos duradouras no que diz respeito à aproximação entre os dois povos. Apesar disso e das relações comerciais que se vêm mantendo ao longo dos séculos, Marrocos não é um tema frequente na literatura portuguesa nem objeto particular da nossa literatura de viagens, que, não tendo a expressão da de outros países, vem registando nas duas últimas décadas um incremento considerável.

Esta afirmação pode ser comprovada pela consulta da antologia *Relatos portugueses de viagens (1870-1996): a imagem de Marrocos*, organizada em 1998 por Abdelmouneim Bounou. De facto, e mesmo tendo em conta que a recolha em que assenta a coletânea não é exaustiva, os textos portugueses aí incluídos são tardios e pouco numerosos, ao contrário do que acontece, por exemplo, em França ou Espanha. Embora se possa dizer que o panorama melhorou um pouco de então para cá, a verdade é que tanto o número como a

qualidade de volumes sobre Marrocos publicados em Portugal nos últimos 150 anos são pouco expressivos: se deixarmos de lado as obras de caráter declaradamente técnico e incluirmos os textos mais ou menos enquadráveis nesse gênero vasto e um tanto vago da literatura de viagens, mal se ultrapassa os dois volumes por década. Este dado reflete uma tendência mais geral, que se traduz também na pouca atenção que os meios de comunicação social portugueses dedicam a Marrocos ou no relativo silêncio que acompanhou a passagem dos 600 anos da conquista de Ceuta. Este último caso poderia, à partida, ser o resultado de uma nova leitura da história ou de uma espécie de incómodo com a situação atual do território, que não voltou à posse de Marrocos, mas a questão não parece ter sido essa.

Feito este diagnóstico, vejamos agora as grandes linhas que têm marcado a visão portuguesa de Marrocos. Como seria de esperar, domina uma visão orientalizante do espaço e dos seus povos. Ainda que Marrocos não se situe geograficamente no Oriente, a sua representação nos textos portugueses não difere muito daquela que caracteriza os relatos sobre espaços orientais em sentido mais estrito. De facto, é notória a presença do eurocentrismo, de um certo racismo e imperialismo, e de uma geral incapacidade (e mesmo de um geral desinteresse) de compreender o Outro, a sua cultura, a sua história. Em vez de a viagem ser usada como meio de questionamento e de aprendizagem, domina o apontamento rápido, jornalístico, atento sobretudo ao exótico e ao episódico, registados como falha ou como curiosidade. Não admira, portanto, a incidência no alegado atraso da sociedade ou na crítica à falta de organização e ao tratamento das mulheres, por exemplo. É que, como escreveu Said no prefácio de 2003 ao seu livro de 1978, no passado como no presente, “nós simplesmente esquecemos que noções como modernidade, esclarecimento e democracia não são de forma alguma conceitos simples, passíveis de ser ou não encontrados, como ovos de Páscoa na sala de estar” (SAID, 2013: XIV).

É possível fazer uma segunda observação de conjunto, um pouco mais precisa: há uma espécie de linha de corte, situada por volta de meados do século passado. Embora o eurocentrismo e outros traços conexos não desapareçam por completo, é visível a partir daqui uma tendência para ver Marrocos de um modo mais favorável, como um país diverso e complexo, em que tradição e modernidade se equilibram. Por outro lado, se até aí era comum enfatizar os traços portugueses que permaneceram visíveis em Marrocos e até reivindicar

eventuais direitos históricos de Portugal, nas últimas décadas o país passa a ser representado como um país soberano, de fronteiras inquestionáveis.

Vejamos então alguns dos textos correspondentes à primeira fase, cujo volume mais antigo é de 1879 e foi escrito por um quase desconhecido, Rui da Câmara. Intitulado *Viagens em Marrocos*, constitui uma tentativa de ensaio sobre o território a partir de uma experiência pessoal e de fontes diversas. Com as limitações do seu ponto de vista eurocêntrico, Rui da Câmara apresenta uma versão bastante negativa do espaço e dos seus habitantes, contemplando um vasto conjunto de cidades, como Tânger, Arzila (e Alcácer-Quibir (al Quasar al-kibr)), Larache, Tetuão, Fez, Mequinez, Rabat, Salé, Casablanca, Mazagão, Azamor, Safi, Mogador (Essaouira), Agadir, Ceuta, Melilla.<sup>1</sup> Encarando o estado presente do território como decadência de um passado glorioso, apontando o islamismo como uma das causas do atraso do território, quase confundindo em certos momentos humanos e animais, Rui da Câmara não deixa contudo de incluir alguns comentários de aprovação e de admiração sobre aspetos de Marrocos, da sua cultura e dos seus habitantes.

Visão semelhante é a do político, jornalista, escritor e administrador colonial António Enes (1848-1901). Num curto texto publicado no ano seguinte ao da sua morte, *De Mogador a Marrocos* (isto é, ‘De Essaouira a Marraquexe’), Enes insiste também no atraso do território:

Quem quizer vêr a sobrevivencia do orientalismo potente nas suas feições essenciaes precisa visitar o sul; porque n’aquelle districto que está situado entre Mogador e a cidade de Marrocos, não penetrou ainda o espirito do modernismo. O visitante sente-se transportado aos tempos dos patriarchas, e diifcilmente se convence que aquella paiz, cujas principaes características são o atrazo e a barbaria, confine com a civilização europêa. (ENES, 1902: 33)

No entanto, e ao contrário de Câmara, reconhece a beleza de uma cidade como Essaouira, que compara a “uma perola de oriente notavel encastoadada em saphira” (ENES, 1902: 34), e sublinha o encanto da paisagem natural que avista do Atlas: “Na verdade a Natureza, em parte alguma foi mais generosa nos seus dons do que n’esta resplandecente terra de belleza, plena de contrastes, de mysterios e de encantos.” (ENES, 1902: 37).

---

<sup>1</sup> Para uma ideia mais precisa sobre esta visão de Marrocos, cf. TOPA, 2019.

Alguns anos depois, já em plena guerra mundial, surge *Marrocos terra irredenta de Portugal: memorial apresentado ao governo português por um grupo de nacionaes residentes em Marrocos*. Publicado em abril de 1917, sem indicação de cidade nem de editora, o volume também não vem assinado, embora no seu final se aluda a “assignaturas de 500 portuguezes residentes em vários pontos de Marrocos” (p. 99). Trata-se, como se refere num preâmbulo intitulado *Explicando*, de um pedido de intervenção dirigido às autoridades portuguesas, sob a alegação de que os cidadãos nacionais estariam a ser maltratados: “Os muitos compatriotas que em Marrocos honestamente mourejam, são tratados, não como iguaes, por aquelles que nos usurparam os direitos, mas com vexames e opressões, n’aquella propria terra onde deviamos ser os senhores.” (ANÓNIMO, 1917: [1]). A perspectiva política face a Marrocos também fica bem clara desde o início, dado que o seu autor afirma que o *Memorial* foi “Escripto sobre terra portugueza por portuguez” (*Ibid.*). Percebe-se depois que o que está em causa é sobretudo o protetorado franco-espanhol, a que o autor se opõe de forma contundente, tanto mais que os interesses portugueses não teriam sido salvaguardados:

Portugal, o unico paiz com direitos incontestados, sob todos os pontos de vista, ao território de Marrocos, viu-se assim postergado, sem forças para se medir pelas armas com os seus expoliadores, nem apoios diplomaticos que fizessem valer os seus direitos, teve de resignar-se, n’um criminoso silencio, ao esbulho sem o mais leve protesto. (ANÓNIMO, 1917: 30)

Assim, e depois de uma abordagem do território do ponto de vista geográfico, político e histórico, ao longo da qual e de um modo um tanto contraditório vai sublinhando a simpatia que Portugal e os portugueses aí gozam, o autor anónimo conclui com a defesa de um protetorado luso:

Reserve-se a Portugal esse Marrocos occidental, como sua *zona de protectorado*, permita-se-lhe a reocupação de Tanger e da sua zona internacional, sob o mesmo respeito e acatamento da auctoridade do sultão e permita-lhe a Hespanha, por troca, a união desses territorios numa *zona* sem solução de continuidade, á qual está vinculada a grandeza e heroicidade do seu passado e acorrentada ás aspirações e á alma portugueza. (ANÓNIMO, 1917: 98)

Poucos anos depois, em 1923, Vergílio Correia (1888-1944), professor da Universidade de Coimbra nas áreas da história da arte e da arqueologia,

publica o volume *Três cidades de Marrocos: Azemor, Mazagão, Çafim*. De cariz mais técnico, o livro teve na sua base uma viagem de estudo, destinada a observar a influência mauritana na arte portuguesa do começo do século XVI. Independentemente disso, surge também uma das ideias dominantes nesta primeira fase das visões portuguesas sobre Marrocos: o património lusitano construído no território e a importância da sua conservação e do seu conhecimento. Quanto à conservação, refere o autor que as autoridades francesas estavam a cuidar bem do edificado. Há de resto uma avaliação muito positiva da administração francesa:

Uma atmosfera de paz e segurança, gerada à sombra da firmeza militar, da honestidade administrativa e da tolerância e respeito por tudo quanto sejam direitos, usos e religião dos indígenas, envolve hoje aquele vasto país, que sob a égide do nome de um grande chefe militar e político, o marechal Lyautey, se integrou definitivamente na vida moderna do mundo. (CORREIA, [1950]: 410)

Relativamente à sua divulgação, alude o investigador ao incipiente movimento de viagens escolares a Marrocos:

Que estes esforços a favor de um conhecimento e divulgação do que os portugueses construíram na costa marroquina não foram perdidos, provam-no já as duas excursões escolares realizadas após o meu regresso, uma dos alunos de um Liceu de Lisboa, e outra dos alunos da Escola de Belas Artes, que para Tanger partiram, respectivamente nos primeiros dias de Abril e Junho. (CORREIA, [1950]: 4)

Outro aspeto interessante relacionado com o trabalho de Vergílio Correia diz respeito às fotos que o investigador fez no âmbito da sua viagem. Esse material voltou a ser exibido em 2019 no Museu de Lamego, Portugal, no âmbito de uma exposição intitulada “Três Cidades de Marrocos”. Juntamente com as imagens do historiador, foram apresentadas fotografias de Manuela Matos Monteiro e João Lafuente, que revisitaram as três cidades marroquinas em causa, tornando assim visíveis as continuidades e as roturas.

O movimento das viagens escolares a Marrocos e a defesa da sua importância são confirmados num opúsculo de 1933, assinado por Alves de Moura. Intitulado *Impressões duma visita a Marrocos: os portugueses em África, a joia de Mazagão*, o texto começa por referir o apoio governamental a tais

iniciativas: “Tem o governo atendido à solicitação de alguns liceus, pondo à sua disposição, já por várias vezes, uma canhoeira que tem levado até às costas de Marrocos algumas centenas de estudantes portugueses.” (MOURA, 1933: 6). Um pouco mais à frente, vem a justificação, que naturalmente contempla os vestígios deixados por Portugal em solo marroquino:

A visita a Marrocos, pela sua proximidade do nosso país, pelas recordações históricas que lá deixaram os nossos antepassados, pela maneira carinhosa com que os nossos herdeiros naqueles domínios nos acolhem – é uma excursão que se deve realizar frequentemente. Constitui uma admirável lição de *história* (...) (MOURA, 1933: 7).

Anos antes, em 1925, Rocha Júnior apresentara ao público a crónica da excursão feita por uma missão portuguesa em 1923 ao protetorado espanhol de Marrocos. Sob o título de *Terras Mouras*, o jornalista fala sobretudo de Ceuta, de cujo *ayuntamiento* partira o convite para a viagem, motivada pelas festas da cidade. Para além da inevitável referência às marcas portuguesas na cidade, domina a visão negativa dos habitantes não europeus:

A nota estranha do conjunto era dada pelos árabes, que surgiam aqui e ali, com os seus turbantes sujos, os seus balandraus rotos, pernas nuas, sapatos de cabedal branco nos pés enormes, barbichas negras engrossando no queixo e um ar de completo alheamento de tudo quanto se passava.

Chamo aos mouros a nota estranha, porque efectivamente eles são forasteiros, quasi diria estrangeiros, na terra que os portugueses lhes conquistaram. Ceuta é uma cidade tipicamente europeia, quasi inteiramente feita pelos espanhóis. (ROCHA JÚNIOR, 1925: 10-11)

Outro livro pouco conhecido sobre o protetorado espanhol é *Terras de mistério: Marrocos*, do jornalista e polígrafo portuense Oldemiro César [de Lima] (1884?-1953). Publicado no mesmo ano de 1925, o volume tem por tema a Guerra do Rife, que se estendeu de 1920 a 1927, opondo Espanha às tribos berberes da zona montanhosa do Rife, lideradas por Abd el-Krim. A zona integrava o Protetorado Espanhol em Marrocos, instituído em 1912, na sequência de um acordo com a França, o qual suscitou desde o início a resistência das populações locais. O volume resultou da compilação de um conjunto de crónicas que César foi publicando no *Diário de Notícias* entre 12 de outubro e 18

de novembro de 1924, num período particularmente delicado para o lado espanhol.

Limitada pela restrição de movimentos e pela censura das autoridades espanholas, a reportagem apresenta uma visão parcial e algo distanciada da guerra. Assim, o volume vale sobretudo pela visão de Marrocos, das cidades e dos povos com os quais o autor se vai cruzando, ainda que esta seja muito negativa, acompanhando a opinião dominante nos relatos de viagem a Marrocos da primeira metade do século passado. Sobre Tetuão, por exemplo, escreve o autor que o “labirinto fantástico das ruelas imundas e malcheirosas” (CÉSAR, 1925: 64) lhe permite apenas regalar os olhos de exotismo. O comentário, bem-humorado, é mais explícito: “Os meus olhos apenas, que os outros quatro sentidos humanos pouco se satisfazem com esse deambular permanente pelos becos tortuosos desta enorme Alfama imunda” (CÉSAR, 1925: 86).

Poucos anos depois, em 1933, Herlander Ribeiro (1886-1967), jurista, jornalista e ficcionista que se destacou no campo da literatura de viagens, publicaria, em edição de autor, *Uma semana em Marrocos*. Embora incida sobre uma viagem ao território feita nesse ano, o livro aproveita também duas idas anteriores ao território, em 1921 e 1927. Apesar dessa experiência, a visão de Marrocos e dos seus habitantes não diverge da orientação negativa dominante na época. Há, contudo, apontamentos e reflexões com interesse, como esta observação sobre a dificuldade de captar o íntimo do árabe:

O arabe, é um problema, é uma charada a sua alma, não se abre para ninguém, nasce, luta, combate, mata e morre, ocultando sempre o seu espírito, só dele, que nunca exteriorará, a *vida intelectual*, que eu procuro, para focar em duas linhas, é um mito, não tem revelações à primeira vista. (RIBEIRO, 1933: 79)

Há também considerações inesperadas a partir de cenas com que o viajante se depara. Sirva de exemplo o cenário de um exército de pequenos engraxadores explorados em Casablanca que serve a Herlander Ribeiro para estabelecer um interessante paralelo político entre Marrocos e Portugal, nos conturbados anos que precederam a II Guerra Mundial:

Mas hoje, o respeito pelos pequenos (quer pessoas, quer nações) é nulo. É a hora da rapinagem voraz das grandes nações que, famintas de maiores serem, talham o que é dos outros com todo o impudôr: – e isto pensando, senti tambem

que a hora que passa, para os povos cansados, pequenos e sem possibilidade de defesa proficua, é negra e bem negra. O mundo que governa pela brutalidade da força, quer dividir o que é dos outros; hontem foi Marrocos, a Côte d'Azur da Africa imensa, com sacrificio dos seus naturais, amanhã será o patrimonio de velhos descobridores, de valorosos colonos, que, à fatia, no festim internacional, será dividido. (RIBEIRO, 1933: 21)

Armando de Bastos, no seu *Diário da viagem a Marrocos em Junho de 1935*, volta a enfatizar, a partir da visita a Mazagão, o sentimento patriótico resultante da contemplação da antiga glória portuguesa:

Mais uma vez nos invade o sentimento profundo e talvez indefinível do amor da Pátria. Sentado sôbre um desses canhões, olhando o mar que se estende sem limite, parece-me a todo o momento ver surgir as naus que, com a Cruz de Cristo sôbre as suas velas enfunadas, levaram a tôda a parte a gente e o nome de Portugal. E hoje que o nacionalismo, exaltado por uns, deprimido e escarnecido por outros, vai renascendo com firmeza, diante destes muros erguidos com tanto esforço e pela defesa dos quais tantas vidas se sacrificaram, num alheamento absoluto do individualismo, procurando apenas no fortalecimento da colectividade a base do bem comum, sentimos a necessidade imperiosa para o aperfeiçoamento da moral humana da Ideia da Pátria, como condição indispensável da Vida Superior que devemos ambicionar, numa visão bem longínqua e ainda bem utópica da igualdade dos homens sôbre a Terra. (BASTOS, 1935: 45-46)

Apesar disso e do eurocentrismo que domina o relato, há sinais de uma certa abertura à contemplação do outro e ao reconhecimento da diferença, não obstante a sedução do exotismo. Veja-se o que autor escreve sobre a praça que ocupa o centro antigo de Marraquexe:

A praça Djema El Fna! Se em lugar de um relato simples de notas tomadas unicamente para fixar sensações de momento, eu me tivesse disposto a escrever um livre sobre Marrocos, que páginas e páginas poderia gastar para a descrever! As horas que por lá vaguei, desde antes do romper do Sol, assistindo ao seu despertar, se é que nela a vida cessa alguma vez, até altas horas da noite! E o seu aspecto sempre diferente, como num caleidoscópio monumental, oferece continuamente à nossa observação motivos variados que a prendem de instante a instante. (BASTOS, 1935: 52)

Não obstante, a civilização marroquina é vista como desfasada no tempo e condenada a atualizar-se segundo o modelo europeu representado pela França. Veja-se a seguinte passagem, escrita a propósito de Mequinez:

Visões portuguesas de Marrocos: de um território *nosso* a um país para todos

Assim, hábil, diplomática e cientificamente se vai fazendo a penetração da cultura europeia, e transformando o cidadão marroquino em cidadão francês, de uma forma insensível, mas não menos segura e progressiva. Quando o velho de amanhã fôr a criança de hoje, que aprende o francês ao mesmo tempo que o árabe, que vai olhando o automóvel, o fonógrafo, o aeroplano, a T.S.F., o telefone, o cinema, a electricidade em tôdas as suas aplicações, como coisas banais e insignificantes, irá desaparecendo progressivamente esta civilização tão interessante, restos do passado ainda tão bem conservados, que nos dá tantas vezes a sensação de um retrocesso de centenas de anos na nossa vida actual.” (BASTOS, 1935: 87)

No mesmo ano de 1935, o jornalista, dramaturgo e romancista Urbano Rodrigues (1888-1971) deu ao prelo *Passeio a Marrocos (Notas de reportagem)*. Como é característico da época, o sentimento nacionalista aflora logo nas primeiras páginas:

Para quem possua alguns conhecimentos de História e tenha o sentido do valor da Raça, visitar Marrocos é ir a um dos nossos Lugares Santos, ir afervorar o amor pátrio e retemperar a alma, porque ali, diante de ruínas e de criações novas, pode sentir-se bem o que fomos e o que podemos ainda ser. (RODRIGUES, 1935: 9)

Esse sentimento não se traduz apenas numa visão nostálgica, mas é antes acompanhado pelo apelo a um empenho ativo na reivindicação dos direitos portugueses, como acontecia na publicação anónima de 1917 atrás referida:

Por êste rápido golpe de vista sôbre a actividade portuguesa em Marrocos se nota, não só a extensão dos nossos interesses, mas os direitos que nos assistem. Precisamos defendê-los sem hesitações, com dignidade, com aprumo, com a força que nos dão o nosso passado e o nosso presente. (RODRIGUES, 1935: 29)

Apesar disso e apesar da inevitável cedência ao exotismo, a visão de Marrocos e do seu povo é bem mais aberta, aparecendo em muitas passagens sinais do fascínio que desperta no observador:

Que sedução dominadora, perigosa e absorvente a dessas cidades de portas monumentais, de opulentas medersas, de majestosas mesquitas como Mequinez, que logo, de longe, se impõe pelas suas dezóito tórres, pelas suas intermináveis muralhas vermelhas em que Muley Ismail fez trabalhar os cativos portugueses,

talvez até o próprio Infante Santo! Quem dera perder-me, sem noção do tempo, nessas cidades de mouros amáveis e discretos que se entretêm nas praças a verem encantadores de serpentes; cidades que são o aquartelamento preferido da legião estrangeira, vistosa nos fardamentos luxuosos, espaiecendo o tédio de não correr para a morte pelas alegres *brasseries* francesas... (...) (RODRIGUES, 1935: 70)

De qualquer modo, a mudança na visão portuguesa de Marrocos só se torna efetiva em meados do século passado. O primeiro exemplo ocorre no opúsculo do escritor e historiador Laudelino de Miranda Melo intitulado *Viagem de Portugal, à Espanha e Marrocos – e volta (minhas impressões)*. Publicado em 1951, o opúsculo faz uma descrição entusiasmada de Tânger, Casablanca e Rabat e, com as limitações da linguagem da época, propõe uma outra forma de encarar os outros povos:

Porque não hão-de acabar entre os homens os preconceitos de raça? Porque hão-de certos europeus julgarem-se superiores e humilhar as gentes de côr? Porque são certas religiões intolerantes prejudicando com isso as boas relações entre a humanidade? Porque não hão-de todos dar-se as mãos, bem intencionados? (MELO, 1951: 16)

Inaugura-se assim uma segunda fase, em que Marrocos passa a ser percebido sobretudo como um país complexo e atraente, marcado por um compromisso entre tradição e modernidade, mas agora sob um prisma que tende a não inferiorizar nem o país nem os seus habitantes.

O primeiro exemplo é particularmente interessante: trata-se de um álbum fotográfico elaborado por dois renomados arquitetos, Alexandre Alves Costa (n. 1939) e Álvaro Siza (n. 1933). Resultante de uma viagem feita em 1967 por um grupo de amigos, à época jovens, o livro só seria publicado em 2011. No prefácio, assinado por Alves Costa, percebe-se que tanto o objetivo da viagem quanto o tipo de foto de paisagens e pessoas escapa ao estereótipo, estando mais vocacionada para a captação do interior do outro, ao mesmo tempo que não deixa de projetar o fotógrafo:

Sinto nas personagens fotografadas “dos dois lados” um certo distanciamento e uma curiosidade recíproca, mais nossa, talvez porque mais ingénuos. Parece-me uma tentativa de avaliação que se afasta de qualquer formalismo exótico numa quase obsessiva procura de explicações sobre o verdadeiro sentido dos

homens, das mulheres, dos meninos, das arquitecturas. Sobre o nosso também, evidentemente – contentes por nos acharmos autores do lado solar que viria dar continuidade à vida submersa na natureza morta do salazarismo. (COSTA, 2011: 7)

Mas, de acordo com o levantamento que fiz, o verdadeiro ponto de viragem ocorre no ano anterior à Revolução dos Cravos, em 1973, através de um opúsculo do almirante Mexia Salema (1901-1989) intitulado *Marrocos pitoresco*. É certo que o adjetivo “pitoresco” remete para uma visão um tanto orientalista do espaço em causa, que aliás não é totalmente desmentida pelo texto. Não obstante, Marrocos é apresentado sem o olhar preconceituoso que dominou até meados do século passado, surgindo agora como um país rico pelo seu passado e pelo seu presente, em suma, pela sua diversidade:

Sem dúvida, pois que nenhum ou raros países possuirão uma tão forte originalidade e tanta riqueza de contrastes nas paisagens, nos costumes, nos trajés. Planícies férteis e palmares, florestas e estepes, picos cobertos de neve e desertos queimados e ressequidos, ruínas romanas, fortes portugueses e mesquitas, palácios, tendas de nómadas e arranha-céus, camelos e carros de grande desporto, artesanato de profissões milenárias e grandes fábricas com cadeias de montagem.

Noras primitivas e bem apetrechadas barragens hidroeléctricas.

Fontes sagradas, onde se pode observar a mulher com o seu rosto velado por espesso véu que só lhe deixa ver os olhos negros e expressivos, esperando para encher o seu cântaro. Piscinas modernas, onde raparigas, cobertas apenas por *bikinis* transparentes e exíguos, deixam ver mais que os seus olhos negros e também expressivos, tostando ao sol a pele morena de seus corpos esbeltos. (SALEMA, 1973: 4)

Outro aspeto interessante deste trabalho tem a ver com a circunstância de ele acompanhar um filme feito pelo mesmo almirante e que foi projetado nesse ano de 1973. Ignoro o destino da película, mas é possível que ela se conserve no espólio da família ou nos arquivos militares portugueses. Embora se trate de um aspeto que ultrapassa os limites do presente trabalho, acredito que a consideração das imagens fotográficas e cinematográficas sobre Marrocos poderá enriquecer sobremaneira a reflexão sobre o modo como os portugueses têm visto o território e os seus habitantes. Note-se que dispomos, para já e pelo menos, dos conjuntos fotográficos de Vergílio Correia, Alexandre Alves Costa e Álvaro Siza e de um filme feito por Mexia Salema.

Mais recentemente Marrocos tem merecido também a atenção de jornalistas / cronistas / escritores, como Miguel Sousa Tavares, Maria João Ruela ou Fernando Venâncio. Em todos é visível um esforço para contrariar os estereótipos e o preconceito, assim como uma empatia para com os marroquinos.

O primeiro dos autores referidos dedicou a Marráquexe um dos capítulos do seu livro *Sul: viagens*, publicado em 1998. Rendido aos encantos da cidade, escreve Sousa Tavares:

Como é bom voltar a Marráquexe, a mais mágica das cidades do deserto! Devagar, deixamo-nos engolir pela cidade, caminhando lado a lado da multidão, em ruas onde se conquista, metro a metro, o espaço disputado aos peões, burros, carroças, motos, bicicletas, carros. (TAVARES, 1998: 68)

Como bom jornalista, conta também a interessante história do médico inglês John Hopkins, grande apaixonado de Marráquexe, onde morreu em 1941. Depois da sua morte, a mulher e os filhos compuseram um poema em berbere, que mandaram gravar numa tábua de madeira e penduraram na parede do seu quarto. Um amigo do autor português traduziu-o para árabe e depois para francês, passando-o Tavares para português, numa segunda homenagem à cidade:

Que pena que já não possas ver mais  
as muralhas vermelhas de Marráquexe  
e a multidão que ao teu lado caminha  
na porta de Essaouira

Que pena que já não vejas  
os jacarandás, as roseiras, as buganvílias dos jardins  
que já não oiças o som da água nas fontes  
que não escutes o silêncio dos pátios  
que não vejas as estrelas nos terraços  
Que pena que já não possas alisar com a mão  
os azulejos do Palácio Bahia

Que pena que já não vejas todas  
as coisas que amávamos  
que não caminhes, não sintas, não te percas  
em Marráquexe – a mais bela das cidades do Sul. (TAVARES, 1998: 67-8)

Orientação semelhante é a do livro da também jornalista Maria João Ruela, *Viagens contadas*, de 2011. Ultrapassando os limites urbanos, a autora descre-

ve o duro percurso pelo Atlas, procurando oferecer ao leitor uma imagem do que observa. Veja-se o que escreve sobre o Vale do Drâa:

A sul da cadeia montanhosa do Atlas, e de Marraquexe, estende-se o traço imaginário que separa o Sara do Norte do continente africano. É nessa fronteira que se trava a guerra, feita sobretudo de paciência. Um dos principais campos da batalha fica no vale do Drâa, um imenso oásis com duzentos quilómetros de comprimento, banhado pelo rio Drâa. As águas do rio dão de beber e comer a 25 mil pessoas, distribuídas por pequenas aldeias. As areias que vêm do Sul, sopradas pelos ventos do deserto, cercam homens e aldeias e ameaçam diariamente o sustento das povoações: as culturas de fruta, cereais e legumes. (RUELA, 2011: 128)

Já *Quem inventou Marrocos?*, do filólogo, crítico e romancista Fernando Venâncio, publicado em 2004, é produto de um conhecimento mais aprofundado de Marrocos, de que o autor se declara admirador e visitante assíduo. O volume em causa foi feito a partir de três diários de viagem e oferece uma verdadeira introdução, apoiada em sólida informação, ao país, aos habitantes e à sua cultura.

Nos últimos cinco anos surgiram ainda duas narrativas em que Marrocos ocupa lugar de destaque. Ambas foram publicadas por uma espécie de falsa editora, a Chiado, que pouco mais faz que imprimir os exemplares que os autores pagam. Isso ajuda a explicar a fraca qualidade literária dos textos e as imensas falhas de todo o tipo, a começar pela correção da escrita. Não é isso, contudo, que importa aqui: o interessante é Marrocos servir de pano de fundo a duas intrigas elaboradas por escritores em processo de formação, à margem do círculo literário tradicional.

O primeiro livro é uma espécie de romance policial: da autoria de Luís Soares, tem por título *Viagem a Marrocos* e foi dado ao prelo em 2015. O narcotráfico é o principal motivo do enredo, envolvendo um arquiteto e professor de arquitetura que vai para Marraquexe no âmbito de um intercâmbio universitário. Viajando num veleiro, é alvo de uma cilada montada por amigos seus, que, sem o seu conhecimento, tentavam trazer haxixe para Portugal. Marrocos e duas das suas cidades – Marraquexe e Rabat – funcionam neste romance como simples nomes: a ação decorre em Lisboa e o espaço norte-africano serve apenas de cliché para uma ficção narrativa sobre importação de haxixe. Mesmo assim, trata-se de um caso interessante, sobretudo pelo facto

de dar representação literária a um estereótipo que se vem impondo na Europa: o de Marrocos como principal produtor e exportador do haxixe consumido na Europa.

O segundo caso, de 2018, é de difícil classificação quanto ao género. Publicado sob o semipseudónimo de Miguel Velha Braga, intitula-se *O prisioneiro português em Marrocos*, sugerindo deste modo um paralelo com uma figura mitificada da história de Portugal: D. Fernando, o Cativo de Fez, também conhecido como o Infante Santo. Trata-se do filho do rei português D. João I, aprisionado na sequência de uma expedição militar portuguesa ao Norte de África em 1437. Deixado como penhor da devolução de Ceuta, acabaria por morrer em Fez, com fama de santidade, depois de Portugal não ter cumprido o acordo.

O livro de Miguel Braga é apresentado como tendo um fundo autobiográfico e como sendo o primeiro volume de uma história que terá continuação. O subtítulo *Despreso* anuncia, através de um bem conseguido jogo de palavras, o foco da narrativa: um homem de 31 anos, preso em Tânger quando tentava atravessar com 10 quilos de haxixe e que, uma vez preso, declara ir aprendendo a sentir-se em liberdade. Seria, pois, de esperar uma narrativa que, na esteira de tantos exemplos da chamada literatura da prisão e de ensaios decisivos como o de Foucault de *Suveiller et punir*, problematizasse a prisão e a punição. E a verdade é que Braga tenta seguir essa linha, mas acaba por perder-se numa torrente incontrolável de banalidades, repetidas uma e outra vez, que impedem que o livro se resolva. Num volume com estas características, aparentemente libertário, dirigido contra o sistema, talvez fosse de esperar um olhar sobre o Outro mais livre de preconceitos. Não é isso, porém, que acontece, antes pelo contrário: muitos dos preconceitos contra Marrocos e os marroquinos que detemos nos escritos portugueses mais antigos voltam agora, como se nada tivesse mudado nestes quase 150 anos.

Assim, a par das previsíveis críticas à falta de condições da penitenciária de Tânger e à corrupção que a dominaria, vem ao de cima a visão estereotipada dos marroquinos: “Era preciso ter cuidado com noventa por cento dos ‘marroquis’, pois estes não são de confiança alguma.” (BRAGA, 2018: 59). Ou ainda: “Acreditem, os ‘marroquis’ desafiam todas as leis da física e da química, a matemática, as filosofias descobertas, para eles tudo é uma questão de

improvisado, de viver o dia a dia o melhor possível e quanto menos trabalho isso der, melhor.” (BRAGA, 2018: 85).

Os raros momentos em que a visão do Outro vem acompanhada de alguma empatia não disfarçam a ingénua visão imperial e colonial do autor: “Uma escassa minoria tem uma enorme parecença a nós Portugueses, bom coração, a mesma partilha e uma boa forma de receber. Por vezes ficava a admirá-los e perguntava-me se seria sangue nosso, das alturas em que por cá andamos.” (BRAGA, 2018: 60). Na mesma linha se situa a proposta de uma [re]“conquista para bem da humanidade” (BRAGA, 2018: 378)!

Concluindo, podemos dizer que estes dois últimos exemplos mostram que a história não é sempre uma linha reta e ascendente e que as mudanças são por vezes revertidas. De qualquer modo, numa perspetiva global, é notório que houve uma mudança positiva na visão portuguesa de Marrocos presente em textos de viajantes: de um forma geral, Marrocos deixou de ser visto como um território *nosso* para passar a ser entendido como um país para todos.

## **Bibliografia**

- ANÓNIMO (2017). *Marrocos terra irredenta de Portugal: memorial apresentado ao governo português por um grupo de nacionaes residentes em Marrocos*. [S.l.]: [S.n.].
- BASTOS, Armando de (1935). *Diário da viagem a Marrocos em Junho de 1935*. [s.l.]: [s.n.].
- BOUNOU, Abdelmouneim (1998). *Relatos portuguesas de viagens (1870-1996): a imagem de Marrocos*. Fez: Universidade Sidi Mohammed Ben Abdellah.
- BRAGA, Miguel Velha (2018). *O prisioneiro português em Marrocos: Volume I: Despreso*. Lisboa: Chiado Books.
- CALIXTO Vasco (1968). *Pelas estradas de Marrocos (De Lisboa às “portas” do Sahará)*. Lisboa: Edição do autor.
- CAMARA, Ruy da (1879). *Viagens em Marrocos*. Ilustrações por M. Macedo, C. Alberto e Pastor. Porto / Braga: Livraria Internacional de Ernesto e Eugenio Chardron.
- CORREIA, Vergílio ([1950]). *Três cidades de Marrocos: Azemor, Mazagão, Çafim*. 2.<sup>a</sup> ed. Porto: Livraria Simões Lopes.
- COSTA, Alexandre Alves e SIZA, Álvaro (2011). *Marrocos, 1967*. [Porto]: Círculo de Ideias.

- MELO, Laudelino de Miranda (1951). *Viagem de Portugal, à Espanha e Marrocos – e volta (minhas impressões)*. [s.l]: [s.n.], março de.
- MOURA, Alves de (1933). *Impressões duma visita a Marrocos: os portugueses em África, a joia de Mazagão*. Lisboa: Escola Tipográfica das Oficinas de S. José.
- RIBEIRO, Herlander (1933). *Uma semana em Marrocos*. Lisboa: Edição do Autor.
- ROCHA JÚNIOR (1925). *Terras Mouras*. Lisboa: Portugália Editora.
- RODRIGUES, Urbano (1935). *Passeio a Marrocos (Notas de reportagem)*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- RUELA, Maria João (2011). *Viagens contadas: Marrocos, Patagónia, Noruega e outros destinos*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- SAID, Eduard W. (2013). *Orientalismo: representações ocidentais do Oriente*. Tradução de Pedro Serra. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livros Cotovia.
- SALEMA, Almirante Mexia (1973). *Marrocos pitoresco*. Lisboa: Centro de Estudos da Marinha.
- SOARES, Luís (2015). *Viagem a Marrocos*. Lisboa: Chiado Editora.
- SUISSE, Abdelilah (2006). *Esteréotipos de Marrocos nos Relatos Portugueses de Viagens*. “Cadernos de Literatura Comparada”. “Textos e Mundos em Deslocação”. 14-15, I, pp. 81-87.
- SUISSE, Abdelilah (2007). Continuidade e descontinuidade em ‘Quem inventou Marrocos’ de Fernando Venâncio. *Cadernos de Literatura Comparada: “Textos e Mundos em Deslocação”*. 18, I (pp. 57-67).
- TAVARES, Miguel Sousa (1998). *Sul: viagens*. Lisboa: Relógio D’Água.
- TOPA, Francisco (2019). *Un récit de voyage peu connu du XIXe siècle : « Viagens em Marrocos », de Rui da Câmara*. “Intercâmbio”: Revue d’Études Françaises. ISSN: 0873-366X. II, 12, pp. 203-212.
- VENÂNCIO, Fernando (2004). *Quem inventou Marrocos?* Gaia: Editora Ausência.

**Para aquém de *O escravo*:**

**os poemas de José Evaristo d’Almeida**

Para além do romance *O escravo*, José Evaristo d’Almeida, publicou, pelo menos, dois poemas e um fragmento de poema. Se a menor qualidade destas composições – sobretudo se postas em confronto com um texto ficcional a que tem sido atribuído o título de primeiro romance cabo-verdiano ou de temática cabo-verdiana – pode justificar a pouca atenção que lhes tem sido conferida, não justifica contudo que elas não tenham voltado a ser convenientemente publicadas nem estudadas. Será esse, portanto, o modesto objetivo deste trabalho.

O primeiro poema foi identificado por Manuel Veiga (1994: 101-109)<sup>1</sup> nas páginas do *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo-Verde*: começado pelo verso “A ti, Bastos eximio, ati, que encheste” é um texto de louvor ao Governador cessante, Francisco de Paula Bastos, e saiu no n.º 106 do *Boletim*, de 12 de julho de 1845.

Francisco de Paula Bastos (11/06/1793-02/09/1881), Barão e Visconde de Bastos, foi governador de Cabo Verde entre 1842 e 1845. Segundo Afonso Eduardo Martins Zuquete (2000: II, 407), destacara-se nas batalhas da Guerra Peninsular, mas a sua adesão aos princípios liberais tinha determinado o seu afastamento do serviço. Embora tenha sido reintegrado depois da morte de D. João VI, a restauração do governo absoluto leva-o a emigrar para Inglaterra, de onde passaria à Ilha Terceira. Fez parte das tropas desembarcadas no Mindelo e bateu-se no cerco do Porto. Foi promovido a brigadeiro e, depois do regresso de Cabo Verde, foi governador de Elvas e comandante da 2.ª Divisão

---

<sup>1</sup> Segundo a nota colocada na página inicial, o texto foi escrito para a sessão de apresentação da 2.ª edição de *O Escravo* (1989), tendo sido publicado em *VP*, a 18/11/1989.

Militar e da 10.<sup>a</sup>. Seria ainda promovido a marechal-de-campo, em 1860, servindo como ajudante-de-campo de D. Pedro V.

tas, que ambos desejavam que a sua candidatura pessoal prevalecesse á do outro contendor — assegurando mais que a opposição (partido) tem alli tão poucas sympathias que as pessoas a quem foram dirigidas as Circulares da Commissão Geral do Reino, por actos e palavras, mostraram que não tinham em nenhum conta as taes missivas. O dever de imparcialidade, e de verdade que deve predominar em todos os escriptores publicos nos levou a fazer esta rectificação espontanea.

**O Decreto de 5 de Junho de 1844.**

No lugar competente deixámos publicada uma Portaria do Ministerio da Marinha e Ultramar, em que se revelam as Benevolas Intenções de Sua Magestade a favor desta infeliz Provincia: o Seu Coração abriu o thesouro de piedade maternal que em si encerra, apenas lhe chegaram aos ouvidos as supplicas de seus filhos d'aquem mar, e correu em seu auxilio para lhes enxugar as lagrimas.

O que dirão agora esses desvaírados que, nas ultimas eleições, com uma alegria feroz exclamavam que a Provincia de Cabo-Verde ia recuar para os tempos de nossos avós em que tudo era miseria e pobreza, e em que os ordenados e soldos eram pugas em ração segundo as definhadas forças d'um Coffre empobrecido! talvez que esses homens raivosos marfem por verem desmentidas suas conjecturas, mas os bons Portuguezes, esses por certo que abençoarão a Adorada Rainha que os arrancou do abismo, o esclarecido Ministro, que tão patriota como politico deu o seu apoio e conselhos para tão santa providencia; e por certo igualmente que guardarão uma lembrança de reconhecimento do Sr. ex-Governador Bastos, e de quantos com elle concorreram para que o Governo de Sua Magestade tomasse esta medida salvadora.

Já está promulgada uma das clausulas do programma Cartista que os nossos Eleitores esposaram, e que os Deputados ultimamente eleitos, um por si, e o outro pelo seu amigo prometteram que seria a norma de seu procedimento parlamentar: esperemos por tanto que o nosso actual Governador o Sr. D. José Miguel de Noronha porá o ultimo remate em objecto de tamanha importancia, no sentido do mesmo programma. As intenções de S. Ex.<sup>a</sup> de sobejo nos são conhecidas, e por isso podemos affiançar aos nossos leitores que as suas esperanças não ficarão illudidas, nem ficarão por muito tempo sem serem satisfeitas.

*Ao Illm.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Sr. Francisco de Paula Bastos.*

A ti, Bastos exímio, ati, que encheste De innumeraveis bens um povo inteiro;  
Ati, que com um governo providente,  
Fizeste haquer, calir no inferno  
A lisonja servil, a intriga infesta,  
A tartarea e cruel venalidade,  
O orgulho, o despotismo, e quantas furias  
Raivosas pela terra se derramam;  
A ti, que deste a um povo que te adora  
Sabias dignas leis, e todas quantas

Um governo feliz venturas seguem,  
Meu grato coração « A Deus envia. »

Ah! que longe de ti, ah! que eu não possa  
Calir nos braços teus desfeito em pranto!  
E neste mundo fallar, que tanto exprime,  
Minha alma entornar, mostrar meu peito,  
Grato aos beneficios teus, á tua estima,  
Qual foi, qual é, qual hade ser em quanto  
Um atomo d'existencia em mim raiar!!!

Ah! que longe de ti, ah! que eu não possa  
Minhas lagrimas unir ao pranto amargo  
Daquelles que de ti hão recebido  
Mil ternas provas de um extremo affecto!!  
E quem chorar não hade a ausencia tua?...  
Qual o monstro horrendo, ou que alma insana,  
Não hade contemplar em ti um ente  
Cópia de um Nune, de um Nune origem,  
Que promovendo a paz, calcando a intriga  
Fez o povo nadar n'um mar de ditas?...  
Não ha, não póde lavo-lo: e no momento  
Em que te vir sulcar as vagas leves,  
Hade o povo bradar desfeito em pranto:

« Protegi, Ceos, protegi o exímio Bastos,  
Bastos immortal, esse que sabe  
Ganhar os corações com um só sorriso;  
Esse que em só tres annos de governo,  
Nos accumulou de bens, nos deu venturas,  
Que nossos peitos deslembiar não podem:  
Se lhe sobrou brandura, o crime horrendo  
Presidente jámais deixou impune.  
Olhat-o Deuses com benigno aspecto,  
D'olhos propicios o contempla, o Fado,  
E tu Jove, lhe dá venturas tantas  
Quantas elle fez gosar a nós seus filhos. »

Assim hão de bradar, juncando as ruas  
De milhes d'aromaticas bouinas;  
E unido eu minha voz ás preces suas,  
Faço votos aos Ceos para que serenos  
Te deixem disfructar feliz viagem;  
Conduzindo-te, por entre um mar de rosas,  
A Lyzia, patria d'Heroes, que vio nascer-te.

Illa da Boa-Vista 27 d'Abri! de 1844. (Assignado) *José Evaristo d'Almeida.*

ANNUNCIO.

Na Hospedaria — UNION HOTEL — no largo do Pelourinho, se vende *Manteiga* de Cork de superior qualidade em pequenos boíes; bem como a bella *Pescada* em postas, vinda ultimamente de Portugal.

ERRATA.

No *Boletim* N.<sup>o</sup> 105, pag. 420, col. 2.<sup>a</sup> linh. 35, onde se lê « Como quem os seus conta por amigo » deve ler-se « Como quem os Ceos conta por amigo »

VILLA DA PRAIA:

NA IMPRENSA NACIONAL.

*Boletim Official do Governo Geral de Cabo-Verde, n.º 106, p. 424*

A festa que assinalou o final do seu governo em Cabo Verde é noticiada no número anterior do *Boletim Official*, de 5 de julho. O artigo dá conta de um baile realizado a 27 de junho, na Praia, na grande sala do quartel do Batalhão

de Artilharia de 1.<sup>a</sup> linha, uma iniciativa “(...) que os empregados Ecclesiasticos, Civis, e Militares desta Villa offereceram a S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Brigadeiro Francisco de Paula Bastos, ex-Governador Geral desta Provincia, em testemunho do apreço em que tinham os bons serviços por elle prestados durante o seu triennio, e a justa magoa e saudade pela sua ausencia.” (p. 419). Procurando destacar a solenidade dos festejos, o redator descreve o ambiente de modo por-menorizado:

(...) [a salla] se achava elegantemente ornada com bandeiras e outros troféos militares, em um dos quaes, que avultava no topo da salla, se achava um Escudo com as iniciaes F. P. B., coroadas com o capacete, e orladas com ramos de carvalho e oliveira.

Magico era o effeito que produziam as bandeiras das nações amigas ostentando as suas cores, abrilhantadas pelo reflexo de um grande numero de vellas em castiças e serpentinas, e por dous magnificos lustres de bronze; e sobre estes grupos multicores se elevava magestosa e radiante como a Lua entre as estrellas a Bandeira Portugueza, com as Quinas, Padrão de gloria e de civilisação em campo bipartido de branco e azul, como para attestar a união intima do Throno e do Povo, união sem a qual não ha liberdade: e mais agradável se tornava ainda este espectáculo pela multidão de senhoras, ornadas com gosto e luxo, e ostentando a louçania das galas d’envolta com a belleza e attractivos de seus rostos, e que formavam como um jardim de lindas flores. A entrada e frente do Quartel estavam elegantemente illuminadas. (pp. 419-420)

Mais à frente, acrescenta-se que foram recitadas “(...) diversas peças poeticas allusivas ao assumpto, como foram duas Odes pelo Sr. Capitão José Antonio Ferreira, uma Epistola do Sr. José Evaristo d’Almeida, que foi recitada por um seu amigo em consequencia daquelle Sr. se achar na Ilha do Sal: e por ultimo, ao finalizar o Baile, o que teve logar pelas tres horas da madrugada, foi recitada por um dos circumstantes, com uma commoção que era a expressão fiel de seus sentimentos e dos de toda a Assembléa que applaudiu com um *bravo* unisono, a seguinte peça de versos, de que não publicamos o A. por assim no-lo pedir com instancia.” (p. 420). O *Boletim Official* apresenta de seguida o poema, começado pelo verso “É pois verdade, ó Bastos! que te ausentas?”. Formado por 57 decassílabos brancos, sem divisões estróficas, o texto não apresenta particular interesse, nem estético, nem informativo, embora não deixe de constituir um indicador da vida cultural e literária da colónia, ao findar a primeira metade de oitocentos. O sujeito exprime a sua incredulidade na partida do Governador, acentuando a falta que ele fará “Ao Povo, que

de Pai te dava o nome” (v. 4). Mais à frente, recorrendo a imagens mitológicas convencionais, dá conta dos preparativos para o início da viagem:

Adunco ferro, que o cerúleo reino  
Foi devassar ousado, e das Nerei{a}des  
Os bandos tão fermosos viu cercarem  
Anfitrite donosa, eis quasi a pique; (vv. 29-32)

O texto termina com a expressão dos votos de feliz viagem formulados pelo povo e com a manifestação de esperança do sujeito na sobrevivência de “Lembranças tão queridas, e fagueiras” (v. 56).<sup>2</sup>

Como ficou dito, a epístola de José Evaristo d’Almeida saiu no número seguinte, o 106, do *Boletim Oficial*, de 12 de julho de 1845. Tanto quanto julgo saber, o texto só voltou a ser publicado, por sinal com uma série de falhas<sup>3</sup>, por Manuel Veiga. Com base nessa edição, Cláudia Almeida, na sua dissertação de mestrado (ALMEIDA, 2009: 105-107), também reproduziu o poema, acrescentando mais alguns erros<sup>4</sup>.

Iniciada pelo verso “A ti, Bastos exímio, a ti, que encheste”, a composição é formada por 51 decassílabos brancos, repartidos por cinco estrofes irregulares. Como seria de esperar, o tom é encomiástico, como o revelam bem os adjetivos: “Bastos *exímio*” (v. 1), “*inumeráveis* bens” (v. 2), “governo *providente*” (v. 3), “*sábias divinas* leis” (v. 9), “governo *feliz*” (v. 10), “*extremo*

---

<sup>2</sup> Apesar do seu interesse limitado, apresentarei a edição do poema, em apêndice.

<sup>3</sup> Na dedicatória, falta “Sr.” depois de “Exm.” e deveria estar “Bastos” em vez de “Basto” (erro que se repete nos vv. 1, 33 e 34), faltando ainda um ponto no final; no v. 3, falta “com” depois de “que”; falta o v. 8 (“Raivosas pela terra se derramam;”); no v. 13, falta o ponto de exclamação a seguir ao segundo “ah” e a forma verbal é “possa” (e não “posso”); no v. 18, a preposição “de” a seguir a “hade” está a mais; no v. 20, a forma verbal é “possa” (e não “posso”); no v. 22, falta “de” antes de “ti”; no v. 29, devia haver um ponto de interrogação (e não de exclamação) antes das reticências; no v. 36, falta “em” depois de “que”; o v. 38 devia terminar com “podem” (e não “pode”), seguido de dois pontos; no v. 50, devia estar “rosas” (em lugar de “rosa”); no último verso, “Lyzia” devia estar com maiúscula inicial. Para além destas falhas, são visíveis ainda alguns desvios à grafia e à acentuação do original que se procura reproduzir.

<sup>4</sup> No original do *Boletim*, não vem o título “Epístola”; no v. 12, falta o ponto depois de “envia”; no v. 25, falta “o” a seguir a “Qual”; no v. 29, devia ser “o povo” (em vez de “um povo”); no v. 30, devia estar “havê-lo” (em lugar de “havê-los”); no final do v. 36, falta a vírgula; no final do v. 42, há uma vírgula; no v. 44, há um ponto depois de “filhos”; no v. 45, o original apresenta “hão de bradar” e não “hão debradar”. A autora corrigiu, nas suas várias ocorrências, a forma “Basto”.

afeto” (v. 22), “Bastos *imortal*” (v. 33). Ao contrário do que talvez fosse de esperar, Evaristo d’Almeida justifica o elogio do governador cessante com o combate que ele terá promovido a alguns dos males habituais na administração ultramarina:

Fizeste baquear, cair no inferno  
A lisonja servil, a intriga infesta,  
A tartárea e cruel venalidade,  
O orgulho, o despotismo, e quantas fúrias  
Raivosas pela terra se derramam; (vv. 4-8).

Que a proclamação não era inócua nem meramente circunstancial, prova-o a reação de José Alexandre Pinto, Secretário-geral da Administração anterior, presidida por João Fontes Pereira de Melo<sup>5</sup>. No n.º 108 do *Boletim Oficial*, de 27 de setembro desse mesmo ano de 1845, Pinto faz publicar uma carta em que solicita a Evaristo d’Almeida que esclareça se as expressões mais contundentes acima citadas devem ser lidas como referentes ao governo anterior:

Illustrissimo Senhor José Evaristo d’Almeida. = Praia dezeseis de Julho de mil oitocentos quarenta e cinco. = Uma das peças poeticas que aqui se recitaram, nos intervalos do baile dado pelos empregados publicos, ao Senhor Brigadeiro Bastos, foi a que em obsequio e louvor do mesmo Senhor ex-Governador Geral V. para esse fim dirigira ao Senhor José Maria de Sousa Monteiro, que assim o disse; e pareceu-me então quando ouvi a leitura que V. para realçar o elogio da administração que terminava, deprimia consideravelmente as administrações transactas; o que por certo me não podia ser indiferente, porque na epocha immediatamente anterior eu era, como V. sabe, o Secretario Geral do Governo em exercicio.

Mas os factos e a consciencia me faziam regeitar toda a ideia, que uma tão desagradavel impressão me podia causar; e avaliando como devia as intenções de V. guardei inteiro silencio, que esperava não ter de quebrar.

Havendo-se porém agora publicado, no Boletim Official do Governo de doze do corrente Numero cento e seis a sobredita peça poetica; tomando-se assim do dominio publico o avaliar as expressões de que V. nella usou, não posso nem devo permanecer indiferente a semelhante respeito; e por isso rogo a V. se sirva declarar mui explicitamente, se as referencias de = lisonja servil = intriga infesta = cruel venalidade = e outras semelhantes por V. empregadas, devem ou não reputar-se applicaveis á administração do Senhor Fontes, como a mais

---

<sup>5</sup> Militar e político (25/01/1780-27/10/1856), o pai de António Maria tinha sido Governador de Cabo Verde entre 1839 e 1842, voltando a desempenhar o cargo de 1847 a 1851.

próxima daquella que segundo alli se lê, fizera baquear o já citado nas mencionadas referencias.

Não pediria certamente esta explicação necessaria, se não estivesse bem convencido de que ella se torna indispensavel, por muitas rasões que fora ocioso mencionar; mas cumpre-me prevenir a V., que uma tal declaração deve ser feita com plena liberdade, precisão, e franqueza, porque só assim poderá avaliar-se devidamente. = De Vossa Senhoria Attento venerador Ob.º = (assignado) José Alexandre Pinto. (p. 431)

Antes de passarmos à resposta do futuro autor de *O escravo*, convém sublinhar uma informação com algum interesse contida na carta de José Alexandre Pinto: o poema de Evaristo d'Almeida fora lido na festa de 27 de junho por José Maria de Sousa Monteiro<sup>6</sup>, à época Secretário do Governo-geral de Cabo Verde, o que sugere, para além de uma relação próxima entre eles, algum tipo de concordância e de apoio da parte do segundo às posições veiculadas pelo autor do poema.

Imediatamente abaixo da carta de Pinto, o *Boletim Official* transcreve a resposta de Evaristo d'Almeida, datada do Sal, em que este, declarando embora não ter tido a intenção de visar em particular a administração anterior, não recua nos motivos que o levaram a elogiar o Governador Francisco de Paula Bastos, mantendo assim – com uma elegante coragem – a crítica aos males endémicos da administração colonial:

Illustríssimo Senhor José Alexandre Pinto. = Ilha do Sal sete de Agosto de mil oitocentos quarenta e cinco. = Acabo de receber a carta de V. S.<sup>a</sup> com a data de dezeseis do proximo passado, na qual me pede que declare se as expressões empregadas no primeiro paragrapho da minha epistola, dirigida ao Senhor Brigadeiro Bastos por occasião da sua saída desta Provincia, e que se acha publicada no Boletim Official numero cento e seis, devem ou não reputar-se applicaveis á administração do Senhor Fontes, na qual foi V. S.<sup>a</sup> um dos primeiros funcionarios: ao que passo a responder, como me cumpre.

---

<sup>6</sup> Cf. SILVA e ARANHA, 1860 e 1885: V, 52-3 e XIII, 118-9. Nascido no Porto, a 25/03/1810, vivera no Rio de Janeiro entre 1828 e 1833, tendo passado também algum tempo em Cabo Verde. Em maio de 1844, fora nomeado Secretário do Governo-geral de Cabo Verde, vindo a ser demitido em 1846 e reintegrado pouco depois. Por razões de saúde, voltaria à metrópole no ano seguinte, sendo colocado na Secretaria da Marinha. Faleceu a 16/09/1881, tendo sido redator e colaborador de diversos jornais políticos e literários. Publicou várias obras de tipo histórico, jurídico e político, sendo também autor de um *Diccionario Geographico das Provincias e Possessões Portuguezas no Ultramar*, saído em 1850 e com várias reedições.

A lisonja, a intriga, e a venalidade não nasceram nesta Província durante a administração do Senhor Fontes, cujo governo foi em demasia justiceiro, pacífico, e tolerante; porém se não nasceram também com elle não findaram: e se de alguma maneira nessa epocha foram atenuadas as paixões que tanto prejuizo causaram á Província, não deixavam contudo de existir quando o Senhor Bastos chegou a este Archipelago; talvez pelo motivo, aliás bem forte, de ter sido pouco o tempo em que o Senhor Fontes o governou, para extinguir totalmente paixões, que quando chegou á Província estavam no seu auge.

Á vista do que levo dito já V. S.<sup>a</sup> vê que as mencionadas expressões não se referem immediatamente á administração do Senhor Fontes, em cuja epocha eu igualmente exerci o lugar que V. S.<sup>a</sup> hoje occupa; e que estou intimamente convencido que foi ao Senhor Bastos que coube a gloria de exterminar totalmente, nesta Província, a lisonja, a intriga, e tudo quanto se acha mencionado no parographo primeiro da minha epistola.

Agradecendo a V. S.<sup>a</sup> o ter-me impellido a esta declaração, pela qual me é permitido patentear a pureza dos meus sentimentos, e significar igualmente a quantos lerem a minha epistola, que as expressões nella exaradas são todas filhas do coração, e que a penna que a escreveu foi impellida tão somente pela amizade de accordo com a consciencia; agradecendo igualmente a justiça com que V. S.<sup>a</sup> avalia as minhas intenções, resta-me assegurar a V. S.<sup>a</sup> que desnecessaria era a recommendação que me faz no ultimo parographo da sua carta; por quanto, devendo V. S.<sup>a</sup> ter conhecido, desde que me concedeu a sua amizade, que jámais minha boca profere o que o coração não sente, franca, livre, e precisa deveria V. S.<sup>a</sup> esperar a minha declaração, quando a fizesse. = Permaneço de V. S.<sup>a</sup> Amigo e obrigadissimo creado = (assignado) J. E. d’Almeida. (p. 431)

Antes de passarmos adiante, impõe-se a consideração, mesmo que breve, de uma questão que também se coloca no segundo texto e que parece revelar a fragilidade ‘técnica’ de José Evaristo como poeta: a métrica.

Cláudia Almeida estudou a questão na sua tese de mestrado, embora a sua análise apresente falhas – parte delas decorrente da errada fixação do texto, a que já me referi – e a conclusão seja mais do que discutível:

Pode-se constatar, portanto, que José Evaristo de Almeida tinha o domínio da técnica poética clássica e também romântica, vez que, se por um lado, revela que sabia fazer decassílabos heróicos perfeitamente, por outro, permite-se romper por vezes com tal métrica, para que o poema soe mais autêntico, como se tivesse sido criado por pura inspiração, sem qualquer medida, tal qual recomendava a estética romântica, ainda que sua proposta de poesia laudatória tenha sido concebida no espírito do neoclassicismo. (ALMEIDA, 2009: 111)

Ao contrário do que sugere a investigadora, a métrica nunca foi impeditiva da autenticidade nem o romantismo viu nela nenhum tipo de obstáculo. Quanto ao poema de Evaristo d’Almeida, basta uma leitura minimamente atenta para que se perceba que ele está composto em decassílabos regulares, ainda que – por insuficiência técnica do autor ou por lapsos tipográficos – sejam visíveis alguns desvios.

Nos 51 vv. de que é formada a epístola, a maioria adota o esquema acentual do heroico, mas há oito que são sáficos. Quanto à métrica, há vários casos normais de redução silábica, podendo servir de exemplo o v. 3, em que ocorre uma ectilipse, seguida de elisão:

A/ tí,/ que/ **co{m} um**/ go/ver/no/ pro/vi/den/te  
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Mas há também exemplos, como o do v. 37, em que a redução, não sendo impossível, seria muito pouco natural:

Nos/ a/c{**u**}mu/lou/ de/ bens/, nos/ deu/ ven/tu/ras,  
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

São também vários os casos de hipermetria, como acontece com o v. 15:

E/ nes/te/ mu/do/ fa/lar/, que/ tan/to ex/pri/me,  
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11

Neste caso, a correção seria fácil, consistindo numa alteração do determinante – substituíria-se o demonstrativo pelo artigo indefinido, o que permitiria obter um decassílabo heroico:

E/ **num**/ mu/do/ fa/lar/, que/ tan/to ex/pri/me,  
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Perante exemplos como este, subsiste a dúvida: a que se deve a falha? A descuido do autor ou a uma falha tipográfica? A segunda possibilidade parece mais difícil de explicar, tanto mais que não consta que tenha havido pedido de correção feito por Evaristo d’Almeida.

Situação contrária é a do v. 34, que tem 9 sílabas, falha que poderia ser corrigida através da introdução, no início, do artigo definido:

[O]/ Bas/tos/ i/mor/tal,/ e/sse/ que/ sa/be  
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Sete anos mais tarde, em 1852<sup>7</sup>, José Evaristo d’Almeida publicaria em Lisboa, pela Imprensa Nacional, um folheto in-8.º de 8 páginas, contendo um poema intitulado “Epístola a \*\*\*”, que está mencionado no volume de *Aditamentos ao Dicionário Bibliográfico Português* (FONSECA, 1927: 233). Mais longo do que o anterior, este texto – que, tanto quanto julgo saber, nunca foi reeditado – está datado de Lisboa, 25 de fevereiro de 1852, e apresenta vários motivos de interesse: para além das referências e comentários sobre Cabo Verde, fornece algumas indicações biográficas que obrigam a rever o que tem sido escrito sobre a matéria.

Composto em decassílabo branco e estrofação irregular, o texto não tem particular interesse literário. Descreve um acontecimento público destinado a angariar fundos para a assistência à pobreza, promovido num espaço não explicitamente identificado mas que, sem grande dificuldade, podemos dizer tratar-se do Passeio Público de Lisboa.

Com efeito, podemos ler nos vv. 63-64:

Nessas três noites, em que um génio grande,  
O Passeio fez abrir à caridade.

Imediatamente a seguir, o autor precisa o seu ponto de observação:

Quando, em pé no terraço onde subira,  
Dominava, com a vista, o amplo espaço, (vv. 65-66).

Ora estes dados coincidem com o que se sabe do Passeio Público de Lisboa. De criação pombalina, foi projetado em 1764 pelo engenheiro militar e arquiteto Reinaldo Manuel dos Santos, estendendo-se desde a atual Praça dos Restauradores até à Praça da Alegria. Embora tenha levado tempo a entrar no

---

<sup>7</sup> Não é, pois, correta a informação de Manuel Ferreira (ALMEIDA, 1989: 9), que dá a *Epístola* como publicada no mesmo ano em que saiu *O escravo*. A indicação errónea surgira antes em MOSER e FERREIRA, 1983: 137.

gosto dos lisboetas, que não estavam habituados a passear em jardins públicos, acabou por tornar-se, na segunda metade de oitocentos, o ponto de encontro da sociedade local e um espaço de intensa atividade social, onde eram realizadas festas, bailes e concertos. Para isso contribuíram os melhoramentos introduzidos em 1834, sob projeto do arquiteto Malaquias Ferreira Leal, que adaptou o Passeio ao gosto romântico. Júlio Dantas comenta assim o resultado das obras:

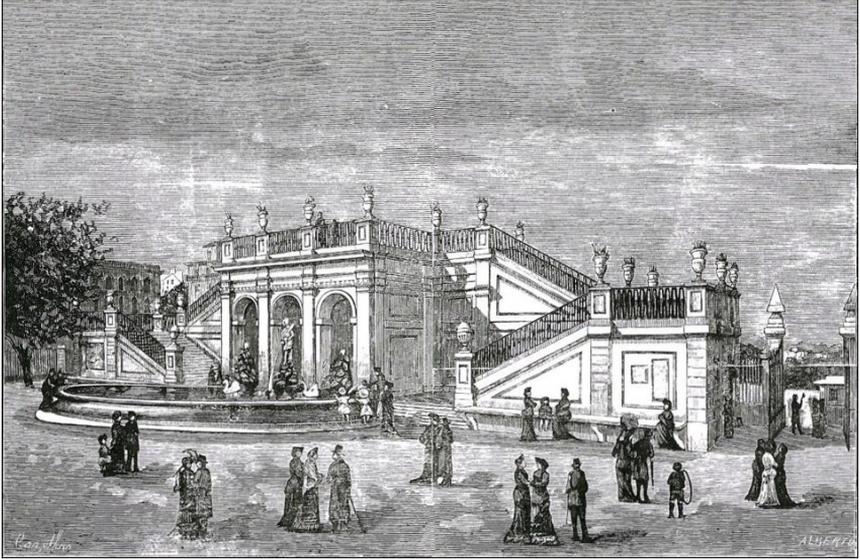
A primeira coisa que fizeram foi arrasar-lhe os muros e substituí-los por um gradeamento de ferro interrompido de espaço a espaço por grossas pilastras de pedra. O velho jardim monacal tomou logo um ar moderno de *square* europeu. Depois, em vez da antiga cancela de quinta nobre, levantaram duas enormes portas de ferro, “mais seguras que a Bastilha”, como dizia Alexandre Herculano num artigo desalentado e triste do *Panorama*. O largo anterior à cancela, que primitivamente não estava compreendido nos muros, foi envolvido pela nova cinta de varões de ferro: o *Passeio Público* ficou por conseguinte mais extenso e menos abafado, mais inglês e menos solarengo, mais civilizado e menos conventual. (DANTAS, 1966: 13)



Passeio público, entrada sul<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Desenho de Manuel Macedo, gravura de Caetano Alberto. In CÂNCIO, 1939: CXLV.

Com a introdução, em 1848, da iluminação pública a gás na cidade de Lisboa, o Passeio, que fechava às 18h, passa a reabrir às 20h, com música e entradas pagas. Dentre uma gama diversificada de espetáculos e festejos, destacavam-se as festas de beneficência, que habitualmente ocorriam ao domingo e à quinta-feira, atraindo grande assistência, pelo fim caritativo que prosseguiam e pela qualidade dos entretenimentos que proporcionavam.



Passeio Público, entrada norte<sup>9</sup>

A frequência dessas festas chegou a motivar a crítica bem-humorada de Júlio César Machado na sua crônica de abril de 1864 publicada na *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*:

Uns restos de Lisboa, gente que não foi ainda ou não vae este anno para o campo, tem entretido o seu ocio e o seu dinheiro todo este mez em ir aos beneficios do Passio Publico. É mais do que desagradavel, é verdadeiramente reprehensivel o abuso com que de um logradouro publico se arma constante ratoeira aos tostões da familia portugueza! O inverno vae encontrar toda a gente arruinada, por causa das caritativas festas. (MACHADO, 1865: 273)

---

<sup>9</sup> Desenho do natural de D. Cazellas. In *O Occidente*, n.º 159, 21 de maio de 1883. São visíveis a cascata, o terraço – referido no poema de José Evaristo – e o largo portão de ferro.

O poema de Evaristo d'Almeida refere-se precisamente a uma festa de beneficência, promovida por um indivíduo de apelido Guedes:

E tudo isto era obra dum só homem!  
De Guedes benfazejo, que merece  
Mil bênçãos da pobreza, a quem socorre,  
Como se fora da piedade o Nume! (vv. 178-181)

## EPISTOLA

A \* \* \*

*Virtude é faser bem; não mal justiça.*

LEMBRAS-TE, amigo meu, das bellas noites  
Em que palestra amena nos doirava  
Algumas horas, que passavam breves?  
Lembras-te d'essa noite, em que dizias,  
Que se podesses dedilhar a lyra,  
Qu'immortalisou Camões, Garção, Elpino,  
Empregáras teu canto em honra d'esse,  
Que exerce a caridade, e n'ella emprega  
Parte dos bens, que lhe doou a sorte?  
Tua linguagem, tão correcta sempre,  
Que leva a convicção aos seios d'alma;  
Teu conciso falar, que tanto exprime,  
Nunca foi tão sublime e tão fecundo,  
Como no quarto d'hora, em que teus labios  
Espaziraram de flor's, quanto bastava  
P'ra grinalda tecer, brilhante e bella,  
Merecida pelo heróe, que t'inspirava;  
Condigna a tal assumpto, a caridade!  
Tua energica fraze, revelava  
Sentimentos que n'alma te pullulam;  
Que és bom, que és generoso acreditára  
O que, sem provas ter, pudesse ouvir-te.  
Diceste-me, depois, que desejavas  
Ver cantado, por mim, tão nobre assumpto:  
Cega-te a amisade, ó caro amigo!

Folha inicial do poema de 1852

Trata-se de José Isidoro Guedes, 1.º Visconde de Valmor, que foi deputado em várias legislaturas, par do Reino, membro do Conselho de Sua Majestade

Fidelíssima e diretor de várias instituições, como as Associações Comerciais do Porto e de Lisboa e o Asilo de Mendicidade<sup>10</sup>.

O primeiro aspeto dos festejos que Evaristo d’Almeida destaca diz respeito às iluminações:

Deleitava-se a vista contemplando  
Os milhares de lumes multicores;  
Mas frouxos, de maneira a não tirarem,  
Do ingente arvoredado, a majestade. (vv. 70-73)

Um pouco mais à frente, o poeta refere outro pormenor da decoração do recinto:

Louvei a ideia feliz, que colocara,  
De modo a dominar todo o recinto,  
Da caridade o farol, brilhante Estrela!  
Sustiam-na, do mundo, as quatro partes,  
Sobre as quais esparzia, engrinaldados,  
As rosas, os jasmims, as açucenas:  
Essa Estrela brilhante, em si continha  
De lumes.... talvez mil, que pareciam  
Outros tantos piropos, ali postos  
Pela poderosa Mão da Providência. (vv. 83-92)

José Evaristo fala ainda dos bazares, das senhoras que neles trabalhavam e da música “De Mozart, de Rossini, e de Maerbeer<sup>11</sup>” (v. 163), escutada com enlevo por seis mil pessoas (v. 169).

Com estes elementos, não é difícil identificar a festa que está na base da epístola: promovida por uma comissão encabeçada por José Isidoro Guedes com o objetivo de obter receitas para a ampliação do Asilo de Mendicidade de Lisboa, realizou-se no Passeio Público, nas noites de domingo, 31 de agosto de 1851, terça-feira, 2 de setembro, e quinta, 4. A iniciativa foi amplamente noticiada pelos periódicos da época. Na *Revista Popular*, por exemplo, podemos ler o comunicado da comissão promotora<sup>12</sup> e, num outro número, o anúncio:

---

<sup>10</sup> Cf. ZUQUETE, 2000: 471 e PEREIRA, 2005: 373-6.

<sup>11</sup> Giacomo Meyerbeer (nascido Liebmann Beer) (1791-1864), compositor alemão.

<sup>12</sup> *Revista Popular*. Lisboa. Vol. IV, n.º 32 (ago. 1851), p. 326.

nagella cidade. Conta-nos que foram recolhidos no Lisoieiro. Fede a moralidade que se estabelecem casas de trabalho, em que fiquem recolhidos por algum tempo os vadios. As prisões, e nullo mais as prisões como a do Lisoieiro, são escolas de crime. O vadio, que entra para lá, sae pelo mesmo lado.

**Impressa central-banquista.** — O Periodico dos Pobres do Porto transcreve de outros jornaes da mesma cidade a noticia da formação de uma companhia, com fundo de oitenta contos de réis, para mandar vir de França, seda e outros objectos, que devam ser introduzidos no Porto, sem o previo pagamento de direitos. Aviso ás alfândegas.

**Visita amada.** — Para sexta feira quinze do corrente se-tava annunciada, em Madrid, uma corrida de bezerrões, a que devria assistir unicamente a sociedade de illuminação.

As seis da manhã, segundo o programma, seria corrida uma vitella, e, depois de morta, amada para servir d'almoço aos circumstantes. Em aquella noiteum doze bezerrões para serem ceptados pelos amadores. Assim fustijos a sociedade o dia de Santa Maria!

**Novo collegio.** — A sr.<sup>a</sup> D. Nidia Florinda Brasileira Augusta vhe abrir um collegio de educação, na calçada do Sacramento n.º 8, na propriedade em que se acha estabelecido o escriptorio do periodico politico — O País.

## GRANDE ILLUMINAÇÃO

DO  
PASSEIO PUBLICO  
EM BENEFICIO

### DO ASYLO DE MENDICIDADE.

Nas noites do 31 do corrente, 2 e 4 de setembro terá logar a illuminação do Passeio Publico em beneficio do Asylo de Mendicidade.

Na primeira noite haverá um grande concerto composto de todas as musicas militares da capital, no qual se executarão escolhidas composições dos mais distinctos professores, sendo mais de duzentos o numero dos executantes.

Nas noites seguintes algumas bandas militares executarão tambem diversas e escolhidas peças de musica.

Estarão expostos em dois pavilhões todos os ricos e variados objectos que os protectores do Asylo tem offerido para enriquecer a rifa, que deve ter logar nas referidas tres noites, e da extracção da qual se acham encarregadas algumas das principaes senhoras da capital.

Haverão abundantes refrescos proprios da estação, e a preços razoaveis, em beneficio do mesmo Asylo. A entrada é depois das 8 ½ horas da noite, e será annunciada por algumas girandolas de foguetes: á meia hora depois da meia noite do mesmo modo se annunciará a saída do Passeio, que se ha de fechar á uma hora.

A entrada será por bilhetes, e o preço na primeira noite é de 480 rs. : nas seguintes — 240 rs.

Os meninos de 10 annos pagarão á entrada metade do preço, e serão admitidos sem bilhete.

Lisboa, 28 de Agosto de 1851.

#### AVISO

Os srs. correspondentes, que não satisfizeram ainda a importancia de seus debitos, terão a bondade de mandar á direcção da Revista o saldo que existir em seu poder, e quando não tenham recebido as quotas d'alguns assignantes farão o favor de declarar os nomes, a fim de se suspender a remessa das folhas. A empreza declara desde já que não remetterá as folhas do 5.º volume senão aos individuos que se inscreverem e pagarem, no acto da inscripção, para evitar o abuso que alguns senhores commettem aceitando as condições exaradas no prospecto, assignando os seus nomes, para certificar ainda mais que as acceitam, e faltando depois a todas essas condições.

A direcção da Revista reconhece que o principio adoptado pelos jornaes estrangeiros é o unico que se pode tomar por base de uma boa administração, por isso tem resolvido remetter a folha unicamente aos individuos que se habilitarem para a receber, pagando a respectiva quota. Desta vez a direcção previne a todos com sufficiente anticipação. Os srs. correspondentes não acharão difficuldade no cumprimento destas instrucções. Reduz-se tudo a considerar como nulla a assignatura do individuo, que não tiver pago; enviando somente para a direcção os nomes dos que se houverem habilitado para receber a folha, pagando a quota respectiva, e pagando-a no acto da inscripção, de maneira que o correspondente fica responsável por ella desde o momento em que a sua requisição der entrada no escriptorio.

Revista Popular. Lisboa. Vol. IV, n.º 33 (set. 1851), p. 334

Quanto ao successo do divertimento, é bastante positiva uma primeira apreciação feita pelo redator da *Revista Universal Lisbonense*:

A função, se não igualou o que nos contam das festas parisienses, esteve luzida e apparatusa: o obelisco illuminado fez bom effeito, assim como toda a frontaria da cascata ao cabo da espaçosa rua central do Passeio; a profusão de balões de variegadas cores, suspensos em fiadas presas de arvore a arvore, as estatuas que sustentavam na cabeça cestos luminosos, em summa toda a ornamentação pôde chamar-se brilhante, não porque resplandecia mas pelo bom gosto da collocação.<sup>13</sup>

<sup>13</sup> 2.ª série, tomo IV, n.º 4 (04/09/1851), p. 47.

### Uma segunda notícia corrobora a impressão favorável:

Dissemos que esta festa era nova entre nós; porque um simulachro de illumination no Passeio, em a nossa primeira epocha constitucional, distou muito e muito da actual festa, segundo o testemunho ocular de pessoas mui capazes de estabelecerem a comparação: a disposição, o methodo, a ornamentação, os baazares, tudo agora foi absolutamente novo. — Com efeito, o espectador assim que se transpunha o espaço onde está collocado o grande tanque circular do Passeio sentia uma impressão deliciosa, que lhe enlevava os olhos e simultaneamente consolava a alma; a sensação physica era agradável pelo aspecto daquelles milhares de lumes convenientemente distribuidos e pelo matiz das côres, resplandecendo entre a folhagem do arvoredado soturno áquela hora, pela variada harmonia das musicas, que tocavam alternadamente nas duas ultimas noites bem desempenhadas peças de musica, pelo giro continuo e encruzado dos concorrentes, e finalmente pelos lances de vista grandemente picturescos, tomados de alguns pontos, como por exemplo: desde o obelisco elevado ao meio da rua central até o topo e até á entrada do Passeio; da varanda superior á cascata; e nas ruas laterais aquella abobeda multicolor e ondeante formada pelos pequenos balões.<sup>14</sup>

A arrecadação de fundos, não tendo sido extraordinária, foi satisfatória, devido ao grande número de entradas vendidas: 3.317 na 1.<sup>a</sup> noite, 5.415 na 2.<sup>a</sup> e 6.879 na 3.<sup>a</sup> (incluindo sempre os menores).

Cumprindo um papel próximo da crónica social, o poema de Evaristo d’Almeida tem pouco interesse literário, mas fornece-nos algumas informações importantes sobre a vida do autor. A primeira tem que ver com a sua permanência na metrópole em 1851, ano em que se realizou a festa, e em 1852, data da composição e da publicação do poema. Este dado é aliás corroborado pela circunstância de José Evaristo ser nesse período membro da Câmara dos Deputados, aspeto que, sendo embora conhecido, não mereceu ainda a atenção demorada dos que têm escrito sobre o autor de *O escravo*<sup>15</sup>. Numa consulta rápida do *Diario da Camara dos Deputados*, pude apurar que Evaristo d’Almeida tomou assento como deputado na sessão de 8 de janeiro de 1850<sup>16</sup>,

---

<sup>14</sup> *Ibid.*, n.º 5, (11/09/1851), p. 59.

<sup>15</sup> Cf. CARVALHO, 1995: col. 159 e OLIVEIRA, 1998: 691. Mais recentemente, a atividade parlamentar de Evaristo d’Almeida nas legislaturas de 1848-51 e 1851-2 foi sucintamente apreciada por DÓRIA, 2004: 143.

<sup>16</sup> *Diario da Camara dos Deputados. 3.ª sessão ordinaria da 3.ª legislatura depois da Restauração da Carta Constitucional*, Vol. 1.º = Janeiro = 1850. Lisboa: Imprensa Nacional,

mantendo-se em funções pelo menos até 1852<sup>17</sup>, o que confirma, portanto, a sua presença na metrópole e em Lisboa no período que está em causa. Outro elemento biográfico que pude colher do seu processo parlamentar diz respeito à sua família: José Evaristo tinha filhos, devendo, portanto, ser casado, uma vez que, na sessão de 26/06/1852, um seu colega, Justino de Freitas, participa à Câmara “(...) que o Sr. Evaristo de Almeida não compareceu á Sessão de hontem, e não comparecerá mais algumas por grave molestia de seus filhos.”<sup>18</sup>

Aproveitando esta breve referência à atuação de José Evaristo d’Almeida como deputado, importa acrescentar que, na sua intervenção mais destacada, se colocou do lado menos *simpático* de uma importante batalha que sacudiu a sociedade portuguesa da época: na sessão de 22 de março de 1850<sup>19</sup>, defende o projeto governamental de uma lei que visava reprimir os abusos da liberdade de imprensa. Apresentada a 1 de fevereiro desse ano, a proposta tinha gerado protestos imediatos, entre eles um manifesto público, datado de 18 de fevereiro, subscrito por intelectuais como Alexandre Herculano, Almeida Garrett e Latino Coelho. Apesar disso, aquela que ficaria conhecida como “lei das rolhas” entraria em vigor a 3 de agosto, vindo a ter, contudo, uma vida efêmera: devido aos protestos, seria revogada a 22 de maio do ano seguinte.

Justificando a intervenção com a necessidade de explicar o seu sentido de voto, José Evaristo d’Almeida sustenta que as restrições à liberdade de imprensa são determinadas pelo bem maior da própria liberdade:

Ouvi a um dos illustres Deputados que me precedeu, chamar á Liberdade de Imprensa a casta filha da Liberdade; eu peço licença para adoptar a figura, porque a acho apropriada e exprime exactamente a idéa que ligo a uma semelhante instituição. A Imprensa, Sr. Presidente, em quanto se conserva dentro dos

---

1850, p. 18. Estes *Diarios* estão disponíveis para consulta em: <[http:// debates.parlamento.pt](http://debates.parlamento.pt)>.

<sup>17</sup> A última referência que encontrei ao seu nome ocorre na ata da sessão de 01/07/1852. Cf. *Diario da Camara dos Deputados. 1.ª sessão ordinaria da 4.ª legislatura depois da Restauração da Carta Constitucional*, Vol. 6.º = Julho = 1852. Lisboa: Imprensa Nacional, 1852, p. 25.

<sup>18</sup> *Diario da Camara dos Deputados. 1.ª sessão ordinaria da 4.ª legislatura depois da Restauração da Carta Constitucional*, Vol. 5.º = Junho = 1852. Lisboa: Imprensa Nacional, 1852, p. 347.

<sup>19</sup> *Diario da Camara dos Deputados. 3.ª sessão ordinaria da 3.ª legislatura depois da Restauração da Carta Constitucional*, Vol. 3.º = Março = 1850. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850, pp. 271-2.

limites prescriptos a um conselheiro circumspecto, a um censor justo; em quanto propaga doutrinas que despertem o respeito á religião, o amor ás instituições liberaes, e a devoção ao trabalho; em quanto tracta de censurar o vicio, elogiar a virtude, promover a paz e a ordem; em quanto finalmente procurar não desmerecer o epitheto de honesta, é uma filha que sustenta aquella que lhe deu o ser, e cujo aniquillamento levaria necessariamente consigo a mesma liberdade: mas quando essa filha esquecendo preceitos que a propria conveniencia lhe aconselha, se revolta contra essa instituição sagrada a quem deve a existencia; quando ella promove a desordem provocando o Paiz á revolta, injuriando e calumniando os defensores dessa liberdade, pela qual deveria sempre pugnar, então o interesse da liberdade nos obriga a buscar os meios de pôdiques a esses desvarios, dos quaes ella pôde tornar-se victima.<sup>20</sup>

Mais à frente, desmonta com inteligência e humor um dos argumentos da oposição:

Dizem alguns illustres Deputados, que passando o Projecto da maneira por que se acha, irá reduzir á indigencia os Escriptores Publicos; porque não abundando de meios pecuniarios os talentos no nosso Portugal, segue-se que não podendo fazer o deposito reclamado, ver-se-hão na dura necessidade de cessar de escrever, e por esse facto reduzidos á miseria; por quanto a maior parte tiram os meios de subsistencia unicamente de seus escriptos. Se este argumento, Sr. Presidente, aproveitasse para este caso, seria logico aquelle que produzisse a abolição das Leis que castigam o roubo, o contrabando, etc. porque individuos ha que tiram os meios de subsistencia unicamente dessa industria criminosa.<sup>21</sup>

Voltando à Epístola de 1852 e às indicações biográficas nela contidas, devemos reparar na passagem em que o autor justifica a sua insuficiente mestria poética com a circunstância de “A mais bela porção da juventude” (v. 34) ter definhado “Nas africanas plagas (...)” (v. 33), impedindo-o assim de polir “(...) o engenho” (v. 37):

Três lustros só contava, e já da Pátria  
Os benéficos ar’s me não sorriam;  
Nas africanas plagas definhava  
A mais bela porção da juventude;  
Por constante doença atormentado,  
Via, em ócio, decrescer os belos dias,  
Que pudera aproveitar, polindo o engenho;

---

<sup>20</sup> *Ibid.*

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 272.

## África nossa, Áfricas deles

Por fim que sucedeu? O estro altivo,  
Que devera aspirar a amplos voos,  
Finou-se, qual, de jardim, flor mimosa,  
Que fora pelo tempo maltratada,  
Se do cultor a mão a não socorre,  
Seca mesmo em botão, não desabrocha. (vv. 31-43)

A esta luz, José Evaristo d’Almeida terá ido para África – não necessariamente para Cabo Verde – com quinze anos, por razões de sobrevivência, sendo atingido por uma doença que não é explicitada. Mais à frente, a partir de uma taça de café tomada no botequim do Passeio Público, o autor evoca a sua vida em Cabo Verde, exprimindo simpatia e solidariedade para com o povo do arquipélago:

Fui ter ao botequim, a caridade  
A minha entrada ali também pedia;  
Reclamei de café pequena taça,  
E, mal os lábios meus tocaram nele,  
Logo o reconheci, como oriundo  
D’ilhas de Cabo Verde, onde eu passara  
Uns doz’anos de bem custosa vida;  
Reconheci-o porque, se não tão forte,  
Em aroma e sabor não cede ao moca.  
O café me levou a ideias tristes:  
Lembrei-me desse povo meigo e dócil,  
A quem, mais duma praga, o céu mandara;  
Que luta com a peste, a fome e a seca;  
Que precisa, tem jus à caridade!  
El’, que não duvidara, em tempos prosp’ros,  
Às rochas marinhar, dali tirando,  
Com risco de perder a própria vida,  
A urzela, mordente valioso,  
A qual deu à Nação quanto bastara  
Para hoje o livrar de tais flagelos!  
A experiência, porém, lhe tem mostrado  
Que, em Lísia, a caridade não s’extingue;  
E, se um Governo paternal não pode,  
Pagando a dívida, extinguir os males,  
Que pungem, apoquentam, mortificam  
Um povo que também de Lísia é filho,  
Estão cá muitas almas benfazes,  
Que, ao primo aceno, correm pressurosas,  
Ofertando, com gosto, quanto podem,  
E mandando-lhe, como já fizeram,

Com que se lhe minore o sofrimento.  
Honra lhes seja por acção tão nobre. (vv. 121-152)

Podemos começar por sublinhar a informação biográfica: a esta luz, Evaristo d’Almeida viveu – até 1852, data da Epístola –, doze anos em Cabo Verde, o que significa que contaria à época pelo menos 27 anos. O seu nascimento fica assim situado nunca depois de 1825, tornando-se improvável a hipótese que indica o seu falecimento já no século seguinte.

Mais importante, contudo, será notar o modo como o arquipélago é representado nesta passagem. Depois do elogio do café – produto que, alguns anos mais tarde, merece comentário idêntico a Guilherme da Cunha Dantas, em *Memórias dum pobre rapaz* (2007: *passim*) –, nota-se a expressão da estima para com o povo de Cabo Verde e a preocupação com um destino marcado por fatalidades como “a peste, a fome e a seca” (v. 133). Há também a referência a outro produto de grande importância na economia do arquipélago durante a primeira metade de oitocentos: a urzela, um musgo utilizado na tinturaria que será depois progressivamente substituído por corantes químicos. A passagem termina, num registo que parece denunciar a condição de deputado de Evaristo d’Almeida na época, com um comentário sobre o apoio e a solidariedade da metrópole, seja através do seu governo, seja através daquilo a que hoje chamaríamos a sociedade civil.

Para terminar o breve comentário do poema, falta fazer uma referência aos numerosos problemas de versificação. Idênticas às que tínhamos observado no poema anterior, estas falhas parecem confirmar que José Evaristo, mais do que não ser um verdadeiro poeta, não é também um bom versificador.

Dos 253 versos de que se compõe a epístola, a larga maioria é do tipo heroico, havendo contudo 27 que seguem o modelo sáfico e quatro que são pentâmetros iâmbicos. Vejamos um exemplo desta última modalidade:

O/bje/tos/ d’ar/te e/ gos/to, a/li/ le/va/dos  
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Ao nível da métrica, há pelo menos quatro casos de versos hipermétricos, com 11 sílabas, podendo servir de exemplo o v. 69:

África nossa, Áfricas deles

De/li/cio/sa/ sen/sa/ção/, que/ não/ s'ex/pri/me.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11

São também vários os casos em que se impõe uma redução silábica, por vezes normal e aceitável, como no v. 44:

Co/mo/ pois/, qu{e}ri/as/ tu/ que eu/ a/cei/ta/sse

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

ou no v. 66:

Do/mi/na/va,/ **co{m} a**/ vis/ta, o/ am/plo es/pa/ço,

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

mas noutros casos muito discutível, como se pode ver no v. 36:

**Via, em**/ ó/cio/, de/cres/cer/ os/ be/los/ di/as,

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Para além da métrica, há também problemas com a acentuação de alguns versos. É o caso do v. 80, que, mesmo admitindo a sinérese no vocábulo inicial, é um falso heroico, dado que a 6.<sup>a</sup> sílaba é muito branda:

Mo/**viam**/-se/, co/mo/ **que**/, pa/ra/ cha/ma/rem

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Para além das duas epístolas, há um terceiro poema – ou “fragmento”, como lhe chama o autor – de José Evaristo d’Almeida: refiro-me ao texto que faz parte da dedicatória a Henrique José de Oliveira do romance *O escravo*:

Porém tu, Henrique meu,  
Que tens no peito abrigado  
Coração somente dado  
Aos escolhidos do Céu;  
Entender podes meu canto,  
Por isso que sabes quanto  
Minha alma sofre, e sofreu.

Contrariamente aos outros dois poemas, este apresenta uma estrofação regular (sétima), com rima (ABBACCA) e com um metro diferente, a redondilha maior. A anotação que se lhe segue – “Fragmento do auctor.” – indica que haveria um original mais longo que até hoje não terá sido encontrado e que importaria conhecer. Acrescente-se aliás que esta estrofe – e a dedicatória – não foi incluída na versão de *O escravo* publicada pel’ *A Voz de Cabo Verde*, o mesmo tendo acontecido com a edição em livro preparada por Manuel Ferreira (1989), como Manuel Veiga (1994: 106)<sup>22</sup> já fez notar.



Dedicatória incluída na 1.<sup>a</sup> ed. de *O escravo*  
(1856: s/n)

Concluindo este breve percurso pela poesia conhecida de José Evaristo d’Almeida, não se pode dizer que seja imerecido o esquecimento a que tem estado votada. Contudo, se é inegável que o autor de *O escravo* não passou de um sofrível versejador, a verdade é que esses textos revelam também um homem atento à realidade cabo-verdiana e, de algum modo, comprometido com o destino do arquipélago. O seu estudo poderá também servir para mostrar o

---

<sup>22</sup> O autor transcreve o poema, mas com um ligeiro lapso: no v. 4, representa *Céu* com minúscula.

muito que falta ainda fazer no que diz respeito à fase de formação da literatura cabo-verdiana: não haverá muitas mais descobertas a fazer – nenhum dos três poemas de Evaristo d’Almeida era verdadeiramente desconhecido –, mas continua a ser necessário muito trabalho de releitura, de reedição criteriosa e de contextualização.

Apresentarei de seguida uma proposta de edição das duas epístolas de José Evaristo d’Almeida e, em anexo, o poema anónimo em honra do Governador Francisco de Paula Bastos saído no n.º 105 do *Boletim Oficial* de Cabo Verde. Antes disso, enunciarei os critérios de transcrição que segui e darei conta do modo de apresentação do texto e das notas.

No que respeita à atualização ortográfica dos poemas, modifiquei apenas os traços que não têm repercussão sobre a sonoridade ou sobre qualquer outro aspeto da poética, em função das seguintes normas:

## I. Vogais

1. Normalizei de acordo com o uso moderno a representação da vogal oral fechada posterior em posição átona, grafando *pudera* e *polir* em vez de *podera* e *pulir*;

2. Normalizei a grafia das vogais nasais: *comtudo* > *contudo* e *bemfazejo* > *benfazejo*;

3. Substituí o *y* por *i*, em palavras como *lyra* ou *myrrha*;

4. Modernizei a grafia dos ditongos orais, representando com *i* ou *u* a semivogal, em casos como *quaes* > *quais*, *vea* > *veia*, *Ceos* > *Céus*, *vio* > *viu*, *heróe* > *herói* ou *possue* > *possui*;

5. Admitindo não haver diferença na realização fonética das duas formas, passei o *e* inicial de *eeda* e *eguaes* para *i*, tanto mais que a grafia do opúsculo não tem justificação etimológica;

6. Conservei a forma arcaica *quasi*, que traduz uma realização alternante que ainda hoje subsiste, e respeitei a oscilação *e* / *i* em *desfrutar* / *disfrutar*;

## II. Consoantes

7. Dado tratar-se de um mero diacrítico sem valor fonético, regularizei o emprego do *h* de acordo com a norma atual, eliminando-o em casos como *cahir*, *entusiasmo* ou *Thetis*;

8. Por não serem reflexo da pronúncia, simplifiquei formas ortográficas latinizantes, como as consoantes dobradas, excetuando *r* e *s* em posição intervocálica e com valor, respetivamente, de vibrante múltipla e sibilante surda. Assim, por exemplo, *occultar* > *ocultar*; *offerecer* > *oferecer*; *illustre* > *ilustre*; *immortal* > *imortal*; *anno* > *ano*; *oppor* > *opor*; *vatte* > *vate*;

9. Por se tratar também de um mero latinismo gráfico que nunca chegou a refletir-se na pronúncia do português, simplifiquei de acordo com a norma moderna grupos em posição medial como *-ct-* (*distincto* > *distinto*); *-pt-* (*escripto* > *escrito*). Mantive-os em todos os casos previstos no uso actual;

10. Representei as oclusivas velares segundo o uso moderno, passando assim *orchestra* > *orquestra* e *moka* > *moca*;

11. Regularizei também a representação das fricativas. Assim:

— a fricativa labiodental sonora virá transcrita como *f*, o que implica a substituição do dígrafo helenizante *ph* em palavras como *pharol* e *Amphitrite*;

— as fricativas alveolares virão grafadas segundo as normas atuais, pelo que *diceste* > *disseste*, *amisade* > *amizade* ou *fraze* > *frase*;

— a fricativa palatal surda será representada como *ch*, *s*, *x* ou *z*, segundo o uso moderno, pelo que *desabroxar* > *desabrochar*, *explêndida* > *esplêndida* e *jus* > *juz*;

— a fricativa palatal sonora virá transcrita como *g* ou *j*, de acordo com as regras de hoje, pelo que *magestade* > *majestade*;

### III. Aspetos morfológicos

12. Separei e uni as palavras de acordo com o uso moderno, escrevendo *adeus*, *enquanto* ou *porquanto* (com valor de conjunção) em lugar de *a Deus*, *em quanto* ou *por quanto*;

13. Respeitei formas que evidenciam processos de redução silábica, como *val* (3.<sup>a</sup> pessoa do singular do presente do indicativo de *valer*) ou *tem* (3.<sup>a</sup> pessoa do plural do presente do indicativo de *ter*);

### IV. Diacríticos

14. Com as particularidades apontadas atrás, regularizei o uso dos acentos;

15. Eliminei o apóstrofo em contrações do tipo de *n'um* ou *d'essa*, mas mantive-o nos casos em que indica a supressão de um grafema, como em *flor's* ou *ar's*;

16. Regularizei a utilização do hífen, designadamente para separar os pronomes enclíticos;

## V. Maiúsculas e pontuação

17. Respeitei o uso da maiúscula, mesmo nos casos que se afastam do uso atual. Mantive-a também em início de verso;

18. Ciente de que a pontuação influi na configuração rítmica e entonacional do verso e tem reflexos sobre a sintaxe e a semântica, respeitei escrupulosamente o original, mesmo quando este se afasta da norma contemporânea. Houve apenas um caso em que introduzi um ponto final que, por gralha evidente, faltava no original e um outro em que acrescentei um ponto e vírgula. Sendo este último menos evidente, assinalei a minha intervenção com parênteses retos;

19. Assinalei a separação interestrófica através de um espaço de parágrafo, mesmo nos casos em que o primeiro verso de cada uma delas aparecia no original simplesmente recolhido;

## VI. Apresentação do texto e das notas

20. Os versos estarão numerados de 5 em 5, para facilitar a leitura das notas, cuja chamada será feita pelo número do verso;

21. As chavetas indicarão propostas de supressão de grafemas;

22. Em pé de página, haverá notas vocabulares ou sobre outros aspetos do texto, incluindo irregularidades (métricas ou acentuais) dos versos;

23. No final de cada texto, no espaço do rodapé, virão as notas que entendi necessárias para o esclarecimento de qualquer aspeto do texto, cada uma delas precedida de um número em expoente (o mesmo que aparece já na edição do poema em causa). Poderei também incluir neste espaço alguma observação sobre particularidades ou irregularidades dos versos. Seguir-se-á um breve apontamento sobre a poética do texto e a indicação do testemunho que o transmite.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Cláudia Bernardete Veiga de (2009). "*O escravo*": *Entre a identidade caboverdiana e a literatura europeia*. Dissertação de Mestrado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.
- ALMEIDA, José Evaristo d' (1989). *O escravo*. Pref. de Manuel da Veiga. Linda-a-Velha: ALAC.
- CÂNCIO, Francisco (1939). *Aspectos de Lisboa no Século XIX*. Lisboa: [s.n.].
- CARVALHO, Alberto (1995). "José Evaristo de Almeida". In *Biblos – Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. Vol. I. Lisboa: Verbo, 1995.
- DANTAS, Guilherme da Cunha (2007). *Memórias dum pobre rapaz*. Organização, prefácio e notas de Manuel Brito-Semedo. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- DANTAS, Júlio (1966). "O Passeio Público". In *Lisboa dos Nossos Avós*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal.
- (1850a). *DIARIO da Camara dos Deputados. 3.ª sessão ordinaria da 3.ª legislatura depois da Restauração da Carta Constitucional*, Vol. 1.º = Janeiro = 1850. Lisboa: Imprensa Nacional.
- (1850b) *DIARIO da Camara dos Deputados. 3.ª sessão ordinaria da 3.ª legislatura depois da Restauração da Carta Constitucional*, Vol. 3.º = Março = 1850. Lisboa: Imprensa Nacional.
- (1852a) *DIARIO da Camara dos Deputados. 1.ª sessão ordinaria da 4.ª legislatura depois da Restauração da Carta Constitucional*, Vol. 5.º = Junho = 1852. Lisboa: Imprensa Nacional.
- (1852b) *DIARIO da Camara dos Deputados. 1.ª sessão ordinaria da 4.ª legislatura depois da Restauração da Carta Constitucional*, Vol. 6.º = Julho = 1852. Lisboa: Imprensa Nacional.
- DÓRIA, Luís (2004). "José Evaristo d'Almeida". In MÓNICA, Maria Filomena, dir. *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- FONSECA, Martinho da (1927). *Aditamentos ao Dicionário Bibliográfico Português de Inocêncio Francisco da Silva*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- MACHADO, Júlio César (1865). *Chronica do Mez. Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*. Lisboa. V (abr. 1864).
- MOSER, Gerald e FERREIRA, Manuel (1983). *Bibliografia das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- OLIVEIRA, João Nobre de (1998). *A Imprensa Cabo-verdiana: 1920-1975*. Macau: Fundação de Macau.
- PEREIRA, Zélia (2005). “José Isidoro Guedes”. In MÓNICA, Maria Filomena, dir. *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*. Vol. II. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- SILVA, António de Moraes (1889). *Diccionario da lingua portugueza*. 2 vols. Rio de Janeiro: Empreza Litteraria Fluminense.
- SILVA, Inocêncio Francisco da e ARANHA, Brito (1860 e 1885), *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Vols. V e XIII. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, Manuel (1994). “A propósito de «O primeiro romance caboverdiano»”. In *A Sementeira*. Linda-a-Velha: ALAC.
- ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (2000). *Nobreza de Portugal: Bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. Vol. II e III. Lisboa: Editora Enciclopédia.

Ao Ilm.º e Exm.º Sr. Francisco de Paula Bastos<sup>1</sup>.

A ti, Bastos exímio, a ti, que encheste  
De inumeráveis bens um povo inteiro;  
A ti, que com um<sup>2</sup> governo providente,  
Fizeste baquear, cair no inferno  
5 A lisonja servil, a intriga infesta,  
A tartárea e cruel venalidade,  
O orgulho, o despotismo, e quantas fúrias  
Raivosas pela terra se derramam;  
A ti, que deste a um povo que te adora  
10 Sábias divinas leis, e todas quantas  
Um governo feliz venturas seguem,  
Meu grato coração “Adeus envia.”

Ah! que longe de ti, ah! que eu não possa  
Cair nos braços teus desfeito em pranto!  
15 E neste mudo falar, que tanto exprime,<sup>3</sup>  
Minha alma entornar, mostrar meu peito,  
Grato aos benefícios teus, à tua estima,<sup>4</sup>  
Qual foi, qual é, qual há de ser enquanto  
Um átomo d’existência em mim raiar!!!<sup>5</sup>

20 Ah! que longe de ti, ah! que eu não possa  
Minhas lágrimas unir ao pranto amargo<sup>6</sup>  
Daqueles que de ti não receberam  
Mil ternas provas de um extremo afeto!!  
E quem chorar não há de a ausência tua?...  
25 Qual o monstro horrendo, ou que alma insana,  
Não há de contemplar em ti um ente  
Cópia de um Nume, de um Nume origem,  
Que promovendo a paz, calcando a intriga  
Fez o povo nadar num mar de ditas?...  
30 Não há, não pode havê-lo: e no momento  
Em que te vir sulcar as vagas leves,  
Há de o povo bradar desfeito em pranto:

“Protegei, Céus, protegei o exímio Bastos,  
Bastos imortal, esse que sabe<sup>7</sup>  
35 Ganhar os corações com um só sorriso;  
Esse que em só três anos de governo,  
Nos acumulou de bens, nos deu venturas,<sup>8</sup>  
Que nossos peitos deslembrar não podem:  
Se lhe sobrou brandura, o crime horrendo  
40 Providente jamais deixou impune.  
Olhai-o, Deuses, com benigno aspeto,  
D’olhos propícios o contempla, o Fado,  
E tu, Jove, lhe dá venturas tantas  
Quantas ele fez gozar a nós seus filhos.”<sup>9</sup>

45 Assim hão de bradar, juncando as ruas  
De milhões d’aromáticas boninas;  
E unindo eu minha voz às preces suas,  
Faço votos aos Céus para<sup>10</sup> que serenos  
Te deixem disfrutar feliz viagem;  
50 Conduzindo-te, por entre um mar de rosas,<sup>11</sup>  
À Lísia, pátria d’Heróis, que viu nascer-te.<sup>12</sup>

Ilha da Boavista, 27 d’Abril de 1845.

---

Notas

<sup>1</sup> Francisco de Paula Bastos – Barão e Visconde de Bastos, nasceu a 11/06/1793 e faleceu a 02/09/1881, tendo sido governador de Cabo Verde entre 1842 e 1845. Segundo Afonso Martins ZUQUETE (2000: II, 407), destacara-se nas batalhas da Guerra Peninsular, mas a sua adesão aos princípios liberais, tinha determinado o seu afastamento do serviço. Fez parte das tropas desembarcadas no Mindelo e bateu-se no cerco do Porto. Foi promovido a brigadeiro e, depois do regresso de Cabo Verde, foi governador de Elvas e comandante da 2.<sup>a</sup> Divisão Militar e da 10.<sup>a</sup>. Seria ainda promovido a marechal-de-campo, em 1860, servindo como ajudante-de-campo de D. Pedro V.

<sup>2</sup> A métrica impõe a ectilipse seguida de elisão: *A/ ti,/ que/ **co{m}** um/ go/ver/no/ pro/vi/den/te*,

<sup>3</sup> Tal como está, o verso é hipermétrico. A correção mais óbvia passaria pela substituição do demonstrativo pelo artigo indefinido: *E/ **num**/ mu/do/ fa/lar/, que/ tan/to ex/pri/me*

---

<sup>4</sup> A regularidade do verso depende da leitura de *benefícios* com síncope, que permitirá considerar a existência de um decassílabo sáfico: *Gra/to aos/ b{e}ne/fi/cios/ teus,/ à/ tu/a es/ti/ma,*

<sup>5</sup> A métrica impõe a leitura *átfo}mo*, com síncope.

<sup>6</sup> O verso é hipométrico, problema que poderia ser ultrapassado através da substituição do possessivo (*Minhas*) pelo artigo definido (*As*).

<sup>7</sup> Este verso é hipométrico, apresentando 9 sílabas. Uma correção possível consistiria na introdução do artigo definido no início do verso.

<sup>8</sup> A métrica impõe a leitura *ac{u}mulou*.

<sup>9</sup> O verso tem 11 sílabas.

<sup>10</sup> Por razões métricas, devemos ler *p{a}ra*.

<sup>11</sup> O verso tem 11 sílabas.

<sup>12</sup> Este verso também apresenta 11 sílabas.

#### Arte poética

O poema é formado por decassílabos brancos. Com as particularidades apontadas, predomina o modelo de acentuação heroica, mas são sáficos os vv. 2, 10, 23, 27, 33, 38, 41 e 42.

#### Testemunho

*Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde*, n.º 106, 12 de julho de 1845, p. 424.

## EPÍSTOLA

A \*\*\*

Virtude é fazer bem; não mal justiça.

Lembras-te, amigo meu, das belas noites  
Em que palestra amena nos doirava  
Algumas horas, que passavam breves?  
Lembras-te dessa noite, em que dizias,  
5 Que se pudesses dedilhar a lira,  
Qu'imortalizou Camões, Garção, Elpino<sup>1,2</sup>  
Empregaras teu canto em honra desse,  
Que exerce a caridade, e nela emprega  
Parte dos bens, que lhe doou a sorte?  
10 Tua linguagem, tão correta sempre,  
Que leva a convicção aos seios d'alma;  
Teu conciso falar, que tanto exprime,  
Nunca foi tão sublime e tão fecundo,  
Como no quarto d'hora, em que teus lábios  
15 Esparziram de flor's, quanto bastava  
P'ra grinalda tecer, brilhante e bela,  
Merecida<sup>3</sup> pelo herói, que t'inspirava;  
Condigna a tal assunto, a caridade!  
Tua enérgica frase, revelava  
20 Sentimentos que n'alma te pululam;  
Que és bom, que és generoso acreditara  
O que, sem provas ter, pudesse ouvir-te.  
Disseste-me, depois, que desejavas  
Ver cantado, por mim, tão nobre assunto:  
25 Cega-te a amizade, ó caro amigo!  
Vês talentos em mim que não possuo;  
É a custo que, da lira, os sons arranco;<sup>4</sup>  
Quando, esses mesmos sons, apenas podem  
Esboçar, bem de leve, os sentimentos

30 Que, a amizade sincera em mim desperta.

Três lustros só contava, e já da Pátria  
Os benéficos ar's me não sorriam;  
Nas africanas plagas definhava  
A mais bela porção da juventude;  
35 Por constante doença atormentado,  
Via, em<sup>5</sup> ócio, decrescer os belos dias,  
Que pudera<sup>6</sup> aproveitar, polindo o engenho;  
Por fim que sucedeu? O estro altivo,  
Que devera aspirar a amplos voos,  
40 Finou-se, qual, de jardim, flor mimosa,  
Que fora pelo tempo maltratada,  
Se do cultor a mão a não socorre,  
Seca mesmo em botão, não desabrocha.

Como pois, querias<sup>7</sup> tu que eu aceitasse  
45 O precioso mister, que m'incumbias?  
Como? — P'r'o receber era preciso,  
Que medir não soubesse as próprias forças.  
E, contudo, ao sofrer minha alma afeita  
(Qual precioso metal luzente e belo,  
50 A quem o trato mau não tira o brilho)  
Depois do sofrimento a ter pungido,  
Tornou-se mais subtil, mais delicada;  
No prazer, ou na dor, é forte, é grande.  
Mas, que importa o sentir? se à inteligência  
55 Não lh'ê dado abranger-me a alma inteira?  
Quando não posso transmitir aos outros,  
Sublimes sensações, que ali se ocultam?

A caridade<sup>8</sup>, amigo meu, essa virtude,  
Exercida por ti tanto em segredo,  
60 De meu peito é também belo apanágio:  
Como tu, eu senti prazer extremo;  
Como tu, desfrutei um gozo puro,  
Nessas três noites,<sup>9</sup> em que um génio grande,  
O Passeio fez abrir à caridade.<sup>10</sup>

65 Quando, em pé no terraço onde subira,  
Dominava, com a<sup>11</sup> vista, o amplo espaço,  
Beatificava-se a alma, e eu sentia  
Complexo de prazer e de tristura,  
Deliciosa sensação, que não s'exprime.<sup>12</sup>

70 Deleitava-se a vista contemplando  
Os milhares de lumes multicores;  
Mas frouxos, de maneira a não tirarem,  
Do ingente<sup>13</sup> arvoredos, a majestade.

Pura, estrelada a noite, o ar sereno,  
75 Creditaras que o céu tomava parte  
Na função, à pobreza consagrada;  
Meigos, brandos favónios embalavam  
Os diáfanos globos, que faziam  
Subdividir-se a luz em várias cores;  
80 Moviam-se, como que, para chamarem<sup>14</sup>  
O povo que, de fora, estava, adrede,  
C'o fim d'ali gozar quanto podia.

Louvei a ideia feliz, que colocara,<sup>15</sup>  
De modo a dominar todo o recinto,  
85 Da caridade<sup>16</sup> o farol, brilhante Estrela!  
Sustiam-na, do mundo, as quatro partes,  
Sobre as quais esparzia, engrinaldados,  
As rosas, os jasmims, as açucenas:  
Essa Estrela brilhante, em si continha  
90 De lumes.... talvez mil, que pareciam  
Outros tantos piropos, ali postos  
Pela poderosa<sup>17</sup> Mão da Providência.

Nos bazares depois, um novo quadro,  
À vista se oferecia: eram diversos  
95 Objetos d'arte e gosto, ali levados  
Por benéficas mãos, que desejaram  
À caridade<sup>18</sup> pagar mais um tributo.  
Os olhos decorri por sobre as prendas,  
E, em mais duma das of'rendas tuas,

100      Teu grato nome pude ver escrito.  
Ali nobres, lindas mãos distribuíam<sup>19</sup>  
Porção de sortes, recebendo em troca  
Pequena esmola, que tornava grande  
A multidão de gente, que acudia  
105      Ao reclamo geral da caridade;  
Encarregavam-se outras d’entregarem  
As prendas, a quem dono a sorte dera;  
Ao passo que, se davam pressa, algumas,  
Em preencher o lugar, das que saíam,  
110      Com objetos iguais, ou com diferentes<sup>20</sup>.  
Era belo ver Senhoras<sup>21</sup>, tão distintas,  
À pobreza prestar um tal serviço,  
Com graça, modo e gesto d’encantarem:  
Ao vê-las, eu julgava ter presentes  
115      As Dríadas, gentis daqueles sítios,  
Que folgavam por ver seus pátrios lares,  
Servir em um mister ao céu tão grato.  
Se meu estro aspirar, ah se pudesse!  
À post’ridade passar tão gentil feito,<sup>22</sup>  
120      Aqui gravara, desde já, seus nomes.

Fui ter ao botequim, a caridade  
A minha entrada ali também pedia;  
Reclamei de café pequena taça,  
E, mal os lábios meus tocaram nele,  
125      Logo o reconheci, como oriundo  
D’ilhas de Cabo Verde, onde eu passara  
Uns doz’anos de bem custosa vida;  
Reconheci-o porque, se<sup>23</sup> não tão forte,  
Em aroma e sabor não cede ao moca<sup>24</sup>.  
130      O café me levou a ideias tristes:  
Lembrei-me desse povo meigo e dócil,  
A quem, mais duma praga, o céu mandara;  
Que luta com a peste, a fome e a seca;  
Que precisa, tem jus à caridade!  
135      El’, que não duvidara, em tempos prosp’ros,  
Às rochas marinhar<sup>25</sup>, dali tirando,  
Com risco de perder a própria vida,

A urzela<sup>26</sup>, mordente<sup>27</sup> valioso,  
A qual deu à Nação quanto bastara  
140 Para hoje o livrar de tais flagelos!  
A experiência<sup>28</sup>, porém, lhe tem mostrado  
Que, em Lísia, a caridade não s'extingue;  
E, se um Governo paternal não pode,  
Pagando a dívida, extinguir os males,  
145 Que pungem, apoquentam, mortificam  
Um povo que também de Lísia é filho,  
Estão cá muitas almas benfazerentes,  
Que, ao primo aceno, correm pressurosas,  
Ofertando, com gosto, quanto podem,  
150 E mandando-lhe, como já fizeram,  
Com que se lhe minore o sofrimento.  
Honra lhes seja por ação tão nobre.

Feitas tais reflexões, fui percorrendo  
As ruas laterais, onde alguns quadros,  
155 Sem significação e sem interesse,  
Se divisavam<sup>29</sup>, a par dos rostos nobres  
De Luís de Camões, do Gama e Castro:  
A piedade, também, se desenhava  
No sofredor aspeto de um mendigo.

160 Fui sentar-me depois numa cadeira,  
E, ao passo que o som, de orquestra imensa,  
Me fazia admirar os grandes génios  
De Mozart, de Rossini, e de Maerbeer<sup>30</sup>,  
Afangava, com a<sup>31</sup> vista, esse espectác'lo  
165 Grandioso, sublime, que ofereciam  
Centenares de pessoas reunidas,  
Guardando um tal respeito, um tal silêncio,  
Que um cego, estando lá, não creditara  
Que s'encontrass'ali seis mil pessoas.  
170 E, contudo, esse povo estava alegre,  
Da alegria<sup>32</sup>, que produz a consciência  
De haver<sup>33</sup> praticado uma ação boa.  
“É magnífico! é belo! é portentoso!”  
Eram as<sup>34</sup> exclamações que mais se ouviam.

175 “É nosso o benefício, e não dos pobres;  
“Pois que val a esmola, que nos pedem,  
“A par das distrações, que nos outorgam?”

E tudo isto era obra dum só homem!  
De Guedes<sup>35</sup> benfazejo, que merece

180 Mil bênçãos da pobreza, a quem socorre,  
Como se fora da piedade o Nume!  
Foi uma inspiração da caridade,  
Que, mal na mente lhe cruzou, brilhante,  
Desde logo tratou de a pôr em prática:

185 Dificuldades<sup>36</sup> venceu, transpôs barreiras,  
Expôs-se, mesmo, a perder dum golpe,  
Avultada quantia, na incerteza  
De ver que o povo lh’anuía aos votos.  
Seguido dos amigos que chamara,

190 E que tanto, também, se distinguiram,  
Muitas vezes o vi, apressurado,  
Concitar ao trabalho e, providente,  
Remédio dar de pronto ao que faltava.  
Assim, com persev’rança e com fadigas,

195 Conseguiu ver coroados<sup>37</sup> seus esforços,  
Dando-nos o espetáculo sublime,  
Que os pobres versos meus mal tem traçado.  
Anelava possuir eu me dizia,  
O plectro de oiro de Garrett sublime,

200 Para tecer então condigna coroa,  
Único galardão de tais serviços.  
Mas se meus voos<sup>38</sup> não podem ir tão longe,  
As preces minhas subiram bem alto,  
Rogando ao Deus Clemente, ao Deus que Manda

205 Cultivar, exercer a caridade,  
Que olhe sempre, de benigno Aspeto,  
Aquele que compr’ende, e que avalia  
Toda a magn’extensão dessa virtude.  
.....

210 Iria mais por diante, se não fora  
Numerosa, fugaz, ígnea girândola,  
Remontando-se no ar<sup>39</sup>, estrepitosa,

Dizer-me que o recinto ia fechar-se.

Portanto, amigo meu, tendo gozado  
Das fortes sensações, que te hei descrito,  
215 Na esplêndida função da caridade,  
Anuía gostoso aos teus desejos,  
Se acaso o estro meu pudesse tanto.  
Fá-lo-ia, assim mesmo, se a memória  
Me ajudasse a escrever o que disseste,  
220 Na noite em que tratámos desse assunto;  
Porquanto, as expressões, qu'então soltaste,  
Bastavam, por si só, para exaltarem  
O que chega a tocar na epopeia.  
Eram dignos de apreço os elogios  
225 Dispensados, por ti, ao bom do Guedes;  
Proferidos<sup>40</sup> em recinto bem pequeno,  
Ouvidos só por dois dos teus amigos,  
Que o entusiasmo teu bem partilhavam,  
Não tinham o temor de ser descritos.  
230 Depois a minha voz casou-se à tua;  
As ideias, esposei<sup>41</sup>, que produzias;  
E, pela viva flama, dominados,  
Que acende o louvor das ações boas,  
Derramámos quanto a alma em si continha,  
235 Sem recearmos que se nos dissesse,<sup>42</sup>  
Que queimávamos (nós!) bem pobre incenso,  
P'r'em troca ver arder aloés ou mirra.

Mas A \*\*\*, em ti também cabia,  
D'encómios, uma não pequena parte;  
240 Teu nobre coração também compr'ende  
O quanto o homem deve à caridade;  
E se em tão grande escala a não praticas,  
É porque teus recursos, limitados,  
Não podem abranger tão largo espaço.

245 Já três horas ouvi, e desd'a noite  
Ocupo-me gostoso em escrever-te:  
É forçoso parar, pois qu'inda tenho

De transcrever, com letra mais legível  
As frases que p’r’aqui lancei a rodo;  
250 Se guardara p’r’o dia o copíá-las,  
Tentara corrigir as graves faltas;  
E, como não pudesse consegui-lo,  
Resolvera, talvez, em não mandar-tas.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 1852.

JOSÉ EVARISTO D’ALMEIDA

---

Notas

<sup>1</sup> Elpino – provavelmente Elpino Nonacriense, nome arcádico do poeta António Dinis da Cruz e Silva (1731-1799). Pode referir-se também a Elpino Duriense, pseudónimo de António Ribeiro dos Santos (1745-1818) ou a Elpino Tagídeo, nome usado por José Maria da Costa e Silva (1788-1854).

<sup>2</sup> Este verso tem 11 sílabas, a menos que admitamos a leitura *imort{a}lizou*, com síncope, que se afigura pouco natural.

<sup>3</sup> A métrica impõe a leitura *Mer{e}cida*.

<sup>4</sup> Por razões métricas, é obrigatória a sinalefa no início do verso: *É a/ cus/to/ que,/ da/ li/ra, os/ sons/ a/rran/co*.

<sup>5</sup> A métrica obriga a uma sinalefa no início do verso: *Via, em/ ó/cio/, de/cres/cer/ os/ be/los/ di/as*.

<sup>6</sup> Por razões métricas, é obrigatória a leitura *p{u}dera*, com síncope, embora esta se afigure pouco natural.

<sup>7</sup> Para termos um decassílabo regular, impõe-se a leitura *qu{e}rias*.

<sup>8</sup> Mesmo admitindo a leitura *car{f}idade* ou *c{a}ridade*, o verso tem 11 sílabas.

<sup>9</sup> A passagem – e o poema – refere-se a uma festa promovida pelo Asilo de Mendicidade com o objetivo de angariar fundos. A função decorreu no Passeio Público de Lisboa, ao longo de três noites: 31 de agosto, 2 e 4 de setembro de 1851.

<sup>10</sup> O verso tem 11 sílabas, a menos que admitamos a síncope do *a* em *P{a}sseio* ou a redução das duas sílabas finais dessa palavra a uma só.

<sup>11</sup> A métrica impõe a ectílipse seguida de elisão: *Do/mi/na/va,/ co{m} a/ vis/ta, o/ am/plo es/paço*,

<sup>12</sup> Este verso tem 11 sílabas.

<sup>13</sup> A métrica impõe a dialefa no início do verso: *Do/ in/gen/te ar/vo/re/do, a/ ma/jes/ta/de*.

<sup>14</sup> Mesmo admitindo a sinérese no vocábulo inicial, o decassílabo é um falso heróico, dado que a 6.<sup>a</sup> sílaba é muito branda: *Mo/viam/-se/, co/mo/ que/, pa/ra/ cha/ma/rem*

<sup>15</sup> O verso é hipermétrico, a menos que admitamos *ideia* como dissílabo.

<sup>16</sup> Para termos um decassílabo regular, devemos ler *car{f}idade* ou *c{a}ridade*.

<sup>17</sup> A métrica impõe a leitura *pod{e}rosa*, com síncope.

<sup>18</sup> Para termos um decassílabo regular, temos de admitir a leitura *car{f}idade* ou *c{a}ridade*.

<sup>19</sup> Este verso é hipermétrico.

<sup>20</sup> A métrica obriga à leitura *diff{e}rentes*.

<sup>21</sup> Para termos um decassílabo regular, temos de admitir a leitura *S{e}nhoras*, com síncope.

<sup>22</sup> Este verso tem 11 sílabas.

<sup>23</sup> Para obtermos um decassílabo regular, temos de admitir a sinalefa em *s{e} não*.

<sup>24</sup> moca – variedade de café fino originário da Arábia.

<sup>25</sup> marinhar – subir ao alto, como os marinheiros à gávea.

<sup>26</sup> urzela – musgo utilizado na tinturaria, que na primeira metade do século XIX representou uma importante fonte de receitas para o arquipélago, vindo depois a ser progressivamente substituído por corantes químicos.

<sup>27</sup> mordente — segundo a edição de 1889 do dicionário de Moraes, é uma “Preparação, em que os tintureiros banham a seda, lã, linho, e o algodão, em fiados, ou tecidos, para n’elles fixarem as tintas, em que depois os mettem, ou com que imprimem as côres, e matizes, applicando-lhes os moldes”.

<sup>28</sup> A métrica impõe a leitura *exp{e}riência*, com síncope.

<sup>29</sup> Para termos um decassílabo regular, temos de admitir a leitura *d{f}isavam*, com síncope.

<sup>30</sup> Maerbeer – Giacomo Meyerbeer (nascido Liebmann Beer) (1791-1864), compositor alemão.

<sup>31</sup> A métrica impõe a ectilipse seguida de elisão: *A/fa/ga/va,/ co{m} a/ vis/ta, e/sse es/pe/ctá/c’lo*

<sup>32</sup> Para se obter um decassílabo, é necessária a sinalefa entre as duas primeiras palavras e a leitura *al{e}gria*, com síncope.

<sup>33</sup> Por razões métricas, é obrigatória a dialefa entre os dois vocábulos iniciais.

<sup>34</sup> A métrica impõe, no início do verso, uma ectilipse seguida de elisão: *E/ra{m} as/ ex/cia/ma/ções/ que/ mais/ se ou/vi/am*.

<sup>35</sup> Guedes – José Isidoro Guedes, cujas datas de nascimento e morte não pude apurar, o 1.º Visconde de Valmor. De acordo com Afonso Eduardo Zuquete (2000: III, 471), desempenhou as funções de deputado em várias legislaturas, para além de ter sido par do Reino, membro do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima e diretor de várias instituições, como a Associação Comercial de Lisboa e o Asilo de Mendicidade.

<sup>36</sup> Para termos um decassílabo, temos de aceitar a leitura *D{f}iculdades*, com síncope.

<sup>37</sup> A métrica obriga à leitura *c{f}roados*.

<sup>38</sup> Por motivos métricos, é obrigatória a leitura de *voos* como monossílabo.

<sup>39</sup> A métrica impõe a sinalefa em *no ar*.

<sup>40</sup> A métrica impõe a leitura *Prof{f}eridos*, com síncope.

<sup>41</sup> Para termos um decassílabo, somos obrigados a fazer a leitura *{e}sposei*, com aférese.

<sup>42</sup> A acentuação deste verso oferece algumas dúvidas: parecendo tratar-se de um sáfico, tem uma 8.º sílaba muito débil.

---

Arte poética

O poema é formado por decassílabos brancos. Com as particularidades apontadas, domina o modelo de acentuação heroica, mas são sáficos os vv. 1, 3, 5, 9, 10, 22, 40, 50, 56, 63, 99, 102, 103, 120, 124, 128, 143, 144, 152, 181, 183, 186, 199, 203, 206, 217 e 235, sendo usado o pentâmetro iâmbico nos vv. 95, 122, 131 e 230.

Testemunho

Lisboa, Imprensa Nacional, 1852

## Apêndice

É pois verdade, ó Bastos! que te ausentas?  
É certo que nos deixas, tão saudosos,  
A nós, que como a filhos estimavas;  
Ao Povo, que de Pai te dava o nome;  
5 As ternas afeições, o amor, o extremo?...  
Inda não posso crê-lo , ainda julgo  
Que de sonho falaz eu sou joguete!.....  
Mas não há duvidá-lo, em mim o sinto  
No gélido tremor que me possui,  
10 Do coração no doloroso aperto  
Com que a saudade em plúmbea mão o esmaga!  
Mas não há duvidar, bem claro o vejo  
Dos rostos, na tristeza, que me cercam;  
No arquejar dos peitos, nos suspiros  
15 Qu' em mal sumidos sons aura benigna  
Conduz a misturar-se com meu pranto.  
E tu choras também;.... furtiva lágrima  
Tua face, regar, vejo, crestada  
Pelo ardor dos combates, onde o sangue  
20 Mais puro que nas veias te corria  
À Pátria, à Liberdade afouto deste.  
É pois verdade, ó Bastos, que nos deixas?!  
Alteroso baixel já insofrido  
Só espera por ti; nauta celeuma  
25 Em compassados sons lá se alevanta  
E co' as vagas d'envolta vem quebrar-se  
Nas broncas penedias, ermas praias,  
Tão ermas como os peitos dos que deixas:  
Adunco ferro, que o cerúleo reino  
30 Foi devassar ousado, e das Nerei{a}des<sup>1</sup>

Os bandos tão fermosos viu cercarem  
Anfitrite donosa, eis quasi a pique;  
Da fraca brisa ao sopro já desfraldam  
Branças velas que os mastros vão beijando;  
35 Ousado Palinuro ao timão corre  
Os destinos reger da vasta mole....  
De Tétis já diviso voltejarem  
Em torno do baixel as belas ninfas  
Que os níveos braços alçam, e com eles  
40 Impulso querem dar à nau que volve,  
E já cabeça faz.... ei-la que altiva  
Inclina majestosa o gentil corpo  
E sulca o campo azul..... Adeus, ó Bastos,  
Escuta os brados meus, ouve os do Povo  
45 Que d’envolta com ais mil bênçãos ergue  
“Galerno, brando vento as velas inche  
Té que da Pátria cara as praias toques;  
De rosas seja o mar, Tritões fagueiros  
Sobre as ondas saltando te conduzam  
50 Da fermosa Ulisseia a ver os muros[;]  
Feliz viaje’ e breve, ó Bastos, tenhas  
Como quem os seus conta por amigo.”  
Assim o Povo clama, enquanto eu triste  
Ao Tempo invocações ergo sinceras  
55 Que de Bastos amigo não me arranque  
Lembranças tão queridas, e fagueiras,  
Que n’alma guardarei como um tesouro.

---

<sup>1</sup> Creio que há gralha no original. Sem a síncope, o verso fica hipermétrico.

#### Arte poética

O poema é formado por decassílabos brancos. Quanto à acentuação, domina o heroico, mas são sáficos os vv. 10 e 29, sendo usado o pentâmetro iâmbico nos vv. 33, 40, 43, 46, 51 e 53.

#### Testemunho

*Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde*, n.º 105, 5 de julho de 1845, p. 420



## Lost in translation?

### *O escravo e A ilha dos escravos*

Como é muitas vezes sublinhado, as relações entre literatura e cinema são quase tão antigas quanto este último, o que se deve sobretudo à adaptação de textos, quase sempre romances. As razões para isso também são conhecidas, sendo de destacar duas em particular: por um lado, o desejo de *reler* uma obra literária e de a fazer chegar a outros públicos, potencialmente mais vastos; por outro, a partilha entre as duas artes de alguns dos códigos narrativos com que trabalham. Contudo, os resultados são frequentemente decepcionantes, sobretudo para o público que leu e admirou o livro antes da sua transposição para o cinema.

O problema resulta quase sempre da comparação e da não consideração dos limites de cada uma das artes. Face ao texto literário, o filme parece operar por redução, contrapondo à idealização a imagem mais ou menos precisa e concreta. Na verdade, acontece mais do que isso: não se trata de uma mera transposição, ao contrário do que sugere o prefixo *ad-*; trata-se antes de um texto novo, resultado de uma interpretação e de uma criação que, contra o que possa parecer, são originais, mesmo sendo visíveis os laços com o hipotexto literário.

Vem isto a propósito do romance *O escravo*, publicado em 1856 por José Evaristo d'Almeida, e do filme *A ilha dos escravos*, de Francisco Manso, de 2008.<sup>1</sup> Pouco mais de século e meio separam os dois textos, que estão unidos – para além das razões óbvias – por uma particularidade: ambos são, sobretudo pelos temas que colocam, um tanto inovadores para o seu tempo e para o seu

---

<sup>1</sup> Para além do filme, houve também uma série em três episódios, com o mesmo título, exibida na Rádio Televisão Portuguesa.

espaço de circulação; e ambos foram, por razões que não são fáceis de apurar, recebidos com uma fria indiferença.

Antes de passarmos ao estudo de tipo comparativo, convém apresentar rapidamente os dados. Começamos pelo autor do romance, José Evaristo d'Almeida, sobre o qual continuamos a saber muito pouco, apesar dos estudos que vêm sendo publicados desde a reedição do texto feita por Manuel Ferreira em 1989 (ALMEIDA, 1989). Como mostrei em artigo de 2013 (TOPA, 2013), podemos depreender de um poema de 1852 (*Epístola a \*\*\**) que o autor do primeiro romance cabo-verdiano ou de temática cabo-verdiana terá ido para África – não necessariamente para Cabo Verde – com quinze anos, por razões de sobrevivência, sendo atingido por uma doença que não é explicitada. Percebe-se ainda que Evaristo d'Almeida viveu – até 1852, data do poema –, doze anos em Cabo Verde, o que significa que contaria à época pelo menos 27 anos. O seu nascimento fica assim situado nunca depois de 1825, tornando-se improvável a hipótese que indica o seu falecimento já no século seguinte. Além disso, sabemos apenas que foi deputado entre 1850 e 1852.

Quanto ao romance, é possível dizer que se trata de um folhetim ao gosto da época, dominado por um triângulo (ou quadrado) amoroso com um toque de incesto: o escravo João está apaixonado por Maria, sua senhora, que é mulata e que o protege desde há muito, tendo-o até ensinado até a ler; Luísa, também escrava ao serviço de Maria, ama João; na ausência do seu pai, o capitão Cláudio Pimentel, que tinha sido enviado à Guiné, Maria e a mãe recebem a visita de Lopes, um militar miguelista exilado, que logo se enamora da jovem. Cumprindo o papel de vilão, Lopes ensaia uma fracassada revolta militar, para a qual angaria o apoio dos escravos e durante a qual tenta raptar Maria, no que é contrariado por João, que paga com a vida a intrepidez, recolhendo no estertor final o carinho da sua senhora. Paralelamente à intriga principal, surgem histórias secundárias, a mais importante das quais diz respeito a uma misteriosa mulher negra chamada Júlia, que aparece na ilha de Santo Antão de forma não esclarecida e que a partir de certa altura passa a ser considerada como bruxa. À medida que a intriga se vai desenvolvendo, percebe-se que Júlia é uma vítima múltipla: da sua condição original de escrava, às mãos cruéis do dono, Jerónimo Pimentel, que nela gerou aquele que viria a ser Cláudio, o pai de Maria; de viúva do escravo Luís, com quem tem um outro filho, João, o que gera o despeito e o castigo de Pimentel, que mais tarde a escrava – entretanto

alforriada – tentará, em vão, matar; vítima também da sociedade da ilha de Santiago, para onde parte a certa altura em busca de vingança e onde é repelida por todos; vítima, por fim, do único filho que reconhece, João, que não pode aceitar o propósito da mãe de vingança contra Cláudio e Maria, levando Júlia a lamentar a alienação a que o seu rebento fora sujeito: “Oh! a educação pode em ti mais que a natureza: eles haviam de ensinar-te a odiar tua mãe!...” (ALMEIDA, 1856: 174).

Apesar da estrutura folhetinesca e da cedência ao gosto romântico da época, a narrativa de José Evaristo d’Almeida tem muitos aspetos interessantes, inclusive ao nível político-ideológico. Em primeiro lugar, apresenta um retrato bastante verosímil da sociedade do arquipélago, dando conta de um processo de miscigenação biológico (Cláudio Pimentel, a esposa e a filha são mestiços) e cultural (o narrador tem o cuidado de explicar certos comportamentos das personagens apelando aos costumes locais). Por outro lado, dispensa uma atenção considerável a aspetos da cultura africana (expressões em crioulo, a diferença entre o crioulo dos homens e o das mulheres, a música e a dança, as formas de saudação, etc.). Além disso, critica em vários momentos a escravatura (ou, talvez melhor, os seus abusos) e o preconceito europeu, embora o narrador assumira a espaços uma idêntica atitude. Vejamos apenas um exemplo, a propósito justamente da música: “mas a música! a música era infernal! Sem cadencia, sem harmonia e sem gosto, julgaríeis ter na frente a copia viva do quadro de Hoghar «o músico desesperado.»” (ALMEIDA, 1856: 86)



Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/The\\_Enraged\\_Musician#/media/File:Enraged\\_musician.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/The_Enraged_Musician#/media/File:Enraged_musician.jpg)

William Hogarth (1697-1764) foi um pintor e gravador inglês e a gravura em causa, *The Enraged Musician*, é de 1741, mostrando um violinista desesperado pelo facto de não conseguir concentrar-se devido ao barulho da rua que lhe chega pela janela. Com esta alusão fica claro o conceito de música do narrador de *O escravo* e o facto de a música africana não caber na definição.

Voltando ao elenco dos aspetos mais importantes do romance, falta referir a atribuição do papel de protagonista a um escravo, ainda que se trate de um escravo com máscara branca, para recorrer à expressão de Fanon. Mesmo assim, há momentos em que João assume uma postura ou um discurso que sinalizam uma aspiração a mudanças. Veja-se a passagem em que declara ter sentido um “prazer indefinível” com a leitura da “história da revolta dos negros na ilha de São Domingos” (ALMEIDA, 1856: 14). Trata-se certamente, como foi sugerido por Cláudia Almeida (2009: *maxime* 79 e ss.), da leitura de *Bug-Jargal* de Victor Hugo, que teve a sua primeira versão impressa em 1820, e da revolução e independência do Haiti. Embora este sonho de João como herói libertador não tenha continuidade, não podemos negar a importância da sugestão de que algo de semelhante poderia acontecer em Cabo Verde. Há de resto vários momentos em que o escravo se pronuncia contundentemente contra a escravatura, embora em privado (perante Luísa) e de modo circunstancial (na sequência de um desgosto amoroso). Vejamos apenas este exemplo: “– Maldição! oh! maldição sobre os brancos que primeiro vieram devassar nossos climas; que chamaram selvagens a nossos costumes; e que – despertando a ambição em nossos pais – os levaram a sacrificar seus filhos à posse de vis ouropéis!” (ALMEIDA, 1856: 56).

Apesar do que acaba de ser dito, também é possível argumentar em sentido contrário, sustentando que se trata apenas de uma história de amor, à maneira romântica, cujo protagonista é mais um escravo de amor que um escravo de facto e que termina com a morte do negro. Seja como for, devemos colocar a questão no contexto devido, observando, por exemplo, que, se é verdade que estamos muito longe de *The Interesting Narrative of the Life of Olaudah Equiano, or Gustavus Vassa*, que é de 1789, não é menos verdade que, à data da publicação do romance de Evaristo d’Almeida, o tema do negro e do escravo ainda dava os primeiros passos nas literaturas de língua portuguesa (note-se, por exemplo, que *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, surge apenas em 1875).

Outro aspeto a ter é conta é o facto de *O escravo* ter um fundo (pelo menos parcialmente) histórico, apoiando-se em dois acontecimentos registados por Sena Barcelos (1910): a revolta, na noite de 21 de março de 1835, de um batalhão que tinha desembarcado a 26 de fevereiro na Praia (e fora o batalhão n.º 21 de Infantaria de D. Miguel, maioritariamente composto de açorianos de S. Miguel (BARCELOS, 1910: 53 e ss.)); a revolta, na noite de 6 de dezembro do mesmo ano, de um conjunto de escravos que tentou tomar a vila de assalto (BARCELOS, 1910: 121 e ss.). Ficcional é a junção dos dois acontecimentos e, por contraditório que possa parecer a uma primeira vista, o esvaziamento da sua densidade histórica e do seu significado: na ideologia do romance, ambos os episódios são devidos a seres maléficos (Lopes e Júlia), vindos de fora para tentar perturbar o idílio da ilha. De facto, mais do que um miguelista que tenta reverter a derrota, Lopes é apresentado sobretudo como o branco da metrópole, movido pela ganância e pela concupiscência. Da mesma forma, Júlia é menos a representante das vítimas da escravatura e da desumanidade do sistema e mais a louca que age apenas por vingança.

Ora a grande diferença do filme de Manso está precisamente na assunção da densidade histórica que subjaz ao romance, o que implicou, como veremos, uma verdadeira recreação do texto. Mas antes de refletirmos sobre a película, façamos uma breve apresentação do realizador.

Francisco Manso (n. 1949) tem uma longa carreira cinematográfica como argumentista, produtor e realizador, destacando-se sobretudo no domínio do cinema documental, com trabalhos como *Terra Nova, mar velho* (1983) ou *Memórias de um rio – Avieiros, os nómadas do Tejo* (2004); como autor de filmes sobre episódios e figuras da história de Portugal, como *Assalto ao Santa Maria* (2009) ou *Aristides de Sousa Mendes: O Cônsul de Bordéus* (2011); e como adaptador de romances cabo-verdianos, como é o caso de *O testamento do Senhor Nepumoceno da Silva Araújo* (1997), *A ilha dos escravos* (2008) e *Os dois irmãos* (2018), o primeiro e o último a partir de obras de Germano Almeida. O segundo, que aqui nos interessa mais diretamente, teve como guionista o escritor António Torrado, que não fez propriamente uma adaptação do romance de Evaristo d’Almeida: como se informa no final da película, esta foi apenas inspirada em *O escravo*, acrescentando-se que o livro se baseara em acontecimentos históricos da primeira metade do século XIX.

A primeira grande diferença entre as duas obras reside no título, que passou de *O escravo* para *A ilha dos escravos*. Esta mudança, para além de indiciar a perda de importância de João, *o escravo*, sugere que o espaço passou a estar representado como associado à escravatura, que se tornou deste modo a linha central da obra, num esforço de atualização estética e ideológica do romance. Sem deixar de contar uma história de amor e uma intriga político-familiar (agora um pouco mais complexa, devido à modificação da figura de Lopes), o filme tem assim como foco um tema muito pouco representado na cinematografia portuguesa, o que é tanto mais estranho quanto Portugal foi um dos grandes dinamizadores da escravatura moderna em larga escala. Essa circunstância, associada às dificuldades naturais de um filme de época, representa um risco considerável, tanto do ponto de vista narrativo, como ao nível histórico e ideológico.

O título pode ainda ser interpretado como uma alusão à comédia em um ato de Marivaux, *L'île des esclaves*, de 1725. A peça conta a história de quatro sobreviventes de um naufrágio que chegam a uma ilha onde as leis obrigam a que amos e criados troquem de papéis. Só depois de provarem que foram capazes de se adaptar a uma nova ordem social é que as personagens são autorizadas a retomar a viagem. O filme de Manso não é uma comédia nem tem os traços de utopia da peça de Marivaux. Apesar disso, em alguns momentos, também nele os papéis sociais aparecem invertidos: veja-se uma das cenas iniciais que parece representar uma festa carnavalesca negra; veja-se ainda a derrota que o escravo João inflige a Lopes no jogo das damas.

Voltando à comparação entre o livro e o filme, pode dizer-se que a consequência mais imediata da escolha da escravatura como tema central reside na transformação de algumas personagens, sendo os casos mais importantes os de Tio Tesoura e de Júlia (agora referida muitas vezes como Mãe Júlia), que eram figuras secundárias no romance e assumem na película um certo protagonismo como líderes antiesclavagistas. O primeiro, que era referido no livro como um degredado que tinha uma taverna onde se reúnem os militares revoltosos, é apresentado na película como um escravo forro, vindo das minas brasileiras ao encontro das suas raízes africanas. Membro da Irmandade do Rosário, procura congregar meios para a compra da alforria dos seus semelhantes, sonhando com uma revolução que ponha termo definitivo à escravatura. Júlia, por sua vez, embora mantenha os traços de feiticeira-curandeira, é agora mais

respeitada e temida do que marginalizada, o que explica o seu aprisionamento pelas autoridades e a sua libertação pela população negra. Percebe-se também – até pelo facto de ambos os papéis serem interpretados por atores brasileiros (Milton Gonçalves e Zezé Mota, respetivamente) – que este enquadramento permite colocar a questão da escravatura numa perspetiva mais global, que ultrapassa até o espaço português. Note-se que um número significativo das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário era “dos homens pretos”, tanto no Brasil como em Cabo Verde e outros espaços, funcionando como espaços de assistência e de solidariedade, mas também de afirmação identitária e de resistência. A ilha referida no título do filme funciona assim como sinédoque de um mundo marcado pela divisão racial em que a morte ou a fuga são as únicas soluções: Tesoura é fuzilado; Júlia é sepultada (eventualmente viva) depois de a caverna em que vive ser dinamitada pelas tropas governamentais; só os escravos que haviam fugido de um navio negreiro naufragado de bandeira francesa embarcam livres de regresso às suas terras. A sugestão (enganadora) que Lopes fizera a Tesoura fica assim por concretizar: Cabo Verde não deu uma lição ao mundo abolindo a escravatura, tanto mais que isso contrariaria a história e outros países já tinham dado esse passo. Mantém-se assim o desfecho trágico que marcava o livro de Evaristo d’Almeida, embora agora o tom já não seja de resignação.

Seja como for, há a distância de século e meio a separar as duas obras – a distância que vai da escravatura a outras lutas com fundo racial, a distância que vai do colonial ao pós-colonial – e há a distância que vai da literatura ao cinema, que neste caso implicou uma transposição intersemiótica que, legitimamente, privilegiou a recriação. Se o resultado final, pelo menos ao nível da receção, não terá sido brilhante, a questão não terá resultado de uma *lost in translation*, mas antes de uma falta de disponibilidade nossa para nos confrontarmos com o nosso passado de escravocratas.

## **Bibliografia**

ALMEIDA, Cláudia Bernardete Veiga de (2009). “*O escravo*”: *Entre a identidade caboverdiana e a literatura europeia*. Dissertação de mestrado em

- Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. São Paulo: FFLCH da USP.
- ALMEIDA, José Evaristo de (1852). *Epístola a \*\*\**. Lisboa: Imprensa Nacional.
- ALMEIDA, José Evaristo de (1856). *O Escravo*. Lisboa: Typographia de G. M. Martins.
- ALMEIDA, José Evaristo de (1989). *O Escravo*. Linda-a-Velha: ALAC.
- BARCELOS, Cristiano José de Sena (1910). *Subsídios para a historia de Cabo Verde e Guiné*. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa. Parte IV. Lisboa: Typographia da Academia.
- LOPES, Alberto Francisco Mendes (2010). *Uma leitura do romance “O escravo”, de José Evaristo d’Almeida*. Dissertação de mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes. Porto: FLUP.
- MANSO, Francisco (2008). *A ilha dos escravos*. DVD. Lisboa: Costa do Castelo Filmes.
- MARIVAUX, Pierre Carlet de Chamblain de (2000). *L’île des esclaves*. Ed., pref. et notes par Henri Coulet. [Paris]: Gallimard.
- PIRES, Maria do Carmo Martins (2008). “Narrações e recepções em *O Testamento do Sr. Nepomoceno*, romance de Germano Almeida e filme de Francisco Manso”. In *Diálogos lusófonos: literatura e cinema*. Coord e org. de Annabela Dinis Branco de Oliveira et al. Vila Real: UTAD, Centro de Estudos em Letras.
- SOUSA, Sérgio Paulo Guimarães de (2001). *Relações intersemióticas entre o Cinema e a Literatura: a adaptação cinematográfica e a recepção literária do cinema*. Universidade do Minho: Centro de Estudos Humanísticos.
- SCARANO, Julita (1978). *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- TOPA, Francisco (2013). Para quem de “O escravo”: os poemas de José Evaristo d’Almeida. *REVELL – Revista de Estudos Literários da U. Estadual de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande. ISSN: 2179-4456. II: 7 (2.º semestre), pp. 62-77.

## **Entre casados e irmãos: crimes de honra**

**em Germano Almeida, García Márquez e Pirandello**

O chão é o limite  
Pendo para lá todos os dias.

Ana Paula Tavares, *Como  
veias finas na terra*

1. É antiga a relação entre direito e literatura, embora a corrente disciplinar que visa estudar os vínculos entre as duas áreas se tenha afirmado apenas nos anos 70 do século passado. De facto, quer olhemos para a questão do ponto de vista da literatura quer o façamos a partir do direito, somos obrigados a reconhecer que desde os textos mais longínquos – sejam eles o Código de Hamurabi, a Bíblia ou os poemas homéricos – os dois saberes estão intimamente ligados.

São várias as razões que justificam esse laço. Por um lado, o direito é um facto social, ao mesmo tempo produto e agente do grupo e da cultura em que se inscreve, dialogando assim com uma série de outros elementos socioculturais, entre os quais a literatura. Esta, por sua vez, não só pode constituir fonte inspiradora do direito como sua consciência crítica, a partir do momento em que questões abstratas e casos concretos do direito servem de base a obras literárias. Por outro lado, também os textos jurídicos, na sua enorme diversidade, requerem com frequência uma leitura que se valha da metodologia hermenêutica dos estudos literários. Em ambos os casos, o benefício é habitualmente tido como recíproco: o direito e os seus atores têm ao seu dispor um recurso adicional, menos técnico e menos canónico, mas por isso mesmo mais capaz de levantar questões de alcance mais vasto, ao passo que escritores e

leitores podem sentir-se parte ativa de uma instituição de que não são meros objetos.

**1.1.** De entre toda a vasta gama de crimes, o homicídio, com todas as suas variantes, é um dos pontos mais discutidos, tanto na literatura como no campo jurídico. Forma extrema (e irreversível) de agressão e de punição, a morte – ou melhor, a sua conceção e a sua admissibilidade – tem passado por importantes transformações ao longo da história, suscitando ainda hoje posições muito diversas, de acordo com as sociedades e com as ideologias individuais. Não é só a literatura policial, a de terror ou a ficção científica que se deixam seduzir pelo mistério do crime de morte, indagando motivos, modos e agentes; toda a outra vasta literatura, na sua imensa diversidade de géneros e formas, se revela frequentemente atraída pela transgressão máxima, assim tentando compreender um aspeto central da identidade humana.

**1.2.** Os crimes de honra beneficiaram durante muito tempo de um estatuto jurídico – e também moral – extraordinário que chegou mesmo a garantir a impunidade, total ou parcial, dos que os praticavam. Conceito um tanto difuso e mutável, simultaneamente individual e coletivo, a honra é ainda hoje um elemento importante em quase todas as sociedades, gozando por isso de proteção jurídica. Raphael Bluteau inicia assim o verbete respetivo:

Muitos significados tem esta palavra. Humas vezes he o respeito, & reverencia com que tratamos as peçjoas em razão da sua nobreza, dignidade, virtude ou outra excellencia. Outras vezes he o credito, & boa fama, adquirida com boas aççoens. Outras vezes he a dignidade, & preminencia de algũ cargo na Republica. A honra verdadeira he, a que tanto Thomas definio, premio devido a qualquer virtude. Supposta esta definição, sem virtude, não há honra verdadeira. (BLUTEAU, 1713: IV, 51)

Apesar das transformações entretanto ocorridas, parte desta definição continua atual: com algumas diferenças, a palavra mantém todas estas aceções, ao mesmo tempo que preserva um vínculo pouco preciso com a moral. Já do ponto de vista jurídico, o conceito de honra contempla duas dimensões: a pessoal e subjetiva, que diz respeito ao sentimento da própria dignidade; e a coletiva e objetiva, que tem que ver com o apreço e consideração dos outros.

O direito à honra é hoje, pelo menos no ocidente, universal, não dependendo de fatores como o género. Trata-se, contudo, de uma conquista relativamente recente: durante muito tempo, esse foi um privilégio sobretudo ou

exclusivamente masculino. No caso das mulheres, cabia ao marido ou aos pais a vigilância e a defesa da honra delas, que estava relacionada sobretudo com a sexualidade, consistindo, portanto, na defesa da monogamia e da virgindade, consoante o respetivo estado civil. Numa época em que as sociedades eram mais nitidamente patriarcais, garantir a honra da mulher era uma forma de assegurar a honra do homem e da família, fosse esta mais restrita ou mais alargada.

Como escreve José Neves da Costa, o fenómeno subsiste, mas agora em “sociedades patriarcais com uma estrutura económica agrária pré-industrial, que atribuem à família alargada uma importância central enquanto unidade de vida e económica” (COSTA, 2014: 39). Acrescenta o autor que “Nessas sociedades, a honra, enquanto bem coletivo, é de importância decisiva”, uma vez que constitui um “capital simbólico para o reconhecimento social e para a prosperidade material da família.” (*ibid.*). É esse o motivo que explica a chamada vingança de sangue e o homicídio por motivo de honra, a primeira dirigida contra a mulher considerada prevaricadora e o segundo incidindo sobre o homem visto como responsável pela ofensa à honra. Trata-se em ambos os casos de uma espécie de justiça privada, praticada “por obrigação familiar e cultural numa perspetiva de restauro da mesma” (COSTA, 2014: 48).

O relativismo cultural que se vai impondo nas sociedades ocidentais nem sempre é suficiente para evitar os choques perante este tipo de casos. De facto, por muito que se reconheça a motivação cultural de certos crimes, é frequente a perceção de que se trata mais do exercício da vingança que da justiça. Por outro lado, ao mesmo tempo que a inexistência de um estado forte funciona para alguns como atenuante parcial, a verdade é que a conceção universalista dos direitos humanos impõe a sua rejeição.

Apesar disso, tanto a vingança de sangue como o crime por motivo de honra suscitam um certo fascínio fora dos espaços em que não são comuns, o que se explicará por duas razões principais: por um lado, o facto de serem cometidos quase sempre em família, mobilizando sentimentos extremos e antagónicos; por outro, a circunstância de terem no seu cerne dois dos elementos mais decisivos da vida humana – o sexo e a morte.

2. Não é certo, contudo, que tenham sido só esses os motivos que levaram o cabo-verdiano Germano Almeida a escrever o romance *Os dois irmãos*, publicado em 1995. Para além deles, terá havido também a motivação pessoal:

segundo a nota prévia, o livro baseia-se numa história real, ocorrida em 1976, na qual o autor – jurista de profissão – desempenhara as funções de representante do Ministério Público, assumindo assim o papel de acusador do fraticida. É que, como acrescenta o autor, “Só muitos anos depois percebi que «André» nunca mais me tinha deixado em paz.” (ALMEIDA, 1998: [7]). Fica assim a ideia de que o romance constitui uma espécie de acerto de contas: do autor consigo mesmo, mas também do autor com o réu, a quem declara dever “este livro” (*ibid.*). Sugere-se assim que o julgamento não resolveu a questão, pelo que é de esperar que seja a própria justiça a estar no centro do romance.

Apesar disso, e contra o que talvez fosse de prever, o romance não recria as personagens nem os seus antecedentes, optando antes por centrar-se no julgamento. O tempo da narrativa corresponde assim aos dois dias de sessão e o discurso é frequentemente assumido por um narrador que se identifica com o narrador neutro e assético dos autos judiciais, numa sugestão de que o romance consistiria, pelo menos em parte, na transcrição dessas peças. Com este conjunto de opções, o autor coloca o leitor na posição de juiz: dotando-o dos mesmos meios de que dispôs a máquina judicial, leva-o às mesmas dúvidas e hesitações.

Não se trata, porém, do caso clássico da hesitação entre a absolvição e a condenação do réu. De facto, não há dúvida de que André Pascoal matou o seu irmão João; também não restam grandes dúvidas de que este se relacionara sexualmente com a cunhada durante a ausência do irmão, que emigrara para Portugal em busca de melhores condições de vida. Falta, porém, a resposta a duas perguntas: Até que ponto o fraticídio resultou de uma decisão voluntária cujo responsável único foi o réu? Por outro lado, se se tratou de um homicídio *reativo*, como explicar a desfasagem de 21 dias entre a chegada do réu à sua aldeia e a prática do crime?

Não é fácil – e, sobretudo, não é inequívoco – responder às perguntas. E é essa, talvez, a grande *lição* do romance de Germano Almeida, que vai, contudo, mais longe. Na verdade, mais do que questionar a possibilidade de justiça, mais do que mostrar os bloqueios de comunicação entre os agentes da justiça e os réus e a assistência, mais do que discutir as várias formas do direito, mais do que avaliar os efeitos da independência e da descolonização, *Os dois irmãos* avança para uma conclusão desconcertante: acima de tudo, impõe-se o *peso* do imponderável, do circunstancial, do fortuito, do destino. Dessa forma,

Germano Almeida aproxima-se de um segundo modo do Gabriel García Márquez de *Crónica de una muerte anunciada*. Vejamos porquê.

**2.1.** Foi o próprio ficcionista de Cabo Verde quem reconheceu, em entrevista, a sua dívida para com o nobel hispânico, admitindo a influência deste no modo de escrever a história.<sup>1</sup> Em função dessa declaração, vários ensaístas têm abordado a proximidade entre as duas obras, discutindo quase em exclusivo o enredo e o que há nele de cultural e ideológico. Ora, do meu ponto de vista, as questões essenciais são outras. Por um lado, como explicou o próprio Germano Almeida, a *inspiração* teve que ver com o modo de contar a história; por outro, a proximidade das narrativas traduz-se também na explicação (ou falta dela) do crime.

Em *Crónica de una muerte anunciada*, a narração é assumida por um amigo da vítima, que tenta reconstituir o caso 27 anos depois, com base numa longa série de depoimentos e numa parte do processo judicial, resgatado ao fim de cinco anos de insistentes buscas no desorganizado arquivo. Apesar do trabalho metuculoso, o narrador chega às mesmas conclusões do juiz: tratou-se de um “homicidio en legítima defensa del honor”<sup>2</sup> (GARCÍA MÁRQUEZ, 2021: 59), praticado pelos gémeos Pedro e Pablo Vicario. Ao fim dos três dias do julgamento e depois de três anos de prisão preventiva, os irmãos seriam absolvidos, apesar de terem declarado “que hubieran vuelto a hacerlo mil veces por los mismos motivos” (*ibid.*). Permanecem, porém, as duas grandes dúvidas do início: por um lado, a questão de saber se a vítima, Santiago Nasar, tivera efetivamente parte na perda da virgindade da noiva, Angela Vicario; em segundo lugar, explicar como fora possível a concretização de um crime anunciado a tanta gente, mas a que ninguém atribuíra crédito. Ou, nas palavras do narrador, “parecía ser que los hermanos Vicario no hicieran nada de lo que convenía para matar a Santiago Nasar de inmediato y sin espectáculo público,

---

<sup>1</sup> Cf. FORTES, 2005: 3.

<sup>2</sup> Embora se aceite a utilização de traduções em estudos de literatura comparada, optei por trabalhar com edições nas línguas originais, tanto mais que o leitor de português não costuma ter dificuldade em compreender o espanhol. É certo que essa facilidade nem sempre se estende ao italiano. Apesar disso, preferi fazer as citações do conto de Pirandello nessa língua, uma vez que a única tradução portuguesa que encontrei não me parece que seja sempre adequada. De qualquer modo, todas as transcrições do italiano serão acompanhadas da versão portuguesa, em nota de rodapé.

sino que hicieron mucho más de lo que era imaginable para que alguien los impidiera matarlo, y no lo consiguieron” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2021: 60).

A primeira dúvida acaba por não ter resposta: as amigas de Ángela declararam que ela “Nos dijo el milagro pero no el santo.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2021: 115), ao passo que outros inquiridos dizem que “nadie creyó que en realidad hubiera sido Santiago Nasar. Pertenecían a dos mundos divergentes. Nadie los vió nunca juntos, y mucho menos solos. Santiago Nasar era demasiado altivo para fijarse en ella.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2021: 104). Esta dúvida-certeza – irrelevante para o processo judicial, mas de grande importância para o narrador e para a sua história – acaba por fazer de Ángela algo mais que uma simples vítima. De facto, ao apontar um falso responsável, ela assume, pelo menos em parte, as rédeas da sua vida: “La versión más corriente, tal vez por ser la más perversa, era que Ángela Vicario estaba protegiendo a alguien a quien de veras amaba, y había escogido el nombre de Santiago Nasar porque nunca pensó que sus hermanos se atreverían contra él.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2021: 104-5). Por outro lado, a mulher rejeitada na noite de núpcias acaba depois por converter-se em senhora do seu destino, apaixonando-se pelo homem que a abandonara, num percurso que lembra o dramático poema “Caso do vestido”, de Carlos Drummond de Andrade: “Se volvió lúcida, imperiosa, maestra de su albedrío, y volvió a ser virgen sólo para él, y no reconoció otra autoridad que la suya ni más servidumbre que la de su obsesión.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2021: 115). De forma inesperada, a história termina bem para ela: 2.000 cartas depois, Bayardo San Román volta para buscá-la. Como veremos, esta é uma diferença importante entre a novela de García Márquez e o romance de Germano Almeida.

A segunda dúvida parece ter como resposta o acaso – um acaso que todos relutam em aceitar, a começar pelo próprio juiz, “que era un hombre abrasado por la fiebre de la literatura” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2021: 114):

Estaba tan perplejo con el enigma que le había tocado en suerte, que muchas veces incurrió en distracciones líricas contrarias al rigor de su ciencia. Sobre todo, nunca le pareció legítimo que la vida se sirviera de tantas casualidades prohibidas a la literatura, para que se cumpliera sin tropiezos una muerte tan anunciada. (*ibid.*)

Esta inversão de termos entre a literatura e a vida, este triunfo do imponderável sobre o lógico e o racional, não chegam a pôr em causa a justiça, mas abalam as convicções do juiz, de um modo não muito diferente do que acontece em *Os dois irmãos*.

De facto, há óbvios pontos de contacto entre as duas obras, inclusive ao nível do enredo, tanto mais que ambas têm por base o relato (baseado em casos reais) de um crime por motivo de honra relacionado com o sexo e com um certo conceito de masculinidade. Apesar disso, as diferenças são consideráveis: no romance cabo-verdiano a *ofensa* ocorre dentro do casamento e é praticada pelo cunhado, isto é, pelo irmão do *ofendido*; o crime é levado a cabo pelo *ofendido*, depois de uma forte pressão dos pais e da comunidade; a figura da mulher não tem relevância na história, que é contada a partir dos autos; o leitor não chega a saber totalmente o desfecho do processo. No entanto, o romance de Germano Almeida, um pouco à semelhança de *Crónica de uma morte anunciada*, começa de certa forma pelo fim: “O juiz acabaria por considerar como provado que André Pascoal matou o irmão em circunstâncias não de todo perfeitamente esclarecidas mas que no entanto apontaram a sua convicção para a prática de um crime de homicídio voluntário.” (ALMEIDA, 1998: 11).

Este conjunto de observações sugere de imediato que, apesar de algumas coincidências, o enfoque é outro. Na verdade, o romance cabo-verdiano tem por centro o julgamento, com a sua linguagem e os seus rituais. Mostrando-o por dentro, expondo os seus bastidores, revelando alguma coisa dos seus agentes, *Os dois irmãos* acaba por sugerir que o apuramento da verdade e a realização da justiça são tarefas impossíveis, dada a complexidade do ser humano e da vida.

**2.2.** Há, contudo, várias outras questões que vão sendo colocadas e que justificam a introdução do terceiro vértice de um triângulo de textos: o conto de Luigi Pirandello *La verità*. Publicado originalmente em 1912,<sup>3</sup> o texto seria depois incorporado no volume de 1922 *Novelle per un anno*, na divisão intitulada “L’uomo solo”. Nele se conta a história de um camponês simples e pobre,

---

<sup>3</sup> No *Corriere della sera* de 23 de junho desse ano. Mais tarde, com base nesse e noutro conto, *Certi obblighi*, Pirandello escreveu a comédia *Il berretto a sonagli*, que tivera uma primeira versão em dialeto siciliano feita pelo ator Angelo Musco.

levado a julgamento pelo assassinato da mulher à machadada e condenado a uma pena de 13 anos de cárcere.

Embora seja pouco provável que Germano Almeida tenha lido a narrativa de Pirandello, a verdade é que é grande a semelhança dos respetivos enredos e dos problemas colocados. Tal como André, o protagonista do conto italiano não nega o crime; pelo contrário, assume-o com uma surpreendente candura: “Ma se in codeste carte sta scritto, che ho ammazzato mia moglie, è la verità. E non se ne parla più.”<sup>4</sup> (PIRANDELLO, 2020: 367). Trata-se igualmente de uma pessoa humilde, neste caso um camponês assalariado que passa a semana a trabalhar fora, regressando apenas ao fim de semana. Perguntado pelo nome, identifica-se com o seu *nomignolo*, Tararà, o que lhe vale a repreensão do presidente do tribunal. Desconhece a sua idade e, quando informado de que, tendo nascido em 1873, teria, portanto, 39 anos, comenta com singeleza: “Come comanda Vostra Eccellenza.”<sup>5</sup> (PIRANDELLO, 2020: 366). Quanto às razões que o levaram a praticar o que hoje chamaríamos feminicídio<sup>6</sup> (ou femicídio), começa por declarar simplesmente – como André ou os irmãos Vicario poderiam ter feito – que “non ne ho potuto far di meno, ecco; e basta.”<sup>7</sup> (PIRANDELLO, 2020: 367). Forçado a explicar-se, Tararà – ou Saru Argentu, seu nome de batismo – explica que a culpa não fora sua nem tão-pouco da vítima: apesar de ter sido surpreendida em flagrante delito de adultério, esta última não passaria de uma “povera disgraziata”<sup>8</sup> (PIRANDELLO, 2020: 368). Para ele, a responsável fora a “moglie del signor cavaliere Fiorica, che non ha voluto lasciare le cose quiete.”<sup>9</sup> (PIRANDELLO, 2020: 368), chamando as autoridades para se fazer o registo da infidelidade. Vale a pena transcrever a explicação:

Che c’entrava, signor presidente, andare a fare uno scandalo così grande davanti alla porta di casa mia, che finanche il selciato della strada, signor

---

<sup>4</sup> “Mas se nesses papéis está escrito que matei a minha mulher, é porque é verdade. E não se fala mais nisso.” (PIRANDELLO, 1972: 146).

<sup>5</sup> “Como Vossa Excelência quiser.” (PIRANDELLO, 1972: 144).

<sup>6</sup> Sobre o conceito e algumas das suas questões, cf. ENGMAN, 2021.

<sup>7</sup> “não pude deixar de o fazer; aqui está.” (PIRANDELLO, 1972: 147).

<sup>8</sup> “pobre desgraçada” (*ibid.*).

<sup>9</sup> “da mulher do senhor cavaleiro Fiorica, que não quis deixar as coisas como estavam” (*ibid.*).

presidente, è diventato rosso dalla vergogna a vedere un degno galantuomo, il cavaliere Fiorica, che sappiamo tutti che signore è, scovato lì, in maniche di camicia e coi calzoni in mano, signor presidente, nella tana d'una sporca contadina? Dio solo sa, signor presidente, quello che siamo costretti a fare per procurarci un tozzo di pane!<sup>10</sup> (PIRANDELLO, 2020: 368)

Na seqüência do interrogatório, o homicida reconhece – sempre com grande candura, porventura um tanto encenada – que estava ao corrente da infidelidade da esposa, mas “che era come se io non lo sapessi”<sup>11</sup> (PIRANDELLO, 2020: 368), reiterando a acusação à mulher do *ofensor*:

Ma con quale diritto vossignoria è venuta a inquietare me, che mi sono stato sempre quieto; che non c'entravo né punto, né poco; che non avevo voluto mai né vedere, né sentire nulla; quieto, signori giurati, ad affannarmi il pane in campagna, con la zappa in mano dalla mattina alla sera? Vossignoria scherza?” le direi, se l'avessi qua davanti questa signora. “Che cosa è sato lo scandalo per vossignoria? Niente! Uno scherzo! Dopo due giorni ha rifatto pace col marito. Ma non ha pensato vossignoria, che c'era un alto uomo di mezzo? e che quest'uomo non poteva lasciarsi beccare la faccia dal prossimo, e che doveva far l'uomo?”<sup>12</sup> (PIRANDELLO, 2020: 369)

Profundamente perturbante, esta declaração põe a nu as contradições das sociedades mais ou menos de todas as épocas: por um lado, destaca o peso da classe social no comportamento ativo e passivo dos indivíduos; por outro, salienta a defasagem em dois dos níveis da moral social, o doméstico e o público, no que diz respeito ao comportamento masculino. É certo que o

---

<sup>10</sup> “Que tinha ela, senhor presidente, de ir fazer um escândalo tão grande diante da porta da minha casa, que até as pedras da calçada, senhor presidente, estavam vermelhas de vergonha ao ver um digno cavaleiro, o cavaleiro Fiorica, e todos sabemos que senhor ele é, encontrado ali em mangas de camisa e com as calças na mão, senhor presidente, no casebre de uma camponesa porca? Só Deus sabe, senhor presidente, o que somos obrigados a fazer para arranjar um pedaço de pão!” (PIRANDELLO, 1972: 147-8).

<sup>11</sup> “era como se eu não soubesse” (PIRANDELLO, 1972: 149).

<sup>12</sup> “Mas com que direito veio vossa senhoria desinquietar-me, a mim que me mantive sempre quedo, que não tinha culpa do que se passava?, que nunca tinha querido ver nem ouvir nada? Quedo, senhores jurados, a esfalfar-me no campo para ganhar o pão, com a enxada na mão, desde manhã até à noite? Vossa senhoria anda a brincar?» Era o que eu dizia à senhora, se a tivesse aqui na minha frente. «Que foi este escândalo para vossa senhoria? Nada! Uma brincadeira! Dois dias depois fez as pazes com o seu marido. Mas não pensou vossa senhoria que havia outro homem metido nisto?, e que esse homem não podia deixar-se aferroar pelos outros e que tinha de mostrar que era homem?» (PIRANDELLO, 1972: 150).

homicida aceita como princípio geral que a natureza de homens e mulheres é diferente: “l’uomo, si sa, è cacciatore!”<sup>13</sup> (PIRANDELLO, 2020: 369), ao passo que a mulher “ha nel sangue d’essere traditora”<sup>14</sup> (*ibid.*). Mas aceita também que existem dois modos de relacionamento conjugal: o dos que estão obrigados a fazer o que só deus sabe para obterem um pedaço de pão; e o dos que comem “sempre pane fino, francese”<sup>15</sup> (*ibid.*). Aceita também, na mesma linha imagética, que esses últimos possam ter vontade de comer ocasionalmente “un tozzo di pane di casa, nero e duro”<sup>16</sup> (*ibid.*), assim reconhecendo não apenas o abismo que separa “un degno galantuomo”<sup>17</sup> de “una sporca contadina”,<sup>18</sup> mas sobretudo a naturalidade com que esta pode ser transformada em alimento sexual daquele. Apesar disso, o humilde trabalhador agrícola reivindica, indignado, a universalidade da discrição como condição da sobrevivência – pública – masculina, sublinhando assim os vários níveis da moral social.

Na sua perspectiva, o adultério só constitui um problema ao nível da moral social pública, dadas as suas consequências para a reputação do homem. Permitida pela lei do desejo, ou da natureza (“L’uomo è uomo, Eccellenza, e le donne sono donne.”,<sup>19</sup> *ibid.*), permitida pelas clivagens sociais, a infidelidade deve ser pelo menos tolerada pela moral social doméstica. Da sua parte, Tararà declara que “se mi capitava qualche volta di dover ritornare al paese in mezzo della settimana, mandavo avanti qualcuno per avvertire mia moglie.”<sup>20</sup> (*ibid.*). Manifesta também a certeza de o que o mesmo aconteceria do outro lado: “sono sicuro che quella disgraziata avrebbe avuto sempre per me questa considerazione; e tant’è vero, che io non le avevo mai torto un capello.”<sup>21</sup> (*ibid.*). Perante isto, a responsabilidade do crime é de quem violou essa lei não escrita da moral social, expondo em público o que é exclusivo do âmbito doméstico:

---

<sup>13</sup> “o homem, como se sabe, gosta da caça!” (*ibid.*).

<sup>14</sup> “tem a traição no sangue” (PIRANDELLO, 1972: 149).

<sup>15</sup> “sempre pão fino, pão francês” (PIRANDELLO, 1972: 150).

<sup>16</sup> “um naco de pão caseiro, negro e duro” (*ibid.*).

<sup>17</sup> “um digno cavaleiro” (PIRANDELLO, 1972: 147).

<sup>18</sup> “camponesa porca” (*ibid.*).

<sup>19</sup> “O homem é homem, Excelência, e as mulheres, mulheres.” (PIRANDELLO, 1972: 149).

<sup>20</sup> “se alguma vez me calhava voltar à aldeia no meio da semana, mandava à frente alguém avisar a minha mulher” (*ibid.*).

<sup>21</sup> “tenho a certeza de que aquela desgraçada teria tido sempre por mim essa consideração; tão verdade é isto que eu nunca lhe tinha tocado num cabelo.” (*ibid.*).

não fosse essa “*benedetta signora*”, “e forse non sarebbe accaduto nulla”<sup>22</sup> (*ibid.*).

Apesar de a traição conjugal estar na base das narrativas de Pirandello e de Germano Almeida, as diferenças são consideráveis, mesmo ao nível do enredo: André mata o irmão *ofensor* depois de uma longa e intensa pressão coletiva; Tararà mata, não o *ofensor* – que de certa forma desculpa e que considera intocável –, mas a mulher, e fá-lo de imediato, em nome de um código moral que considera ineludível: “La mattina seguente Tararà, appena se la era vista ricomparire zitta zitta davanti all’uscio di strada, prima che le vicine avessero tempo d’accorrere, le era saltato addosso con l’acetta in pugno e le aveva spaccato la testa.”<sup>23</sup> (PIRANDELLO, 2020: 367). Também por isso, e ao contrário de André, “non aveva neppur l’ombra del rimorso”<sup>24</sup> (PIRANDELLO, 2020: 366) e recebe do jovem advogado officioso a garantia de que seria absolvido.

Por outro lado, do ponto de vista do protagonista, o que ele fizera “non riguardava altri che lui”<sup>25</sup> (*ibid.*). Significa isto que a questão não tem que ver com a sobreposição ou não de normas morais e normas jurídicas, isto é, o problema não está fundamentalmente no facto de aquilo que, para a personagem, era moralmente aceitável (e até obrigatório) não ser aceite pelo ordenamento jurídico e estar sujeito a penalização. A grande questão resulta de Tararà ter uma conceção pré-moderna de estado, pensando que a justiça é ainda uma questão privada. Quando ele, assumindo o uxoricídio, usa expressões como “basta” ou “non se ne parla più”, não está tanto a sublinhar o seu direito de *posse* sobre a esposa (ainda que essa dimensão seja inegável) quanto a assumir como natural – e, portanto, indiscutível – a natureza doméstica do caso, que assim estaria fora do alcance do estado e do seu aparelho judicial.

Outro aspeto que aproxima e distancia ambas as narrativas diz respeito ao funcionamento do tribunal. Em ambos os textos o cenário é ocupado pelo julgamento, rápido no caso do conto (um dia) e relativamente demorado no

---

<sup>22</sup> “e talvez não tivesse acontecido nada do que infelizmente aconteceu” (PIRANDELLO, 1972: 150).

<sup>23</sup> “Na manhã seguinte Tarará, mal a vira reaparecer muito calada diante da porta da rua, antes que as vizinhas tivessem tido tempo de acorrer, saltara-lhe em cima de machado em punho e abriira-lhe a cabeça.” (PIRANDELLO, 1972: 146).

<sup>24</sup> “não sentia sequer a sombra do remorso” (PIRANDELLO, 1972: 145).

<sup>25</sup> “não dizia respeito a mais ninguém senão a ele” (*ibid.*).

romance de Germano Almeida (dois dias). De imediato, este desfasamento sinaliza a mudança dos tempos (de 1912 para 1976), dos regimes e das mentalidades, apesar da persistência de muitas das condições socioeconómicas da Itália meridional da época no interior de S. Tiago de Cabo Verde. De facto, há em *Os dois irmãos* um propósito assumido e declarado de corrigir aquilo que aparece como uma falha em *La verità*: a distância entre a justiça e os cidadãos. Como explica o narrador a certa altura, “Tinha sido com o espírito de se levar a Justiça para cada vez mais perto do povo que superiormente fora determinado que o Tribunal se deslocaria à aldeia mais próxima da povoação de André a fim de ali se realizar o seu julgamento.” (ALMEIDA, 1998: 47). Mas, segundo o advogado de defesa, o propósito esbarrava numa série de barreiras – de língua, de linguagem, de cultura: “ainda continuamos julgando os nossos irmãos como estrangeiros, nós como invasores da sua terra e dos seus costumes e valores que não são os seus e, cúmulo maior do desrespeito!, falando-lhes e condenando-os numa linguagem de que eles não entendem patavina.” (ALMEIDA, 1998: 84).

Esse desfasamento é ainda mais visível no conto de Pirandello: o pobre protagonista, “dopo tanti e tanti mesi di carcere preventivo”<sup>26</sup> (PIRANDELLO, 2020: 365), ao entrar no tribunal, sorridente, “per prima cosa cavò di tasca un ampio fazzoletto rosso di cotone a fiorami gialli, e lo stese accuratamente su uno dei gradini della panca, per non sporcarsi, sedendo, l’abito delle feste, di greve panno turchino.”<sup>27</sup> (*ibid.*). Mesmo assim, está deslocado no ambiente, tendo necessidade de sublinhar mais que uma vez que “Abito in campagna, Eccellenza. Chi ci pensa?”<sup>28</sup> (PIRANDELLO, 2020: 366) e acabando por suscitar o riso do público com a ingénua clareza das suas respostas. Apesar disso, e como também acontece em *Os dois irmãos*, é o único – juntamente com o público – a não sentir o incómodo do calor e das moscas:

Tararà non sentiva caldo, pur vestito com’era di quel greve abito di panno turchino; Tarará infine non aveva alcun fastidio dalle mosche, che facevano scattare in gesti irosi i signori giurati, il procuratore del re, il presidente, il

---

<sup>26</sup> “depois de tantos e tantos meses de prisão preventiva” (PIRANDELLO, 1972: 143).

<sup>27</sup> “a primeira coisa que fez foi tirar do bolso um grande lenço vermelho de algodão às flores amarelas e estendê-lo cuidadosamente sobre o banco, para não sujar o fato domingueiro de pesado pano azul-turquesa.” (*ibid.*)

<sup>28</sup> “Vivo no campo, Excelência. Quem se preocupa com isso?” (PIRANDELLO, 1972: 144).

cancelliere, gli avvocati, gli uscieri, e finanche i carabinieri. Le mosche gli si posavo su le mani, gli svolavano ronzanti sonnacchiose attorno alla faccia, gli s'attaccavano voraci su la fronte, agli angoli della bocca e perfino a quelli degli occhi: non le sentiva, non le cacciava, e poteva seguitare a sorridere.<sup>29</sup> (*ibid.*)

Esta diferença de reação é um sinal claro da distância que separa os dois mundos, mostrando a aporia de uma justiça que se declara universal, mas é incapaz de se adaptar às circunstâncias locais. De uma outra maneira, é também essa a grande questão do romance de Germano Almeida.

**2.3.** É, de resto, essa distância entre os dois mundos que explica o número de testemunhas ouvidas, a repetição do interrogatório a André e, consequentemente, a demora inusitada do julgamento. Aliás, o narrador dá conta, em vários momentos, da hesitação do juiz. É o próprio magistrado quem declara a certa altura: “sinto que, neste caso que temos entre mãos, eu precisava assumir a totalidade da personalidade desse homem, talvez mesmo de todo o seu povo, para o poder julgar sobretudo de acordo com a minha consciência.” (ALMEIDA, 1998: 146). Note-se que a dúvida não desaparece com o final das sessões: o magistrado demora 38 dias a elaborar a sentença, no decurso dos quais rasga nove rascunhos quase acabados.

Como ficou dito atrás, a dúvida decorre da dificuldade de ponderar a responsabilidade do meio na prática do crime, questão que não é nova e que suscita frequente debate, tanto na esfera jurídica como no domínio da literatura. Contudo, o caso de André torna-se mais dramático devido a certas particularidades e à reduzida dimensão do meio: trata-se de um fratricídio, por motivo de honra, sob a pressão muito explícita – embora quase não verbalizada – do pai, da família e de toda a pequena aldeia. Além disso, um pouco à semelhança do que acontece com os irmãos Vicario da novela de García Márquez, este é um crime cometido contra a vontade do seu autor (pelo menos parcialmente), em circunstâncias rodeadas de algum mistério.

---

<sup>29</sup> “Tarará não sentia calor, embora vestido como estava, com aquele pesado fato de pano azul-turquesa; por último, Tarará também não era incomodado pelas moscas, que obrigavam a reagir com gestos furibundos os senhores jurados, o procurador do rei, o presidente, o escrivão, os advogados, os oficiais de justiça e até os carabineiros. As moscas pousavam-lhe nas mãos, esvoaçavam-lhe a zunir, sonolentas, à volta do rosto, agarravam-se-lhe, vorazes, à testa, aos cantos da boca, e até dos olhos: não as sentia, não as sacudia, e era capaz de continuar a sorrir.” (*ibid.*).

O tema do fratricídio tem dado origem a muitas abordagens em diferentes áreas, dos estudos literários à psicanálise, passando pela antropologia ou pela filosofia. Na cultura ocidental, podemos dizer que é de certo modo um tema fundador, dada a sua presença em textos como a Bíblia ou em históricas míticas como a criação de Roma. Além disso, o fratricídio marca presença noutras tradições culturais – designadamente africanas e orientais –, aspeto que alguns antropólogos têm interpretado como estando relacionado com formas de transmissão de poder de pais para filhos.

Essa linha de leitura não será, aliás, descabida se aplicada a *Os dois irmãos*. Aparentemente está em causa a punição de uma falta contra a honra, que afeta um dos irmãos, mas que repercute também sobre toda a família. Assim, não surpreende demasiado que seja o pai a comunicar ao *ofendido*, “numa seca carta e sem outros comentários de permeio que «o teu irmão anda a andar com a tua mulher»” (ALMEIDA, 1998: 19). Não surpreende também que seja o pai a aplicar uma primeira forma de *justiça*, expulsando de casa a nora. Contudo, à medida que vamos tendo acesso às declarações das testemunhas e vamos podendo reconstituir os acontecimentos, há duas conclusões que se vão impondo: por um lado, a pressão coletiva para o homicídio do *ofensor* contrasta com a relativa tranquilidade do *ofendido*; por outro lado, vai-se tornando claro que há um interesse direto do pai na eliminação do filho mais novo, como se o fratricídio resultasse de um filicídio por interposta pessoa.

De facto, contra as expectativas de André, chegado de Lisboa, a receção do pai – e, por arrastamento, da mãe – não podia ter sido mais fria. Sentindo-se estranho na própria casa,

André diria que os seus pais o olhavam de uma maneira que o fazia sentir-se muito menos que um cachorro vagabundo, porque era como se permanentemente o estivessem acusando de estar a fugir de um sobre todos sagrado dever, ao não aceitar cumprir um destino do qual todos sabiam não ser possível escapar-se. (ALMEIDA, 1998: 18)

O silêncio é uma das formas de agressão de que é vítima: “não sabia que fazer para se levantar, era como se estivesse pregado naquele banco ouvindo aquele silêncio que nem as moscas conseguiam perturbar” (ALMEIDA, 1998: 66-7). Outro tipo de violência (e de pressão) é a invisibilização: André lamenta que ninguém o visite depois da sua chegada, mas rapidamente percebe que isso

é apenas parte de um plano mais vasto de ostracização, assim avaliado pelo seu advogado:

Porque nós, os homens que tivemos a sorte de nascer e crescer e ser educados em cidades, por mais provincianas que sejam, não estamos em condições de avaliar o que significa ser-se banido numa aldeia de 80 pessoas, o que é sentir-se espiado em cada passo que se dá, o que é sentir-se perseguido e acuado, não apenas pelos olhares como até pelos próprios pensamentos daqueles que se julgam no direito de se sentirem enganados e ultrajados pelo nosso comportamento que consideram estranho. (ALMEIDA, 1998: 108)

Mas a perturbação mais forte vem da figura do patriarca:

O que mais o amesquinhou foi constatar que o velho estava efectivamente surdo a qualquer som vindo de André e igualmente cego à sua presença, e de tal modo que se ele se encontrava num qualquer lugar onde o pai ia passar tinha que ser ele André a desvirar-se para evitar que se embatessem. (ALMEIDA, 1998: 208)

Na falta de outras informações, não é fácil explicar este comportamento do pai, cujo nome aliás não nos é fornecido. Estamos provavelmente perante um episódio esquizoide, resultante de uma incapacidade de perceção do real ou, pelo menos, de parte dele. Isto mostra bem o impacto que o caso teve sobre o pai, em nítido contraste com uma certa desvalorização por parte do *ofendido*. De facto, André deixa Lisboa sem propósito de vingança, aceita os desmentidos do irmão e da esposa e retoma até a sua vida sexual com esta, ao mesmo tempo que se deixa dominar pelo sentimento de carinho para com um irmão que admirava: “O que sentia naquele momento era uma grande ternura pelo irmão, um desejo quase físico de o abraçar, de lhe dizer o quanto tinha sentido a sua falta naquelas terras estranhas.” (ALMEIDA, 1998: 72).

João, apesar de quatro anos mais novo que André, afirmara repetidas vezes a sua rebeldia perante o pai, a ponto de

Aos doze anos de idade o pai tinha decidido que não voltaria a bater-lhe porque tinha chegado à conclusão de que João era ingovernável e todo o esforço no sentido de o melhorar seria pura perda de tempo. Ao medo com que André olhava o pai, opunha João uma atitude de permanente desafio e afirmação e permitia-se mesmo o prazer de discutir com ele com o fim exclusivo de o contrariar. (ALMEIDA, 1998: 43)

O pai tinha assumido a partida de André para Lisboa como uma perda definitiva, o que é comprovado tanto pela aparente frieza da despedida quanto pelo calor do reencontro: diz o narrador que o pai o abraça “como se estivesse gozando o regresso de um filho que talvez já julgasse para sempre perdido, numa comoção de que André nunca o tinha julgado capaz.” (ALMEIDA, 1998: 31). Para além dos motivos mais óbvios (tratava-se de um filho e de alguém cuja honra fora posta em causa), haverá talvez uma razão oculta para esta emoção: André representava a oportunidade de restauro, não só da ordem, mas também do poder. É que, depois da emigração do filho mais velho, o pai vira-se forçado a aceitar a supremacia do mais novo, do rebelde: João conta ao irmão

que ele mesmo é que cuidava dos animais porque o pai estava a ficar caduco e também já sem forças para esses afazeres. E como que a justificar o velho, confidenciou-lhe que poucos dias depois da partida de André tinha-lhe visto tropeçar com um braço de palha e mesmo quase cair (ALMEIDA, 1998: 69).

Significa isto que o regresso de André e o cumprimento, mesmo que tardio, da sua obrigação de repor a ordem, castigando a rebeldia, equivale à retomada da normal sucessão familiar. Não surpreende por isso o comportamento do pai no julgamento de André: “durante a audiência era claro o orgulho com que de novo o velho olhava para o seu filho e mesmo já antes do início do julgamento tinha sido visto a passar-lhe um carinhoso braço pelos ombros, sorrindo feliz.” (ALMEIDA, 1998: 213). Este novo normal equivale ao triunfo do filho pródigo, uma espécie de Abel que foi forçado pelo seu Deus, o pai, a matar Caim. É certamente por isso que o progenitor se refere sempre a João como “a Vítima”, reservando a André a antonomásia “o meu filho”. Do ponto de vista familiar, esta é a absolvição que importa e que, na sua magnanimidade, contempla também a mulher de André – silenciosa coagente ou covítima da desonra que justificara o fratricídio.

Mas, para além de uma instigante reflexão sobre o crime e a aplicação da lei, o romance de Germano Almeida discute também a justiça como instituição, no particular contexto pós-colonial de Cabo Verde. Parte desse debate tem que ver com o formalismo e o ritual que caracterizam o exercício do direito e poderia, portanto, ser aplicado a quase todos os países e épocas, uma

vez que as mudanças a esse nível têm sido muito ténues e lentas. O primeiro sinal é dado pelo modelo narrativo, próximo, em muitos momentos, do estilo das peças judiciais. Expressões, ainda hoje tão comuns nesse meio, como “Meritíssimo Juiz”, “ilustre causídico”, “digno agente do Ministério Público”, “douta acusação” ilustram a dimensão circular e encenada da justiça, mais preocupada em preservar os seus atores do que em servir uma comunidade que é tratada como um conjunto passivo de espectadores. Esse aspeto acaba por resultar mais vincado graças à narração dos momentos de pausa para fumar e ao relato das refeições: sem os trajes que as distinguiam, fora do espaço que as dividia, as três partes (juiz, ministério público e defesa) são afinal pessoas comuns, amigas entre si, mas mantendo uma considerável distância face aos outros. As expressões latinas – como “in limine”, “sibi imputed” e, sobretudo, “quod non est in actis non est in mundi” (que aliás deveria ser *in mundo*) – reforçam essa ideia da justiça como mundo fechado e simulacro do real.

O advogado de defesa é quem se revela mais consciente da mistificação da justiça, usando a sua mestria retórica para chamar a atenção para as contradições a que ela conduz:

Trouxemos a esta gente uma aparência do aparato judicial, disse sarcástico, e convencemo-nos que lhes trouxemos a justiça. Ora se é verdade que não temos mais nada para lhes dar, é justo que não rejeitemos as únicas coisas que eles têm para nos oferecer e que no caso concreto são ou as moscas ou o calor. (ALMEIDA, 1998: 49)

É também ele quem faz notar as limitações da independência: “Infelizmente os povos que foram colonizados continuam sendo-o mesmo após a descolonização formal porque as leis dos colonizadores continuam a governar as suas vidas.” (ALMEIDA, 1998: 203). Falta, porém, uma alternativa, que nenhuma das partes chega a propor, tanto mais que a questão central do romance é outra: compreender o mistério do comportamento humano. Para este problema, o delegado do ministério público chega a sugerir a via da literatura, comparando a atuação de André com o comportamento da personagem de uma obra de Dostoiévski que não identifica. Trata-se de *Cadernos do subterrâneo*, cujo narrador-personagem relata um episódio só muito vagamente semelhante ao crime de André quando considerado na sua vertente – controversa, aliás – de vingança diferida. Diz o narrador de *Os dois irmãos* que “O juiz não o

deixou sequer concluir. A literatura é uma coisa, a vida outra bem diferente, ponderou.” (ALMEIDA, 1998: 154). Note-se que esta é uma conclusão bem diferente daquela a que chega o juiz da novela de García Márquez, embora ambos os magistrados vejam as suas convicções abaladas pelo inexplicável e se aproximem da hiperconsciência bloqueadora do homem do subterrâneo de Dostoiévski.

É talvez por isso que o narrador de *Os dois irmãos* não revela a sentença aplicada a André. Mais importante que a decisão é o julgamento, isto é, o caminho para chegar até ela, um caminho idêntico ao que o protagonista percorreria ao transportar até casa aquele que viria a ser o primeiro espelho de corpo inteiro da aldeia: “não tinha sido fácil transportá-los nos lombos de uma mula durante cerca de quinze quilómetros (...). Tinha mesmo acabado por carregar o espelho debaixo do braço por quase todo o mau caminho” (ALMEIDA, 1998: 53). Esse caminho é, no fundo, a imagem da aldeia, tão verdadeira quanto a refletida pelo espelho na sua inauguração: “depois de instalado no seu quarto toda a aldeia se tinha deslocado à sua casa para se admirar em corpo inteiro diante do orgulhoso sorriso de André.” (ALMEIDA, 1998: 53-4).

**3.** A adaptação do romance ao cinema feita em 2018 por Francisco Manso motivou a Agência de Notícias Inforpress a efetuar uma pequena reportagem sobre o caso que serviu de base a ambas as obras (CARVALHO, 2018). Por aí ficamos a saber que o inspirador de André, ainda vivo à época, fora sentenciado com quatro anos de prisão e que continuava a viver na aldeia de Txatxa de Cima. Da primeira mulher – a que justificara o crime de honra e que falecera cinco anos atrás – tinha tido dois filhos, o primeiro dos quais nascido durante o seu encarceramento.

Seja como for, esses dados extraliterários são irrelevantes para o que está em causa: a reflexão sobre a justiça a partir de um caso concreto, num processo que acaba por ultrapassar os circunstancialismos e abre espaço para o diálogo com outros textos. As três narrativas aqui convocadas – de línguas, géneros, tempos, espaços e continentes diferentes – mostram a complexidade de um tema que, visto do ocidente, parece simples e condenado à extinção, mas que continua a ocorrer, assumindo formas diversas e desafiando a nossa compreensão. Se a doxa popular nos dizia que *Entre casados e irmãos não metas as mãos*, a verdade é que autores e textos da outra literatura foram mostrando, antes da pujança dos movimentos cívicos e do feminismo que marca a nossa

época, a importância de pensar um fenómeno em que todos acabam por ser vítimas, como observou António Manuel Ferreira (2015) a propósito do romance cabo-verdiano.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Germano (1998). *Os dois irmãos*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Caminho.
- AUJLA, W. e GILL, A. K. (2014). *Conceptualizing 'honour' killings in Canada: An extreme form of domestic violence?* "International Journal of Criminal Justice Sciences". 9, 1, pp. 153-166.
- BASILE, Fabio (2010). *Immigrazione e reati culturalmente motivati. Il Diritto Penale nelle società multiculturali*. Milano: Giuffrè.
- BELEZA, Teresa Pizarro *et al.* (2010), org. *Multiculturalismo e Direito Penal*. Coimbra: Almedina.
- BLUTEAU, Raphael (1713). *Vocabulário Portuguez e Latino (...)*. Vol. IV. Coimbra: Colégio das Artes.
- CARVALHO, Luís (2018). *Reportagem: Vive em Txatxa o homem que inspirou a personagem André do romance "Os Dois Irmãos" de Germano Almeida*. Disponível em <<https://inforpress.cv/reportagem-em-txatxa-reporter-da-inforpress-descobre-e-fala-com-o-personagem-andre-do-romance-os-dois-irmaos/>>.
- COSTA, José Fernando Seabra Pulido Neves da (2014). *Direito Penal e Cultura: da responsabilidade criminal nos homicídios por motivo de honra*. Dissertação de mestrado em Ciências Jurídico-Criminais. Lisboa: Faculdade de Direito da UL.
- CRUZ, Diego da e MANTOVANI, Antonio Aparecido (2018). *Interfaces entre "Os dois irmãos", de Germano Almeida e "Crônica de uma morte anunciada", de Gabriel García Márquez*. "Polifonia". Cuiabá-MT, 25, 39.2 (set.-dez.), pp. 183-202.
- DOLIN, Kieran (2007). *A Critical Introduction to Law and Literature*. New York: Cambridge University Press.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor (2020). *Cadernos do subterrâneo*. Trad. de Nina Guerra e Filipe Guerra. Lisboa: Presença.
- ENGMAN, Pascal (2021). *Femicídio*. Trad. de Nanci Marcelino. Porto Salvo: Sáfida de Emergência.
- FERREIRA, António Manuel (2015). *"Os dois irmãos", de Germano Almeida: um romance de vítimas*. Forma breve. Aveiro, 12, pp. 289-300.

- FORTES, Teresa Sofia (2005). *Eu nunca quis ser escritor* [Entrevista a Germando Almeida]. “A Semana”, caderno *Kriolidadi* (11 de fev.), pp. 2-3. Disponível em <<https://www.asemana.publ.cv/PDF/4210e12973e6c.pdf>>.
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel (2021). *Crónica de una muerte anunciada*. Barcelona: Debolsillo.
- HUTCHISON, Katrina, MACKENZIE, Catriona e OSHANA, Marina (2018). *Social Dimensions of Moral Responsibility*. New York: University Press.
- MANSO, Francisco (2018). *Os dois irmãos*. Filme. Lisboa: Take 2000.
- PIRANDELLO, Luigi (1972). *A verdade*. In *Contos escolhidos*. Pref. de Riccardo Averini. Sel. e trad. de Carmen Gonzalez. Lisboa: Verbo, pp. 143-150. (Biblioteca Básica Verbo – Livros RTP; 63).
- PIRANDELLO, Luigi (2020). *La verità*. In *Novelle per un anno*. A cura di Sergio Campailla. 2.<sup>a</sup> ed. Roma: Newton Compton editori, pp. 365-9.
- WARD, Ian (2004). *Law and literature: possibilities and perspectives*. New York: Cambridge University Press.
- WELCHMAN, Lynn e HOSSAIN, Sara (2007), ed. *‘Honour’: Crimes, Paradigms, and Violence Against Women*. London & New York: Zed Books.

## **Craveirinha, a messe e os operários:**

### **cinco trabalhos que não são de Hércules**

José Craveirinha revelou-se sempre pouco cuidadoso com a recolha e publicação dos seus textos. No “Pórtico” da edição ampliada de *Maria*, justificase com a sua “congénita mandriice” (CRAVEIRINHA, 1998: 7) e lembra a advertência que Rui Knopfli lhe fizera em tempos: “– Tu escreves, escreves e não publicas. Qualquer dia corres o risco de passar como plagiador dos teus plagiadores.” (*ibid.*). Depois da sua morte, o movimento editorial dos textos confirma essa observação: até ao momento, salvo o erro, foram publicados mais seis volumes, recolhendo dispersos e inéditos. Ao nível da poesia, saíram em 2004 os volumes *Poemas da prisão e Poemas eróticos*, em 2012 *Tâmaras azedas de Beirute e Vila Borghesi e outros poemas de viagem e*, em 2018, *Moçambique e outros poemas dispersos* (2018). Veio também a lume, em 2009, um conjunto de artigos sobre *O folclore moçambicano e as suas tendências*.

Apesar destes bons sinais, há uma série de problemas que persistem e que prejudicam a leitura e a receção do poeta maior de Moçambique. O mais imediato é o do acesso à obra: quase todos os volumes estão esgotados (muitos deles há muito) e têm (ou tiveram) uma circulação limitada aos dois principais espaços por onde se tem repartido a edição da obra de Craveirinha, Portugal e Moçambique. Outras questões dizem respeito às opções gráficas e aos desatentos de alguns desses volumes e à falta de uma edição integral que os reúna. Uma boa forma de comemorar o centenário do autor seria resolver (ou, pelo menos, começar) esse obstáculo, que não é o único.

Do meu ponto de vista, há pelo menos cinco tarefas que devem ser executadas paralelamente, de preferência por uma equipa de especialistas de boa vontade, dispostos a sacrificar algum do seu tempo para dar a ler e restituir o

brilho à obra de um escritor e cidadão que, para além de grande figura da literatura moçambicana, é um elemento importante para entendermos muitos aspetos do passado mais ou menos próximo e do futuro de Moçambique e Portugal. Ao contrário do que possa parecer, esses trabalhos não são de Hércules – não só pelo facto de serem cinco e não doze, mas sobretudo por serem muito mais exequíveis e não requererem nenhum herói.

1. Sendo José Craveirinha conhecido sobretudo como poeta – embora outras facetas suas sejam também importantes, como irei sublinhar mais à frente e como de resto é conhecido –, a tarefa mais evidente e imediata é a recolha dos poemas dispersos por publicações periódicas e nunca editados em livro. (Não falo nos textos verdadeiramente inéditos, na medida em que esses estarão na posse da família e a ela caberá o seu tratamento.) Ora, mesmo tendo feito um trabalho de levantamento pouco mais que preliminar, creio que não são poucos os poemas nessas circunstâncias. Limitar-me-ei a apontar cinco exemplos, todos provenientes de *O Brado Africano*.

O primeiro saiu a 2 de abril de 1955 e parece referir-se à obra que inaugura a moderna ficção moçambicana, *Godido e outros contos*, de João Dias, publicada postumamente três anos antes, em 1952:

In memoriam

Godido  
trazia Umbeluzis de esperança fermentando  
na ânsia das horas das mãos dadas  
mas era cedo ainda para os sonhos de Godido.

Godido  
ficou à esquina da rua dos sonhos  
sentimentalmente  
envenenado de desespero.

Na infinita rua dos sonhos de Godido  
veio o pesadelo  
e levou-o.

O segundo saiu a 31 de dezembro do mesmo ano de 1955 e nele o sujeito proclama a sua diferença face a Cristo:

*Craveirinha, a messe e os operários*

Quase poesia

Jesus Cristo  
sofreu prégando Paz e Amor  
e perdoou

Mas homem que eu sou  
não encontro Deus em mim

Deus é Deus  
e Deus nunca enraivou.

O terceiro veio a lume a 3 de março de 1956, voltando a ser publicado quatro anos depois numa antologia da Casa dos Estudantes do Império (AA.VV., 1960):

Paragem

Sobe um rumor de pedras em vaga  
da carvoeira  
e os homens lá.

Sobe um rumor  
e na repartição  
a menina burguesa vampiriza a expressão  
e julga que vive.

Da carvoeira...  
sobe um rumor.

O poema seguinte figura na edição de 31 de março de 1956 do mesmo jornal e vem dedicado ao futuro pintor António Bronze (Lourenço Marques, 1935 – Ferragudo, Algarve, 2003), que partira no ano anterior para a metrópole, onde frequentaria a Escola de Belas Artes do Porto, entre 1955 e 1962:

Partida

Para o António

Naquele dia  
o sol parecia igual  
exactamente igual ao sol dos outros dias.

## África nossa, Áfricas deles

A manhã amarela e verde  
a doce manhã quente das folhas de cajueiros brilhando  
também parecia igual às outras manhãs quentes  
de homens e mulheres indo e vindo  
cantando e carregando  
apertando capulanas nas barrigas grávidas  
caminhando na manhã quente da Munhuana.

Mas irmão António Bronze  
o tantam dos batuques na sua alma de branco nosso irmão  
sentiu o coração crescer de desespero  
sentiu crescer de desespero o coração  
e curvando a fronte pálida de quem vai para muito longe  
deixou os seus olhos azuis de esperança  
fundir em lágrimas quentes  
como a manhã amarela e verde de cajueiros brilhando  
o grito maravilhoso de ser branco e nosso irmão  
ser branco e nosso irmão igual na terra da Manhã quente.

Naquele dia  
o sol parecia igual  
exactamente igual ao sol dos outros dias...

Mas a manhã amarela e verde  
a doce manhã quente dos cajueiros brilhando  
de homens e mulheres indo e vindo  
cantando e carregando  
apertando capulanas nas barrigas grávidas  
caminhando na manhã quente da Munhuana...

Ah, naquele dia...  
Nosso irmão branco igual a nós  
Nosso irmão branco António Bronze<sup>1</sup>  
soluçou no imenso desespero de partir  
e a paisagem amarela e verde dos caminhos de areia  
transformou-se.

O quinto e último poema vem incluído no número de 6 de julho de 1957 e talvez tenha constituído uma versão anterior de “Quando o José pensa na América”, um texto datado de agosto de 1958 e bem mais longo (107 versos contra os 39 iniciais), vindo a público em *Moçambique e outros poemas dispersos* (CRAVEIRINHA, 2018: 62-71):

---

<sup>1</sup> No jornal, certamente por gralha, há um ponto final.

Quando eu penso na América...

Quando eu penso na América  
não vejo os arranha-céus no bairro de Manhattan  
não, não vejo os arranha-céus de Manhattan  
quando penso na América.

Há um som de “spiritual”  
uma velha voz de “spiritual” que chora no trompete de Armstrong  
uma a uma canções geradas no tempo da escravidão  
quando eu era apenas Sambo gemendo no porão.

Mesmo assim quando penso na América  
esqueço  
juro pelos espíritos dos meus antepassados Sambos, juro  
a magia inconfundível do trompete de Armstrong  
nas noites longínquas e familiares de Harlem.

Quando penso na América...  
nem o calendário da branca Marilyn Monroe vale quinhenta  
(quem é Marilyn Monroe, afinal?)  
o que é ela ao pé de minha irmã Marian Anderson  
ou de Paul Robeson, meu irmão também?  
ou mesmo de negra Rosa, casadora da Munhuana?

O que é Marilyn Monroe senão um simples calendário?

Quando penso na América  
vou dizer porque é que eu fico tão contente  
e não vejo arranha-céus nem Marylines  
nem fitas em série bobinadas em Hollywood.

Vou dizer porquê eu não sinto Marilyn  
nem Manhattan  
e somente sei que Deus é Deus para toda a raça  
(minha raça negra, também)  
quando penso que o maior embaixador da paz  
vem em películas de celuloide  
e move-se nos “écrans” de todo o mundo  
transformado em rato Mickey  
Quando penso na América  
as fábricas de Cadilaques e Marylines  
não valem sequer  
as mãos maravilhosas de um branco chamado Walt Disney.

Agora

já todos sabem o que eu penso  
quando penso na América.

2. O segundo trabalho consiste no levantamento e recolha de versões saídas em jornal de poemas mais tarde integrados em livro. Embora, de um modo geral, tais variantes não sejam necessárias para a fixação do texto, elas fornecem elementos importantes para estudos de crítica genética, ajudando assim a caracterizar o trabalho criativo de Craveirinha. Limitar-me-ei a apresentar três exemplos de poemas curtos, dispondo as versões lado a lado, de forma a facilitar a compreensão das diferenças.

Começemos com um poema saído em *O Brado Africano* de 30 de abril de 1955 e que integraria depois, com um título diferente e mais algumas alterações, *Karingana ua karingana*:

Progresso	Suelto <sup>2</sup>
No laboratório o lobo dirige a radioactividade e concentra o cobalto.	No laboratório o lobo dirige a radioactividade <sup>3</sup> e concentra o cobalto.
E na Igreja... pequenos esqueletos juntam <b>metacarpos</b> e <b>aprendem</b> catecismo.	Na igreja pequenos esqueletos juntam no catecismo os metacarpos e rezam.
<b>1.<sup>a</sup> Ode ao inverno</b>	<b>2.<sup>a</sup> Ode ao Inverno</b>
<b>Fora...</b> A cacimba enche a noite africana de treva branca	Fora a cacimba enche a noite africana de trevas brancas

---

<sup>2</sup> Em *Obra Poética* (CRAVEIRINHA, 1999: 77), o título é “Suelto”, o que parece constituir uma gralha.

<sup>3</sup> Na edição de *Karingana ua Karingana* (CRAVEIRINHA, 1992: 25), a palavra vem grafada sob a forma “radioctividade”.

e os faróis do “Buick” abrem caminho à força

e os faróis do Buick abrem  
caminho à força.

**Dentro do “xigubo”<sup>4</sup>  
na hora dos cansaços dormentes  
os fogareiros acesos de carvão  
libertam os negros  
suavemente...**

Nas noites de xigubo sem manta  
insofismáveis fogareiros a carvão  
com seus hálitos predestinados  
põem os negros em coro definitivo  
muito fora dos invernos  
suavemente.

O último exemplo diz respeito ao texto que em *Karingana* figura com o título de “3.<sup>a</sup> ode ao Inverno” (CRAVEIRINHA, 1992: 68) e que, apesar de aí vir datado de 1955, tem uma versão que parece anterior vinda a lume em *O Brado Africano* de 28 de julho do ano seguinte:

**Ode 2.<sup>a</sup> ao inverno**

**3.<sup>a</sup> Ode ao Inverno**

Na terra dos trópicos  
palmeiras alongadas contra o fundo azul fosco  
e “Polana-beach” **para os** turistas de ocasião

Na terra dos trópicos  
palmeiras alongadas contra o fundo azul-fosco  
e “Polana-beach” com turistas de ocasião.

Na terra dos trópicos  
(“Coca-cola” bem gelada)  
e nas paredes transparentes das montras  
as “xiganda-bongolo” feiticeiramente  
**abrindo** as almas escondidas dos homens das sacas  
de fundas cobiças **chumbadas** em arrepios de frio

Na terra dos trópicos  
(Coca-cola bem gelada)  
e nas paredes transparentes das montras  
as “xiganda-bongolo” feiticeiramente  
cobrindo as almas escondidas  
dos homens no calor das sacas vestidas  
e fundas cobiças chumbando-os  
em arrepios de frio.

Na terra dos trópicos...  
(“Coca-cola” bem gelada)  
e cansaços áfricos contra as duras paredes de vidro  
**da cidade maquilhada e sem alma.**

Na terra dos trópicos  
(Coca-cola bem gelada)  
e cansaços áfricos contra as duras  
paredes de vidro cidadinas  
com menos coca  
e mais cerveja.

1955

---

<sup>4</sup> No original, certamente por gralha, vem “xigugo”.

3. Uma terceira tarefa consiste na inventariação dos muitos textos em prosa que Craveirinha publicou ao longo da vida em jornais e revistas. São escritos de diversa natureza que talvez possam ser globalmente designados como crónicas, embora assumam muitas vezes a forma de artigo de opinião ou de ensaio curto. Até ao momento, só uma pequena parte do conjunto foi publicada: em 1999, ainda em vida do autor, saiu *Contacto e outras crónicas*; uma década depois, como já foi referido, veio a lume *O folclore moçambicano e as suas tendências*; e, nova década volvida, Luciana Batista Vieira, na sua dissertação de mestrado, editou os textos publicados por Craveirinha em *A Tribuna* entre 1962 e 1964. Paralelamente, surgiram também estudos parcelares, a começar pelo de Nuno Domingos (2012), que na sua tese de doutoramento se ocupou das crónicas do autor de *Cela I* sobre futebol. Também eu, num trabalho de 2020, me ocupei de uma interessante polémica que o poeta moçambicano travou na imprensa a propósito da expressão “galinha à cafreal”, através da qual antecipou em quase meio século uma discussão que só há pouco chegou a Portugal.

Daquilo que pude ver nos jornais que consultei, talvez não se justifique a publicação (pelo menos em livro) de todos esses textos dispersos, embora seja inequívoco que a sua releitura é indispensável para a compreensão de aspetos da obra poética de Craveirinha e, sobretudo, da sua faceta de cidadão esclarecido e participante. Veja-se, por exemplo, a defesa que ele faz de *O Brado Africano* em “A imprensa e a sua força”:

O Brado Africano tem a seu cargo tarefa pesada e infelizmente incompreendida por grande parte dos que mais o deviam acarinhavar e auxiliar. A missão do Brado Africano não é meramente comercial. Não é noticiosa. O Brado Africano é o porta-voz dos naturais de Moçambique, o seu representante. A ele (jornal) cumpre manter uma posição especial como órgão do pensamento do africano em particular, visto que é no seio das populações nativas que ele possui a expansão que nenhum outro periódico disfruta. Os assuntos que edita nas duas línguas (Português e Ronga) são, por assim dizer, a comunicação dos naturais, a sua voz expressa e difundida em letras de forma.

Por isso o Brado Africano precisa viver, não vegetar. (CRAVEIRINHA, 1955b: 1)

Ou o que escreve a propósito de uma notícia relativa a um espetáculo circense em que era exibida uma mulher com uma só perna:

Todos os dias aquela mulher deve sentir a angústia de morrer lentamente sob os olhares dos que vão ao circo divertir-se e o seu coração deve sangrar, porque o seu coração não nasceu deformado como o seu corpo. Onde estão os sentimentos de humanidade, do ser humano que expõe e goza o infortúnio do semelhante? Onde está o sentimento de humanidade do Homem, que não tem pejo de ser empresário da desgraça?

Ah! Humanidade miserável! (CRAVEIRINHA, 1957a: 2)

Alguns destes textos são também interessantes porque nos mostram aspetos menos conhecidos de uma primeira fase do pensamento político-social de Craveirinha. A título de exemplo, veja-se esta passagem de um artigo intitulado “Uma presença que é necessário olhar com simpatia: o europeu na área dos subúrbios”:

Ao observador menos atento, parecerá que o europeu residindo em áreas suburbanas, social e culturalmente desce, mas tal conclusão não só é extemporânea como inadmissível à luz da lógica. A contrapor a ela temos que o europeu cede a sua cultura mas não para descer, antes para que o africano ascenda até ele, mercê de convivência com manifestações superiores de civilização. Assim, não deve ser olhada suspicazmente a fixação do elemento europeu nas áreas da Munhuana, Chamanculo, Xipamanine, etc., visto ser essa a forma mais bela de o próprio povo colaborar na cruzada de valorização e catequização do africano. Posta a questão em aberto, julgamos poder colocar dentro dela a reprovável atitude de muitos africanos que ao conseguir certo desafogo económico fogem das áreas residenciais onde sempre viveram, *emigrando* para outras, pendurando-se em *flats*, sacrificando espaço vital para os filhos que se vêem comprimidos entre paredes, na idade em que ar, luz e espaço livre significam imenso para o seu desenvolvimento físico e mental. (CRAVEIRINHA, 1955e: 2)

4. Um outro trabalho que importa levar a cabo tem que ver com o enquadramento jornalístico-histórico de alguns poemas de Craveirinha. A tarefa justifica-se pelo facto de haver um conjunto de textos, não muito numeroso mas significativo, cujo ponto de partida é um acontecimento noticiado, com maior ou menos destaque, pela imprensa. Confrontando os poemas com a cobertura jornalística dos acontecimentos em causa, verifica-se com frequência uma espécie de diálogo em contraponto, com o poeta a fornecer um olhar, por um lado, subjetivo e lírico do caso, por outro, usando-o para uma visão mais geral e abstrata, acima das circunstâncias. Outro aspeto observável neste tipo de composições tem que ver com o recurso a um tom crítico, com clara incidência política, ainda que sem assumir uma deriva panfletária. A explicação para isso

estará talvez na maior liberdade assegurada pela linguagem poética e metafórica e no facto de muitos dos textos não terem sido escritos com a intenção imediata da publicação, o que permitiria ao autor concebê-los sem as limitações impostas pela censura.

Para exemplificar esta linha de trabalho, considerarei brevemente o poema “Ode a uma carga perdida num barco incendiado chamado Save”. Salvo alguma eventual publicação anterior em jornal, o texto veio a lume pela primeira vez em 1963, na edição de *Chigubo* feita pela Casa dos Estudantes do Império. Contudo, o confronto com edições posteriores, designadamente a edição de 1999 de *Obra Poética*, publicada pela Caminho, mostra numerosas alterações, algumas delas bastante significativas. Há casos em que a mudança parece corresponder à correção de uma gralha (no v. 17, por exemplo, *e segurada estava a carga perdida* passa a *e segurada só não estava a carga perdida*), outros que parecem indicar o apagamento de um ou traço mais circunstancial (o v. 57 da versão final ficou sendo *ao som dolente das ondas e da brisa dos palmares*, em lugar de [...] *dos palmares de Quelimane*) e ocorrências que estarão relacionadas com opções estilísticas e semânticas. Será o caso do v. 59, *e ao ritmo maravilhoso do tropel dos vivos no convés*, em que o primeiro adjetivo muda para *desmaravilhoso*, ou do v. 91, *lúdica do extinto amor sem nexos*., transformado na versão final em *lúdica extinguindo-se num amor sem sexos*.



*Notícias*, 11 de julho de 1961, p. 1

Mas a questão que agora importa considerar é a relação do poema com o enquadramento jornalístico do acontecimento que lhe serviu de base e que é diretamente convocado no título, a “carga perdida num banco incendiado

chamado Save”. Segundo se lê nos periódicos da época – tanto de Moçambique como da então metrópole –, a primeira parte do acidente ocorreu a 7 de julho de 1961, nas proximidades de Quelimane, com o encalhe da embarcação. A informação sai dois dias depois na edição matutina do *Notícias* de Lourenço Marques, com uma série de apontamentos, ainda pouco precisos, ao longo da última página, com continuação na p. 4. No dia seguinte, 10, o tema já figura na primeira página (onde se mantém até ao dia 16), pois ocorrera na manhã do dia anterior a primeira de uma série de explosões que provocara um elevado número de mortos e a destruição do navio. Um pouco à semelhança do que ainda hoje acontece em situações semelhantes, os jornais – particularmente o *Notícias* – dão grande destaque ao acontecimento, publicam dados um tanto contraditórios, colhem depoimentos dos sobreviventes e dados fornecidos pelas autoridades, enaltecem a solidariedade de organizações e de particulares e, aos poucos e de forma prudente, começam também a questionar-se sobre as causas do encalhe e das explosões.



*todos belos da juventude absurda / com que juntos partiram quase homens*

*Notícias*, 12 de julho de 1961, p. 1

Visita a um dos feridos no Hospital de Quelimane pelo Governador de Moçambique, Almirante Sarmiento Rodrigues, acompanhado da sua esposa

Que é possível perceber dessa cobertura jornalística? Que a embarcação vinha da Beira para Quelimane, com cerca de 550 pessoas a bordo, maioritariamente trabalhadores que regressavam do contrato e soldados, estes últimos repartidos entre praças de 1.<sup>a</sup> e “autóctones”. Admite-se que tenha havido mais

de duas centenas e meia de mortes e sugere-se que o navio levasse excesso de carga. Por outro lado, estranha-se que a embarcação transportasse materiais explosivos juntamente com tão grande número de passageiros, ao mesmo tempo que são referidas as condições climatéricas difíceis e a forte ondulação. Destaca-se também o heroísmo de alguns membros da tripulação e vão sendo divulgadas as listas de sobreviventes e de mortos, às vezes acompanhadas de fotos. Assume-se ainda que a maior parte dos muitos desaparecidos tenha perecido nas explosões.

Algumas peças merecem destaque. É o caso do texto *Sobrevoei o cadáver dum barco*, do enviado especial do *Notícias*, Carlos Pimentel Costa, publicado na edição de 14 de julho (pp. 1 e 4). De forma emotiva, escreve o jornalista perante a visão aérea que se lhe oferece:

As ondas, como que retratando o esgar medonho do mar vencedor, lançado que tinha sido por ele o primeiro ataque contra a vítima, atiravam-se contra os costados e lambiam lúbricamente o que restava do airoso navio. Era o cadáver de um barco vencido pela adversidade. (COSTA, 1961: 1 e 4)

E, um pouco à semelhança do que faz Craveirinha na sua ode, destaca a preciosidade da carga perdida, embora em registo diferente:

Naqueles porões, que antes transportaram riquezas materiais e tesouros humanos, transformados agora em horripilantes aquários, onde os mortos repousam para todo o sempre, como farol de aviso futuro a toda a navegação, havia uma prevenção para recordar sempre a mais pavorosa tragédia vivida no mar moçambicano. Nesses bojos, transformados em túmulos, repousavam para a eternidade restos calcinados de soldados que seguiam no cumprimento do dever pela Pátria, corpos de gente de trabalho que regressava aos lares, terminados os seus contratos, homens do mar habituados a enfrentar as fúrias do monstro, sofrendo intempéries, arrostando com perigos de toda a espécie. Irmanados no abraço trágico, lá ficaram, surpreendidos pela morte, numa hora negra. (COSTA, 1961: 4)

Quanto à interrogação acerca das causas do acidente, é visível o cuidado de uma imprensa que, como sabemos, não gozava de liberdade. No caso do *Notícias*, o tema surge sobretudo numa peça publicada no dia 20 – quatro dias depois de ter deixado de fazer referência ao caso –, nas páginas interiores (ANÓNIMO, 1961), mas não assume o tom contundente de um outro jornal, *A Voz de Moçambique*, que perguntava no seu n.º 29-30:

*Craveirinha, a messe e os operários*

Por que não foi arriada aquela baleeira que se vê ainda a bordo? Por que se salvaram 70% dos tripulantes e apenas 50% dos passageiros? Por que continuaram passageiros a bordo, depois de dali terem largado duas baleeiras peçadas de tripulantes e passageiros? Por que nem um só dos setecentos e tal coletes de salvação existentes a bordo foi empregue? (ANÓNIMO, 1961a: 1)

Este mesmo jornal, transcrevendo alegadamente passagens da carta de um leitor, volta ao tema a 30 de novembro, insurgindo-se contra “a irresponsabilidade, a irreflexão desta gente que encara o passageiro como mera mercadoria: estiveram-se, empilham-se” (ANÓNIMO, 1961b: 2).



*quase soldados/ quase maridos/ quase noivos e quase homens/  
e quase crianças na memória viva das caçadas aos gala-galas*

*Notícias*, 13 de julho de 1961, p. 1 – “As outras quatro praças de 1.<sup>a</sup> que, a juntar às dezasseis de que ontem inserimos as fotografias, constituem as vinte que perderam a vida na tragédia do «Save». Da esquerda para a direita: Van Moli Dulovolhai, Mamede Ardy, Isaac Cassamo Ismael e Artur dos Santos Gonçalves”

O poema de Craveirinha segue de certa forma nessa linha, como se percebe de imediato pela utilização de termos como “carga” e “mercadoria” para denunciar a ganância de uma “Companhia” para quem “O barco era grande/ era grande mas não chegava.” (CRAVEIRINHA, 1999: 25). Fazendo depois uso de poderosas e inusitadas imagens (como “vestidos com a mesma inclemente/ púrpura do cio das munições.”, p. 27), o texto faz da “carga [que] não tinha história” o seu centro, investindo de forte valor emotivo o advérbio *quase*, usado para identificar os passageiros vitimados: “quase soldados”, “quase homens”, “quase maridos”, “quase noivos”, “quase crianças”.

5. O quinto trabalho que me parece necessário é o do levantamento e estudo das traduções e edições estrangeiras da poesia de José Craveirinha. Tanto quanto julgo saber, essa tarefa só está razoavelmente cumprida no caso do italiano, que foi aliás uma das primeiras línguas em que a obra do autor de *Maria* seria divulgada.



Edição de Joyce Lussu, de 1966

O passo inicial foi devido a Joyce Lussu (1912-1998), tradutora e, sobretudo, ativista política, com amplo trabalho nas lutas antifascistas e anticolonialistas, que editou o volume *Cantico a un dio di catrame*<sup>5</sup>, de 1966. Três anos depois, o grande filólogo e lusitanista Giuseppe Tavani (1924-2019) incluiu três poemas de Craveirinha<sup>6</sup> na antologia *Poesia africana di rivolta*, mas só um deles não constava da obra organizada por Joyce Lussu. Um quarto de

<sup>5</sup> Integra os seguintes 28 poemas: “A mio padre”, “Vecchia canzone”, “Elegia per nonna Fanisse”, “Poesia del bambino di madre negra”, “Sangue di mia madre”, “Voglio essere tamburo”, “Jambul”, “Grido negro”, “Cantico a un dio di catrame”, “Canzone del negro della chiatta”, “João Mussumbuluco”, “Msaho dell’anniversario”, “Mamana Saquina”, “Mamanô”, “Mulatta Margarida”, “Aumento di prezzi”, “Soltanto”, “Poesia del futuro cittadino”, “Imprecazione”, “Inno alla mia terra”, “Ode a un carico perduto in una nave incendiata che si chiamava «Save»”, “Noi”, “A tutti quelli che pagano al dio inverno l’infallibile contributo annuo”, “Pausa africana”, “Storia bella che un giorno racconterò”, “La bambina che un giorno venne”, “Frustrazione” e “Ritorno”.

<sup>6</sup> “Soltanto”, “Mamparra m’gaíza” e “Grido negro”.

século depois, sairia *Voglio essere tamburo*, que engloba 27 dos 28 poemas<sup>7</sup> do livro organizado por Lussu, juntamente com 12 outros<sup>8</sup>, certamente vertidos pela dramaturga, artista e tradutora Anna Fresu. O livro é valorizado pelos desenhos de Bertina Lopes, pintora moçambicana que estava há muito radicada em Itália.

Algum do trabalho tradutório para o italiano já foi estudado por especialistas: Manuel G. Simões (2012) comentou as traduções de Lussu e de Tavani, ao passo que Claudia Capancioni (2012) se pronunciou sobre o trabalho da primeira. Falta contudo, creio, abordar a efetiva circulação da obra assim traduzida.

De acordo com o levantamento muito preliminar e certamente com grandes falhas que pude fazer, o inglês é a outra língua para a qual mais poemas de Craveirinha têm sido vertidos. O primeiro caso é de 1964: trata-se de “Song of a negro boatman”, incluído num volume da revista *The Classic Johannesburg Quarterly* dedicado a escritores moçambicanos. Oito anos depois, Margaret Dickinson contemplou seis poemas<sup>9</sup> do autor de *Xigubo* na antologia *When Bullets Begin to Flower: Poems of Resistance from Angola, Mozambique and Guiné*, publicada no Quênia. Sensivelmente duas décadas mais tarde, em 1993, Don Burness selecionou 13 poemas<sup>10</sup> do moçambicano em *Echoes of the Sunbird: An Anthology of Contemporary African Poetry*, vinda a lume nos Estados Unidos da América. Já no nosso século, em 2006, Frederick G. Williams escolheu dez textos<sup>11</sup> para o volume *Poets of Mozambique: A Bilingual Selection* e, em 2011, Luis Rafael incluiu 34<sup>12</sup> no seu *Stained Glass*:

---

<sup>7</sup> Ficou de fora “A mio padre”.

<sup>8</sup> “Lirismo dialettico”, “Tema per una possibile poesia”, “Guerra”, “Miracolo”, “Caduto dal cielo”, “Canto del nostro amore senza frontiere”, “Il mio prezzo”, “Cella 1”, “Cantico dell’uccello azzurro a Sharpeville”, “Orso da circo”, “N’goma (Tamburo)” e “Le parole”.

<sup>9</sup> “Mamparra M’gaiza”, “Poem”, “Mamana Saquina”, “I Want to Be a Drum”, “Mulatto Margarida” e “Manifesto”.

<sup>10</sup> “Black Protest”, “Song of The Great Barge”, “Manifesto”, “I Want to Be a Drum”, “Poem”, “Mamana Saquina”, “Mamparra M’gaiza”, “A Man Never Cries”, “Cell 1”, “Metamorphosis”, “Kerchiefs”, “My Mourning” e “Elegy”.

<sup>11</sup> “Poem of The Future Citizen”, “I’m Illiterate”, “To the Fine Gospel of The Billy Clubs”, “Pity”, “For a Clandestine Idyll”, “Visitors Day”, “Science”, “I Prestidigitator Emeritus”, “Man and Ant” e “Pray, Maria!”.

<sup>12</sup> “Hope”, “The Pores of the Plague”, “Fable”, “Civilization”, “Oh! Carmen de Diego”, “When José Thinks of America”, “Maria Sende”, “Black Outcry”, “Curse”, “Poem of a Future Citizen”, “Boat Song”, “Canticle of the Blue Bird in Sharpeville”, “Elegy to My

*Poetry from the Land of Mozambique*, publicado na Índia. No caso desta língua, estão em falta, segundo julgo saber, tanto os estudos sobre tradução como os que se referem à receção da obra do autor.



Revista sul-africana, de 1964

Haverá certamente traduções de poemas do autor de *Karingana* para várias outras línguas, designadamente o francês e o espanhol. Não consegui, porém, encontrá-las. Deparei-me, sim, com a referência a uma antologia russa de 1984, mas não logrei consultá-la. Acedi, porém, a uma sueca, de 2002: da responsabilidade de Örjan Sjögren, intitula-se *Dikter* e comporta 70 poemas<sup>13</sup>.

---

Grandmother Fanisse”, “Mama Saquina”, “I Want To Be a Drum”, “Martin Luther King”, “Cell Number One”, “Metamorphosis”, “Wax-Shine”, “Our City”, “Excerpt from an Autograph Book for a Vietnamese Child”, extracts from “The Tasty Tanjarines of Inhambane”, “Land of Canaan”, “Necklaces”, “Why?”, “Communiqué from Cuíto Cuanavale”, “Memento”, “Hyenas and Gashes”, “De Profundis”, “De Profundis” [trata-se de dois poemas distintos], “Burnt Down Village”, “Gluttony”, “Barber’s Shop” e “They Went There”.

<sup>13</sup> Não sabendo sueco e admitindo que o mesmo aconteça com os eventuais leitores deste artigo, transcrevo os títulos em português: “Joe Louis nosso campeão”, “Xigubo”, “Grito negro”, “Poema do futuro cidadão”, “Hino à minha terra”, “Imprecação”, “Manifesto”, “Mamanô!”, “Elegia à minha avó Fanisse”, “Afinal... a bala do homem mau”, “Chamamento”, “Karingana ua karingana”, “Fábula”, “Aforismo”, “Civilização”, “Síntese”, “Ninguém”, “Galos”. “Machimbombos”, “Esperança”, “Quadrilhas”, “Felismina”, “Os poros da peste”, “Mãe”, “Orla azul da noite com mambas”, “Pão em fanfarras de ouro”, “Primavera”, “História do magaíza Madevo”, “História de amor”, “Maria Sende”, “Cântico do pássaro azul em Sharpeville”, “Papagaio”, “Ode à Teresinha”, “Violas de lata”, “As veias sacras de Xipalapala”, “Ao meu belo pai ex-emigrante”, “Quero ser tambor”, “Frio nos subúrbios”,

Por último, temos a notícia de uma antologia em chinês lançada em Macau em maio de 2022: com seleção e prefácio de Lola Geraldine Xavier e tradução de Lu Jing e Wu Hui, foi publicada por Praia Grande Edições, em Macau e inclui 83 composições.

Resta dizer que, sem necessidade de matar Hidras de Lenas, limpar estábulos ou vencer amazonas, os operários que se disponham a entrar nesta messe não precisam nem da força nem da manha de Hércules: basta algum tempo, boa vontade, planificação e algum (certamente pouco) dinheiro. O centenário de Craveirinha mais que justifica.

## Bibliografia

- AA.VV. (1960). *Poetas de Moçambique*. Prefácio de Alfredo Margarido. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império.
- AA.V.V. (1964). *The Classic Johannesburg Quarterly*. Vol. 1, no 3: Writing from Mozambique.
- ANÓNIMO (1961a). *A catástrofe do “Save”*. “A Voz de Moçambique”. Lourenço Marques. N.ºs 29-30 (jul.), p. 1.
- ANÓNIMO (1961b). *Não caiu ainda o pano sobre a tragédia do Save*. “A Voz de Moçambique”. Lourenço Marques. N.º 38 (30 nov.), p. 2.
- ANÓNIMO (1961c). *Por que motivo se não proíbe a navegação costeira em determinadas condições?* “Notícias”. Lourenço Marques. (20 jul.), pp. 14 e 11.
- BURNESS, Don (1993). *Echoes of the Sunbird: An Anthology of Contemporary African Poetry*. Compiled by Don Burness. Athens, Ohio: Ohio University Center for International Studies.
- CAPANCIONI, Claudia (2012). *Joyce Lussu’s ‘Africa, Out of Portugal’: translating José Craveirinha, Kaoberdiano Dambarà, Marcelino dos Santos, Agostinho Neto, and Alexander O’Neill in italian*. “Scientia Traductionis”. 11, pp. 245-258.

---

“Contra-senha”, “Em quantas partes”, “Hino às mães” “Reza, Maria”, “SIA-VUMA” “Sabozos tangerinas d’Inhambane”, “Gente a trouxe-mouxe”, “Eles foram lá”, “Forrobodó”, “Gula”, “Mina antipessoal”, “Aldeia queimada”, “Prótese bucal”, “Moçambiquicida”, “Maria. Salmo Inteiro”, “Infelizmente jamais”, “Gumes de névoa”, “Lado de vida”, “Elogios”, “Estrelas”, “Nostalgias”, “No alfabeto da tua respiração”, “Augúrios”, “A vassoura”, “Exíguas palavras”, “A cadeira”, “Eu e o café frio”, “Espectro”, “O Vavá partiu uma garrafa”, “Maria de sempre”, “Tempo” e “Sábados adiados”.

- COSTA, Carlos Pimentel (1961). *Sobrevoei o cadáver dum barco*. “Notícias”. Lourenço Marques. (14 jul.), pp. 1 e 4.
- Craveirinha, José (1955a). *1.ª Ode ao inverno*. “O Brado Africano”. Lourenço Marques, 25 jun., p. 5.
- CRAVEIRINHA, José (1955b). *A imprensa e a sua força*. “O Brado Africano”. Lourenço Marques. (5 mar.), pp. 1 e 5.
- CRAVEIRINHA, José (1955c). *In memoriam*. “O Brado Africano”. Lourenço Marques. (2 abr.), p. 5.
- CRAVEIRINHA, José (1955d). *Quase poesia*. “O Brado Africano”. Lourenço Marques. (31 dez.), p. 5.
- CRAVEIRINHA, José (1955e). *Uma presença que é necessário olhar com simpatia: o europeu na área dos subúrbios*. “O Brado Africano”. Lourenço Marques. (19 fev.), pp. 1 e 2.
- CRAVEIRINHA, José (1956b). *Ode 2.ª ao inverno*. “O Brado Africano”. Lourenço Marques. (28 jul.), p. 6.
- CRAVEIRINHA, José (1956c). *Paragem*. “O Brado Africano”. Lourenço Marques. (3 mar.), p. 3.
- CRAVEIRINHA, José (1956d). *Partida*. “O Brado Africano”. Lourenço Marques. (31 mar.), p. 1.
- CRAVEIRINHA, José (1957a). *O drama de uma humanidade desumana*. “O Brado Africano”. Lourenço Marques. (11 mai.), pp. 1 e 2.
- CRAVEIRINHA, José (1957b). *Quando eu penso na América...* “O Brado Africano”. Lourenço Marques. (6 jul.), p. 5.
- CRAVEIRINHA, José (1964). *Chigubo*. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império.
- CRAVEIRINHA, José (1966). *Cantico a un dio di catrame*. Testo a fronte, versione, introduzione e note a cura di Joyce Lussu. Milano: Lerici editori.
- CRAVEIRINHA, José (1984). *Избранное*. Москва: Молодая Гвардия.
- CRAVEIRINHA, José (1991). *Voglio essere tamburo*. A cura di Anna Fresu e Joyce Lussu. Disegni di Bertina Lopes. Venezia: Centro Internazionale della Grafica di Venezia.
- CRAVEIRINHA, José (1992). *Karingana ua Karingana*. Lisboa: Edições 70.
- CRAVEIRINHA, José (1998). *Maria*. Lisboa: Editorial Caminho.
- CRAVEIRINHA, José (1999a). *Contacto e outras crónicas*. Maputo: Centro Cultural Português.
- CRAVEIRINHA, José (1999b). *Obra poética: I*. Lisboa: Editorial Caminho.
- CRAVEIRINHA, José (2002). *Dikter*. I tolkning av Örjan Sjögren. Stockolm: Ordfront.
- CRAVEIRINHA, José (2004a). *Poemas da prisão*. Lisboa: Texto Editora.
- CRAVEIRINHA, José (2004b). *Poemas eróticos*. Org. de Fátima Mendonça. Maputo: Moçambique Editora / Texto Editores.

- CRAVEIRINHA, José (2009). *O folclore moçambicano e as suas tendências*. Maputo: Alcance.
- CRAVEIRINHA, José (2012a). *Tâmaras azedas de Beirute*. Apresentação por Gilberto Matusse. Maputo: José Craveirinha Editores.
- CRAVEIRINHA, José (2012b). *Vila Borghesi e outros poemas de viagem*. Org. de José Craveirinha Filho e Eurídice Craveirinha. [Maputo]: José Craveirinha Editores.
- CRAVEIRINHA, José (2018). *Moçambique e outros poemas dispersos*. Org. de José Craveirinha Filho. Maputo: Alcance.
- DICKINSON, Margaret (1972). *When Bullets Begin to Flower: Poems of Resistance from Angola, Mozambique and Guiné*. Selected and translated by Margaret Dickinson. Nairobi: East African Publishing House.
- DOMINGOS, Nuno (2012). *Futebol e colonialismo: corpo e cultura popular em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- RAFAEL, Luis (2011). *Stained Glass: Poetry from the Land of Mozambique*. Edited by Luis Rafael. Howrah, India: Roman Books.
- SIMÕES, Manuel G. (2012). *As traduções italianas de José Craveirinha*. In *Outras margens: ensaios de literatura brasileira, angolana, moçambicana e caboverdiana*. Lisboa: Colibri, pp. 149-157.
- TAVANI, Giuseppe (1969). *Poesia africana di rivolta: Angola, Mozambico, Guinea, Capo Verde, São Tomé*. A cura di Giuseppe Tavani. Con una nota storico-letteraria di Mário de Andrade. Bari: Laterza.
- TOPA, Francisco (2020). *Galinha à cafreal: José Craveirinha meio século depois*. In FERREIRA, António Manuel et al., ed. *Pelos mares da literatura em português*. Frankfurt: Peter Lang, pp. 161-172.
- VIEIRA, Luciana Batista (2019). *Outra face, a mesma luta: edição e estudo das crónicas e outros textos publicados por José Craveirinha em A Tribuna (1962-1964)*. Dissertação de mestrado em Estudos Africanos. Porto: FLUP.
- WILLIAMS, Frederick G. (2006). *Poets of Mozambique: A Bilingual Selection / Poetas de Moçambique: uma selecção bilingue*. Translations, Introduction and Notes by Frederick G. Williams. Provo, Utah: Brigham Young Universities Studies; Maputo: Universidade Eduardo Mondlane; Lisboa: Instituto Camões; New York: Luso-Brazilian Books.



## ***Galinha à cafreal: José Craveirinha meio século depois***

Além de poeta maior de Moçambique e da língua portuguesa, José Craveirinha foi também um importante jornalista. Essa faceta da sua obra está contudo por estudar, pelo menos de forma sistemática, não obstante terem já passado 15 anos da sua morte e oito desde que foi anunciado que “Cerca de 10 mil textos inéditos ou pouco conhecidos do poeta moçambicano José Craveirinha vão ser reunidos numa Obra Completa, que deverá estar concluída dentro de três anos, nos termos de um acordo hoje assinado em Maputo.”<sup>1</sup> Não sei exatamente que tipo de textos estariam em causa, mas é provável que aí se incluíssem as muitas crónicas que o autor de *Xibugo* foi publicando ao longo da sua carreira nos jornais, iniciada em *O Brado Africano*.

Género de fronteira, “fusão admirável do útil e do fútil” na consagrada expressão de Machado de Assis, a crónica pode assumir orientações muito distintas que a aproximam ou a afastam de outros subgéneros, jornalísticos ou literários. No caso concreto de Craveirinha, a faceta mais interessante – pelo menos de acordo com o que pude perceber até agora pela leitura de jornais moçambicanos da década de 60 – é a da coluna de opinião, usada para chamar a atenção e para discutir, quase sempre de modo acutilante, aspetos silenciados da sociedade local. Um desses temas é o racismo, abordado várias vezes e de vários ângulos, às vezes surpreendentes, sobretudo se lidos à distância cómoda de mais de meio século. É um caso desse tipo que pretendo aqui apresentar e discutir.

A 25 de novembro de 1962, na coluna “Contacto” que mantinha em *A Tribuna* – um importante jornal independente fundado em outubro desse ano –, José Craveirinha publicou um texto em que afirmava a certa altura:

---

<sup>1</sup> Notícia da Agência Lusa de 06/02/2007. Disponível em: < [https://www.rtp.pt/noticias/cultura/textos-de-jose-craveirinha-reunidos-em-obra-completa\\_n159841](https://www.rtp.pt/noticias/cultura/textos-de-jose-craveirinha-reunidos-em-obra-completa_n159841) >.

Quando a um africano de origem se diz, despreocupadamente aliás, que se vai comer uma “galinha à cafreal” não se pretende magoar. Exerce-se um costume. Emprega-se uma estafada expressão que designa certa especialidade culinária regional. “Galinha à cafreal” é uma galinha assada com piripiri. Que mal tem isso? – Nenhum.

Mas a expressão “cafreal” é termo extremamente pejorativo. Vem de *cafraria*. De *cafre*. E *cafre* teve sempre um sentido pouco, muito pouco simpático. *Cafre* é coisa reles, rude, bárbara. Pertence a uma terminologia nascida em tempos muito recuados quando se estabeleceram os primeiros contactos com os povos exóticos de África. Mesmo tendo as circunstâncias mudado desde então o apodo chegou aos nossos dias trazido de geração em geração[.] Ficou. (CRA-VEIRINHA, 1962: 11)

Há poucos anos, a 28 de março de 2018, foi amplamente noticiado pela imprensa internacional (mas não, que me tenha apercebido, pelos jornais ou televisões de Portugal) a condenação na África do Sul de Vicki Momberg, agente imobiliária, branca, a quatro anos de prisão (três efetivos e um suspenso), pelo facto de, na sequência de um assalto por “smash and grab” ao seu automóvel, ter insultado com a palavra *kaffir*, proferida por 48 vezes, o agente policial, negro, que a assistiu e tentou acalmar. Segundo o *The Guardian*:

A video clip went viral following the incident in 2016 when the police officer tried to help Momberg after thieves broke into her car at night at a shopping centre.

It showed her saying she wanted to be helped by a white or ethnic Indian officer, and that black people were “plain and simple useless” and “they are clueless”.<sup>2</sup>

O mesmo jornal acrescenta que o termo *kaffir* é um “apartheid-era slang for a black person and one of the worst terms of hate speech in South Africa” e que se tratou da primeira decisão do género, dado que até essa altura os condenados por crimes semelhantes tinham sido sentenciados a penas de multa.

O *Le Monde* de 31 de março comentou assim o uso da palavra em causa:

C’est un mot-crachat, un mot de bile, de haine et de tourment : kaffir claque comme le coup de fouet des temps révolus où il était possible, en Afrique du Sud, d’en user à sa guise pour désigner, du point de vue des Blancs, le mépris dans lequel ils tenaient les Noirs.

---

<sup>2</sup> Fonte: <<https://www.theguardian.com/world/2018/mar/28/south-african-woman-jailed-in-landmark-ruling-for-racist-rant>>.

Le terme, lui, n'est pas révolu. Son usage ne s'éteint pas en Afrique du Sud. Il est si toxique qu'on le contourne, pour le désigner, par une métonymie : *k-word* (le mot en k). Son emploi en toutes lettres, désormais, peut valoir une peine de prison.<sup>3</sup>

Outro elemento que gostaria de introduzir para a discussão da questão colocada por Craveirinha em 1962 diz respeito a algumas das designações noutras línguas de um doce que em Portugal ficou conhecido como bomboca (ou, de modo menos comum, beijinho). De origem controversa – há vários países que reivindicam a sua criação –, o doce é um bombom com uma cobertura fina de chocolate, recheio de merengue italiano e bolacha doce na base. Na Dinamarca a guloseima foi durante muito tempo conhecida como *negerbolle* (rabo de negro) ou *negerkys* (beijo de negro)<sup>4</sup>, designações que por razões óbvias foram abandonadas nas últimas décadas. O mesmo aconteceu na Alemanha com o nome *negerkuss* (beijo de negro), na Holanda ou na Bolívia.



Fonte: <<https://www.pinterest.pt/pin/502362533414497771>>

Apenas com estes elementos, parece impor-se uma conclusão provisória: José Craveirinha – apesar de ter ficado quase sozinho naquilo que acabou por constituir uma pequena polémica – estava duplamente certo, antecipando em

<sup>3</sup> <[http://www.lemonde.fr/afrique/article/2018/03/31/en-afrique-du-sud-l-insulte-racialemene-en-prison\\_5278948\\_3212.html](http://www.lemonde.fr/afrique/article/2018/03/31/en-afrique-du-sud-l-insulte-racialemene-en-prison_5278948_3212.html)>.

<sup>4</sup> <[https://en.wikipedia.org/wiki/Chocolate-coated\\_marshmallow\\_treats](https://en.wikipedia.org/wiki/Chocolate-coated_marshmallow_treats)>.

muito um movimento que só vem ganhando força nos últimos anos. Vejamos então o problema com mais cuidado, começando pelo princípio, isto é, pela palavra.

Craveirinha pôs em relevo um fenómeno aparentemente banal em que muitos não repara(va)m: a língua é um depósito de crenças e valores, que reflete e ao mesmo tempo condiciona o pensamento dos seus falantes. Não se tratava, evidentemente, de discutir a conhecida hipótese Sapir-Whorf que defendia, na sequência dos trabalhos de Humbolt e outros, o papel da língua na formação da visão do mundo. O objetivo era antes o de mostrar, de uma forma mais imediata, que o racismo se faz (também) com palavras, tanto de modo consciente e deliberado, como de maneira involuntária e (relativamente) inconsciente.

Ora o adjetivo *cafreal* não deixa dúvidas. Segundo o *Dicionário Houaiss*, *cafre* vem do árabe *kafr*, que significa incrédulo, infiel, não muçulmano. Ainda segundo o mesmo dicionário, o termo teve um sentido etnológico, hoje obsoleto, designando “indivíduo de uma população africana banta, afim dos zulus, não muçulmana, do sudeste da África”. Por extensão, em sentido pejorativo também obsoleto, o termo significou “indivíduo de raça negra” e, figurativamente, “indivíduo rude, ignorante”. Sebastião Rodolfo Dalgado, no seu *Glossário luso-asiático* (1919: I, 170), informa que o termo era “Aplicado, entre outros, aos pagãos da África Oriental” e que “os portugueses adoptaram-no, restringindo a sua significação, e transmitiram-nos às outras nações europeias”. Acrescenta José Pedro Machado (1977: II, 23) que, já no século XVI, o vocábulo tinha o sentido de “bárbaros, habitantes do interior; indivíduos atrasados”. De acordo com Monsenhor Dalgado, o primeiro registo na língua portuguesa será de 1516, ocorrendo no *Livro de Duarte Barbosa*. É justamente na aceção que o Houaiss considera obsoleta que reside o problema colocado por Craveirinha: *cafre* e *cafreal* são insultos racistas, na sequência de uma evolução semântica que refletiu e acompanhou as relações entre europeus e africanos e a visão que os primeiros foram formando dos segundos.

Nas réplicas (ou ecos de réplicas, como veremos) que a crónica de Craveirinha suscitou são bem visíveis as questões que os antropólogos da linguagem discutem e que muitos de nós, empiricamente, continuamos a sentir tanto tempo depois. Vejamos cronologicamente o desenlace da questão.

A 27 de dezembro desse ano de 1962, no mesmo jornal *A Tribuna*, num texto intitulado “Ainda a propósito de um termo pejorativo”, José Craveirinha insistiu na questão, citando de novo o dicionário:

Eu volto a dizer que “galinha à cafreal” tem significado amesquinhante porque: O Grande Dicionário da Língua Portuguesa, de António Morais, diz que *Cafre* é “homem rude, desumano e ignorante” e que *Cafreal* é “relativo ou pertencente aos cafres ou à cafraria” e como cafraria “terra onde não há senão gente boçal, estúpida e ignorante”. E ainda temos mais: *cafrice* é “ação própria de cafre. Soma ignorância e bruteza de juízo, barbarice”. (CRAVEIRINHA, 1962a: 2)

O ponto de partida tinha sido a opinião contrária de um colega de imprensa, António Cabral:

Se depois deste testemunho insuspeito do grande mestre da língua portuguesa, o meu amigo António Cabral continua a persistir na sua teimosia eu encolho-me humildemente e... calo-me. Não há controvérsia possível.

Em todas as línguas existem vícios de linguagem, chamadas também estereotípicas.

Ninguém com um pouco de senso de delicadeza dirá perante uma pessoa de cor que deseja comer uma galinha cozinhada à moda dos cafres. E se António Cabral concorda em que esta maneira de alguém se referir à forma como a galinha é cozinhada pelos nativos não deixa de ter intenção ofensiva é porque aceitou que havia errado. Caso contrário é porque possui uma sensibilidade muito especial para determinado grau de subtilezas da linguagem corrente. (*Ibid.*)

De facto António Cabral escrevera a 10 de dezembro, na sua coluna “Boa Tarde a Você” do *Notícias da Tarde*, outro jornal da então Lourenço Marques, uma brevíssima nota desvalorizando a questão:

Galinhas à cafreal

O poeta José Craveirinha, que muito admiro e prezo, insurge-se que se diga “galinha à cafreal”. Francamente, não vejo motivo para esta “insurreição”, pois não vejo nisso qualquer ideia desprimorosa. (CABRAL, 1962: 2)

A 8 de janeiro do ano seguinte, o autor de *Maria* sentiu-se compelido a regressar ao tema. A crónica intitulava-se “Ponto final na galinha à cafreal” e constituía a resposta a uma carta, provavelmente de um leitor, a que só temos acesso indireto:

Que o facto de o sr. Almeida Costa, perante uma galinha cozinhada “à cafre”, só se lembrar do seu apetite e estar completamente alheio a possíveis suscetibilidades de índole racial no que respeita aos povos a quem podem ser atribuídas as “virtudes” inerentes a “cafres” abona apenas quanto eu já havia dito: embora sem intenção de ofender, o uso do termo não deixa de possuir carga injuriosa.

O sr. Almeida Costa quase põe as suas objeções sobre o pejorativo ou não pejorativo do vocábulo “cafreal” em relação à hipótese de desagrado da galinha. Ora, a galinha não se ofende nem pode ofender-se. O pejorativo entende-se em relação a um grupo humano. (CRAVEIRINHA, 1963: 2)

Como se percebe, ter-se-á tratado de uma reação pseudojocosa, que Craveirinha opta por enfrentar de modo sério e bem fundamentado, recorrendo até a uma conhecida fábula de La Fontaine, “Le loup et l’agneau”:

Vejam: De maneira alguma pretendi ou pretendo condenar aqueles que empregam o termo “cafreal” para designar uma certa especialidade culinária regional. Seria um contrassenso, um disparate e uma injustiça “enforçar” alguém por faltas cometidas por transmissão de herança. O mal está antes na origem que no efeito. “Não foste tu, foi o teu pai” é lenda velha do lobo que precisou de pretexto para devorar o cordeiro. No caso que se discute, o sr. Almeida Costa, o sr. António Cabral e muitos outros são também vítimas da escravidão dos hábitos. Hábitos com o lastro de 500 anos não se modificam facilmente. Passam a ser uma segunda pele, assumem tamanho de verdades e de tal modo se tornam equipamento familiar na linguagem e nas atitudes correntes que se lhes não percebe o gume e extirpá-los se afigura operação dolorosa ou violação de património moralmente legítimo. Pura confusão.

A “galinha à cafreal”, ou seja, “galinha à boçal”, constitui uma estereotipia de subjacente injúria racial. Em tal designação – note-se bem – não se localiza uma certa localidade ou os seus habitantes em relação à forma de preparar um certo prato, mas sim se referencia através dela uma raça supostamente inferior no conjunto humano. (*Ibid.*)

Neste esforço de combater “mais um «cliché» do preconceito racial comumente aceite e sem razão de ser”, o poeta de *Karingana ua karingana* aponta outros exemplos, um dos quais tinha por vítimas alguns dos colonos portugueses:

Posta a questão em termos de inocência de quem maneja vocabulário de sentido racialmente afrontoso, não é de respeitar-se a sensibilidade de quem nele se veja humilhantemente retratado, como em caso paralelo de vício de linguagem

se não deverá deixar de chamar “caneco” a um indo-português, “monhé” a um indiano, “labrego” a um português, assim como se não modificará o costume que muitos adregam não dispensar quando a indivíduos que podiam ser até seus avós, sendo seus criados ou serventes no serviço, porque são africanos de origem são distinguidos sempre com o tratamento geral de “ó rapaz” e às mulheres, mesmo dignas de tratamento mais respeitoso a que as rugas e as cãs dão direito, são indistintamente chamadas “Ó rapariga”, o que, se noutra lado é mera destrinça de condição social, em África, por reservado a pessoas de uma certa raça, ganha um significado de agressividade que noutra parte é inteiramente virgem. (*Ibid.*)

E termina sublinhando a irrelevância da existência ou não de intenção ofensiva:

E porque quantos caem em tais armadilhas da linguagem convencional vêm depois muito convicta e sinceramente declarar que não tiveram, não têm e nunca terão intenção de ofender, deverá isto servir como refrigério, consolação e mesmo aplauso dos que se sentem visados? Os pruridos extinguem-se ou tornam-se sem razão por não haver premeditação ou má-fé numa ofensa? Devem os atos injuriosos constituir norma quando sejam praticados sob declaração de boa-fé, inocência ou alheamento? (*Ibid.*)

Este é justamente um dos aspetos que Jane H. Hill, especialista americana de antropologia da linguagem, aborda num livro de 2008 intitulado *The everyday language of white racism*. Segundo a autora, a ideia de que o racismo é uma questão de valores e atitudes pessoais constitui um ponto importante daquilo a que chama “folk theory”, isto é, “the everyday understanding of the world, found in all societies, that are revealed by ethnographic analysis” (HILL, 2008: 4). No caso do racismo, esta forma de ver o mundo estabelece que

is entirely a matter of individual beliefs, intentions, and actions. In the folk theory, a racist is a person who believes that people of color are biologically inferior to whites, so that white privilege is observed and must be defended. Racism is what that kind of white supremacist thinks and does. (HILL, 2008: 6)

Ora, como José Craveirinha já observara há mais de meio século, as teorias críticas atuais sobre o racismo, embora não neguem a importância das crenças pessoais, preferem “emphasize its collective, cultural dimensions, and

to avoid singling out individuals and trying to decide whether they are racists or not” (HILL, 2008: 7).

A questão voltaria a ser colocada com toda a clareza num editorial não assinado, sob o título de “Sentido pejorativo”, saído na edição de *A Tribuna* do dia 10 desse mesmo mês. A peça abre num tom didático e apaziguador:

Numa comunidade multirracal, para que se procura em todos os sectores da actividade humana uma progressiva autenticidade, evidenciando-se cada vez mais a preocupação de evitar ângulos difíceis, encruzilhadas perigosas, arestas que firam, há que ter no plano pessoal e privado, nas relações sociais, até no campo oficial, cuidados permanentes, observação atenta, compreensão e humildade, especialmente de quem, por circunstâncias históricas não recebeu muitos apelos a tal compreensão e raramente houve de usar muita humildade. (1963: 2)

O autor passa depois ao domínio da linguagem, invocando o exemplo do Brasil:

Na maior democracia racial do mundo – o Brasil – por alguma razão os legisladores, de mãos dadas com os filólogos, tratam de eliminar do léxico numerosos vocábulos que, etimologicamente, em toda a sua pureza, não são injuriosos, mas passaram, através dos tempos e do uso popular, a conter injúria. (...) Claro que, ao tornar-se ilegal o significado pejorativo de tais vocábulos que vem assinalado nos dicionários, nada mais se pretende do que tornar impróprio o seu uso, a não ser no sentido estritamente original do termo; toma-se assim, no país onde a Lei Afonso Arinos pune severamente qualquer mínima atitude de racismo, uma atitude oficial no sentido de conchamar um povo inteiro a pôr de parte aquela terminologia que, ainda mesmo sem má-fé, pode ferir alguém, não porque esse alguém tenha feito algo de censurável, mas só porque nasceu aqui ou ali, desta ou daquela cor. (*Ibid.*)

Não discutirei aqui a falácia da “maior democracia racial do mundo”, mas vale a pena pensar um pouco na chamada Lei Afonso Arinos. Aprovada pelo Congresso brasileiro a 3 de julho de 1951, a Lei 1390 viria a receber o nome do seu autor, Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990), deputado mineiro da União Democrática Nacional e também importante jurista, professor e intelectual. Alcançando um surpreendente apoio no Congresso, essa lei punia como contravenção penal a discriminação racial, designadamente os atos de recusa, oposição ou negação de acesso (a estabelecimentos hoteleiros, de restauração, de ensino e a empregos, incluindo públicos e nas Forças Armadas).

Estava-se, pois, muito longe do que escreve o editorialista de Moçambique, o que aliás justificou críticas à lei por parte de movimentos cívicos brasileiros, que fizeram notar que nenhuma prisão foi decretada com base nela.

Reza a lenda que a motivação imediata para a sua elaboração fora um episódio de racismo com ampla repercussão nos *media* internacionais: a recusa do Hotel Esplanada (situado na Praça Ramos de Azevedo, nas imediações do Teatro Municipal de São Paulo) de alojar a famosa dançarina americana Katherine Dunham (1909-2006). Filha de pai americano negro e de mãe canadiana branca, Dunham não era apenas dançarina: era também coreógrafa, antropóloga, professora, ensaísta e ativista, sendo particularmente conhecida pela revolução que trouxe à dança americana através da pesquisa em torno das suas raízes africanas. Fosse como fosse, a lei chamava a atenção para o problema racial brasileiro, ainda que, no entendimento de muitos, procurasse “esvaziar as potencialidades do conflito político”, deslocando a questão “para o plano da moral” (GRIN e MAIO, 2013: 34-5).

Apesar, pois, dos equívocos e das falhas de informação, as ideias iam circulando no Moçambique colonial. E o autor anónimo do editorial terminava com um apelo que ia ao encontro do ideário de José Craveirinha:

O que aqui defendemos, hoje: é que em Moçambique nos habituemos a não usar certas palavras que, de qualquer forma, sejam desagradáveis, humilhantes, ainda que por remota insinuação, para qualquer das etnias que aqui pretendemos confundir em harmonia, que aqui tentamos fixar em paz, que aqui lutamos por que se amem e se interpenetrem para a homogeneização dum só povo. Um povo sem “cafres”, sem “canecos”, sem “monhés” e sem “galegos”. (*Sentido pejorativo*, 1963: 2)

Antes de passarmos à última peça desta polémica, do próprio Craveirinha, vejamos rapidamente a intervenção de Armando Pedro Munane, em *A Tribuna* de 23 de fevereiro de 1963, sob o título de “Ainda sobre um termo pejorativo: Opinião de um leitor”. Apresentando-se como africano, perguntava o autor, retomando uma questão colocada logo no início da polémica:

Mas por que se há de teimar no que se apoda de afronta só por uma simples razão particular de se não dizer com intenção de melindrar, mas única e simplesmente de comer uma galinha preparada à moda cafre, à moda dum negro rebelde, bárbaro? Sejamos coerentes, compreensivos e claros nas nossas maneiras, a fim de evitar melindrar os outros. (MUNANE, 1963: 11)

O derradeiro texto mais relevante do debate é do próprio autor de *Cela 1*: trata-se de uma crónica intitulada “Resposta a um jornalista beirense”, estampada na edição de *A Tribuna* de 21 de abril de 1963. A questão central tinha que ver com a crítica de Cunha Pereira a um outro jornalista, Gouvêa Lemos, que se opusera ao uso de termos como *monhé*, *caneco*, *mulato*, *cafre*, etc.

Antes de ir à questão da linguagem, Craveirinha recorda um texto em que o seu antagonista declarara ter condições para, se o quisesse, ser racista:

Primeiro, em relação ao mesmo jornalista é necessário esclarecer que a sua posição se filia num declarado preconceito racial, e, portanto, age por coerência com ele mesmo como racista que é. Racista porque? Porque disse isto: “É que eu, cromossomaticamente, posso ser racista e não o sou”. (“Notícias da Beira”, de 16 de Agosto de 1961).

Ora, se uma pessoa entende que pode ser racista é porque se julga detentora de “virtudes” especiais que lhe possam à nascença atribuir poderes psicofisiológicos superiores e, mesmo que não queira fazer uso deles confessa o preconceito de superioridade racial pelo[s] genes, o que é peregrina asneira cientificamente e grandessíssimo logro jornalisticamente, porquanto os corpúsculos de um núcleo são transmissores de caracteres de hereditariedade fisiológica mas, note-se bem, não transmitem virtudes morais ou intelectuais para que homem algum entenda considerar-se “melhor” racialmente do que outro ser humano com caracteres físicos diferentes. (CRAVEIRINHA, 1963a: 2)

Intitulado “Ser ou não ser [racista] eis a questão”, o texto de Cunha Pereira respondia a um duríssimo escrito de Craveirinha, intitulado “Carta aberta de acção de graças por Cunha Pereira e... amen”, publicado no mesmo número de *Notícias da Beira* de agosto de 1961. Estava em debate a situação político-militar em vários países africanos, com destaque para Angola, em que a luta de libertação começara há pouco:

Angola explica ódio de negros pelos brancos? A Hungria, a França, a Escócia, a Polónia, a Espanha, etc. explicam que espécie de ódio, Cunha Pereira? A Índia e o Paquistão, a China e a Formosa; Cuba e Estados Unidos o que é que explicam, Cunha Pereira? Ódio do negro pelo branco? (CRAVEIRINHA, 1961: 4)

José Craveirinha acusa o destinatário da sua carta de não entender África e de ter uma atitude francamente racista:

O mal, Cunha Pereira, é você estar em África como um branco e não como um homem apenas. É V. sentir as coisas em vez de compreendê-las. Quando V. divide o continente africano em duas cores, branca e preta, V. confirma forte preconceito racial. (...)

V. é racista, Cunha Pereira! V. é daqueles que querem tirar os que estão à mesa para por sua vez se sentarem nela e não para nos sentarmos todos nela. V. é um ultra! (*Ibid.*)

Na resposta a essa carta, Cunha Pereira fizera a tal declaração que Craveirinha considera racista:

É que eu, cromossomaticamente, posso ser racista e não o sou – tenho-o provado à saciedade através de tudo o que escrevo a tal respeito. José Craveirinha, a quem a mesma razão veda tal possibilidade, parece demonstrá-lo na sua “carta” e na sua poesia, que pessoalmente aprecio. (PEREIRA, 1961: 6)

Para além do que Craveirinha já dissera, temos um exemplo muito claro daquilo a que Jane Hill chama a virtude branca: “The denial of racism and the performance of what are taken to be antiracist gestures, is one way of constructing white virtue.” (HILL, 2008: 23).

Voltemos então ao texto de Craveirinha de abril de 1963, intitulado “Resposta a um jornalista beirense”. Depois de mostrar o sem-sentido do conceito de raça, mais ainda se avaliado a partir da cor da pele, o poeta moçambicano reflete sobre os qualificativos racistas e os jogos de poder que encenam:

E quando há pessoas que se entrincheiram em dogmas ociosos, fazendo galas de uma altanaria categórica e se comprazem em negar a carga injuriosa que certas palavras contêm, não só porque a matriz desses vocábulos pertence a uma dada conjuntura de um encontro de culturas opostas mas porque são distintivos de preconceitos, é porque não podem admitir de bom grado que as despojem dos únicos símbolos de superioridade que acham ainda poder publicamente manter por mais tempo: o jogo discricionário das palavras. (CRAVEIRINHA, 1963a: 2)

O remate do texto sublinha o contraste entre a teoria e prática na nação do luso-tropicalismo:

E pronto, isto tudo serviu para argumentar com certas pessoas que em coisas de psicologia e cultura social deverão observar o silêncio que as coisas sérias devem merecer de quem imparcialmente as não pode tratar porque as não quer ver sob uma luz que não seja a do seu conceito de: “É que eu, cromossomaticamente, posso ser racista”... profissão de fé numa ordem condenável legalizada na África do Sul com o designativo de “apartheid”, país que até deve aceitar de braços abertos os que doutrinas suas proclamam como válidas através de afirmações daquele teor, como em Moçambique dever-se-ão considerar indesejáveis os que exaltam excelências cromossomáticas dentro da sua jurisdição territorial em aberto antagonismo com o que a Constituição declara como lei e publicamente o Governo desmente sempre que tal outros lhe assacam.

O caso que brevemente acabo de apresentar é interessante sobretudo por dois motivos. Em primeiro lugar, porque nos mostra que a questão do racismo estava na ordem do dia em Moçambique e era debatida com alguma abertura nos jornais, e em termos que, não sendo completamente inovadores, convocavam argumentos que ainda hoje estão apenas a começar a ser discutidos em certos países, como é o caso de Portugal. Não esqueçamos que, pela mesma altura, Lisboa e o país viam no racismo uma fonte de comédia: reveja-se o filme *O Costa d'África*, que é de 1954 e que até há poucos anos era reexibido regularmente como legítimo representante dos anos dourados da comédia portuguesa. Não esqueçamos que há trinta anos expressões como “barrote queimado” ou “lâmpada fundida” eram usadas comumente para fazer referência a negros sem suscitar verdadeira objeção. Ou que há uma década ainda era frequente a *piadinha* “Eu não sou racista: tanto aperto a mão a um branco como o pescoço a um preto”. Ou que ainda hoje se ouvem expressões como “Não cabe na cabeça de um preto” ou “São brancos, que se entendam”. E os exemplos poderiam ser multiplicados se não houvesse um argumento que os secundariza: a *galinha à cafreal* aí continua, em livros de receitas e na internet, por um motivo inesperado – *cafre* e *cafreal* são termos (feliz e infelizmente) que poucos hoje conhecem, como pude comprovar em inquérito informal junto dos meus alunos e de amigos.

Em segundo lugar, porque nos mostra uma faceta do pensamento e da obra de José Craveirinha que está quase totalmente por estudar: a de cidadão esclarecido e participante e a de cronista e polemista. E, para além do interesse que oferece por si mesma, esta faceta é útil também pela luz que projeta sobre a poesia do autor de *Karingana ua karingana*.

## Bibliografia

- CABRAL, António (1962). *Boa Tarde a Você*. “Notícias da Tarde”. 10 dez., pp. 1 e 2.
- CHOCOLATE-COATED marshmallow treats. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/Chocolate-coated\\_marshmallow\\_treats](https://en.wikipedia.org/wiki/Chocolate-coated_marshmallow_treats)>.
- (1954). *O COSTA d’África*. Realização de João Mendes. Lisboa.
- CRAVEIRINHA, José (1961). *Carta aberta de acção de graças por Cunha Pereira e... amen*. “Notícias da Beira”. 16 ago., p. 4 e 6.
- CRAVEIRINHA, José (1962). *Contacto*. “A Tribuna”. 25 nov., p. 11.
- CRAVEIRINHA, José (1962a). *Ainda a propósito de um termo pejorativo*. “A Tribuna”. 27 dez., p. 2.
- CRAVEIRINHA, José (1963). *Ponto final na galinha à cafreal*. “A Tribuna”. 8 jan., p. 2.
- CRAVEIRINHA, José (1963a). *Resposta a um jornalista beirense*. “A Tribuna”. 21 abr., p. 2.
- DALGADO, Sebastião Rodolfo (1919). *Glossário luso-asiático*. Vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- GRIN, Monica e MAIO, Marcos Chor (2013). *O antirracismo da ordem no pensamento de Afonso Arinos de Melo Franco*. “Topoi”. 14, 6 (jan.-jun.), pp. 33-45.
- HILL, Jane H. (2008). *The everyday language of white racism*. Chichester, U.K. / Malden, MA: Wiley-Blackwell.
- HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- KATHERINE Dunham biography. Disponível em: <<http://kdcah.org/katherine-dunham-biography>>.
- MACHADO, José Pedro (1977). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3.<sup>a</sup> ed. Vol. II. Lisboa: Livros Horizonte.
- MUNANE, Armando Pedro (1963). *Ainda sobre um termo pejorativo: Opinião de um leitor*. “A Tribuna”. 23 fev., p. 11.
- PEREIRA, Cunha (1961). *Ser ou não ser [racista] eis a questão*. “Notícias da Beira”. 16 ago., p. 6.
- REMY, Jean-Philippe (2018). *En Afrique du Sud, l’insulte raciale mène en prison*. Disponível em: <[http://www.lemonde.fr/afrique/article/2018/03/31/en-afrique-du-sud-l-insulte-raciale-mene-en-prison\\_5278948\\_3212.html](http://www.lemonde.fr/afrique/article/2018/03/31/en-afrique-du-sud-l-insulte-raciale-mene-en-prison_5278948_3212.html)>.
- (1963). *SENTIDO pejorativo*. “A Tribuna”. 10 jan., p. 2.

*SOUTH African woman jailed in landmark ruling for racist rant.* Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/mar/28/south-african-woman-jailed-in-landmark-ruling-for-racist-rant>>.

*TEXTOS de José Craveirinha reunidos em obra completa.* Agência Lusa. 06 de fev. de 2007. Disponível em: < [https://www.rtp.pt/noticias/cultura/textos-de-jose-craveirinha-reunidos-em-obra-completa\\_n159841](https://www.rtp.pt/noticias/cultura/textos-de-jose-craveirinha-reunidos-em-obra-completa_n159841)>.

## *O neorrealismo do pé esquerdo:*

### **José Craveirinha e o desporto no Moçambique colonial**

José Craveirinha, embora tenha ficado conhecido sobretudo como poeta, foi durante muitos anos jornalista, profissão em que começou por acompanhar o desporto (como foi comum durante décadas na carreira jornalística), tendo sido ele mesmo entusiasta e praticante de diversos desportos, designadamente o atletismo e o futebol.

Embora esses dados não sejam desconhecidos, a verdade é que, tanto quanto sei, ainda não foi feita uma abordagem sistemática da relação de Craveirinha com o desporto. O tema tem interessado, contudo, diversos investigadores, a começar por Nuno Domingos, que analisou, na sua tese de doutoramento em Antropologia e em diversos artigos, o pensamento do autor africano sobre o futebol.

Ficaram, porém, de fora outros aspetos da questão, o que em parte se deve ao facto de a obra do autor de *Xigubo* não estar ainda completamente reunida e editada. De facto, está por inventariar um grande número de textos em prosa que Craveirinha publicou ao longo da vida em jornais e revistas. São escritos de diversa natureza que talvez possam ser globalmente designados como crónicas, embora assumam muitas vezes a forma de artigo de opinião ou de ensaio curto. Até ao momento, só uma pequena parte do conjunto foi publicada: em 1999, ainda em vida do autor, saiu *Contacto e outras crónicas*; uma década depois, veio a lume *O folclore moçambicano e as suas tendências*; e, nova década volvida, Luciana Batista Vieira, na sua dissertação de mestrado, editou os textos publicados por Craveirinha em *A Tribuna* entre 1962 e 1964. Talvez não se justifique a edição (pelo menos em livro) de todos esses escritos dispersos, embora seja inequívoco que a sua releitura é indispensável para a

compreensão de aspetos da obra poética de Craveirinha e, sobretudo, da sua faceta de cidadão esclarecido e participante.

É um pequeno contributo nesse sentido que este artigo tenta trazer, começando por chamar a atenção para o poema de onde retirei o título: presente no livro *Babalaze das hienas*, de 1992, um volume que tem a guerra civil por pano de fundo, a composição, nomeada “Mina antipessoal”, refere-se ao ponta-esquerda Jossias, “terror dos guarda-redes”, que “agora já possui três pés/ mas não chuta com nenhum.” (CRAVEIRINHA, 1992: 26). No final do texto, diz o enunciador:

e autógrafos só no hospital  
ou quando o neo-realismo  
do pé esquerdo de voz ausente  
dá ótima compensação  
com autógrafos no hospital  
quando preenche e assina:  
Jossias ex-Ponta Esquerda  
Profissão: Indigente.  
Clube: Mina Antipessoal.

Do meu ponto de vista, esta poderosa expressão irónica define de modo bastante preciso a posição assumida por Craveirinha nos seus numerosos textos sobre desporto. Começando pelo futebol, notemos que as peças são com certa frequência réplicas a escritos de outros comentadores. É o que acontece com a crónica “Porque Matateu é, na opinião do Sr. Rosado, um animal de raça”, publicada em *O Brado Africano* de 29 de janeiro de 1955. Segundo se percebe, um jornalista chamado A. Rosado, comentando o jogo Belenenses-Barreirense, escrevera que o guarda-redes saíra da baliza “e o preto moçambicano, como puro animal de raça, que é, não evitou o desastre, antes o provocou com um pontapé brutal que deixou o adversário inanimado e com uma tremenda brecha na cabeça” (CRAVEIRINHA, 1955d). Antes de prosseguir, convém esclarecer que Matateu (ou *Mateteu*, como insiste noutras alturas Craveirinha) era o nome por que era conhecido o jogador Sebastião da Fonseca Lucas (1927-2000), negro e originário de Moçambique, que se destacaria como avançado de “Os Belenenses” e da seleção portuguesa. Chegado a Lisboa em 1951, foi o primeiro de uma série de grandes atletas oriundos das províncias ultramarinas a atuar em clubes metropolitanos.

Indignando-se contra aquilo que considerou um insulto racista (conceito que evita nomear diretamente), escreve Craveirinha:

Ora a *lealdade*, a que acima nos referimos, tanto deve comedir as botas dos jogadores como a *pena* do Sr. Rosado. Ao Sr. Rosado com dobradas razões, porque, como desportista que foi, se o foi na sua nobre aceção, deve ter aprendido e cultivado as regras desse dever; como poeta que é, mesmo nos intervalos, se não é cristão, valha-se ao menos da inspiração poética para amar e respeitar o próximo, e, através destes sentimentos, recuperar o culto desse dever; e como jornalista, que se fez, ainda mesmo devaneando em comentários desportivos, conheça, ao menos, a sua responsabilidade como formador de opiniões malevolentes ou instigador de sentimentos hostis, *preconcebidamente* hostis, repulsivos ao clima social e psicológico dos portugueses – e exiba com mais prudência os seus azedume, acima de tudo, enquanto trate de futebol; porque convém que o saiba, entre nós, portugueses d’Aquém e d’Além Mar, não há nada *disso*, nem pode haver nada *disso*... DISSO é tabu, não o dizemos, mas o Sr. Rosado sabe o que é, e, por esse motivo, aproveitou-se dos seus “Comentários” para atirar esse osso a uns quantos esfomeados – a proporcionar-lhes relinchos de gozo... (CRAVEIRINHA, 1955d)

Contra o que hoje nos possa parecer – atento o facto de os supostos anos dourados da seleção portuguesa e de clubes como o Benfica se terem apoiado no contributo de atletas provenientes do chamado ultramar –, havia uma grande resistência nessa época à ida de jogadores de África. Segundo Craveirinha, o articulista Rosado representava essa corrente de opinião, provavelmente incomodado com as consequências de um movimento que o poeta de *Maria* sintetiza deste modo:

O Sr. Rosado sabe (nós não sabemos) que através do desporto é que se tem rompido a barreira de muitos mitos sociais e políticos – e o “homem”, único responsável pelas complicações em que se mete, tem podido, assim, conquistar um pouco da sua *humanidade*: – do direito de ser *humano* e não mero *animal*! A América é um exemplo: – Jesse Owens correndo nas Olimpíadas começou a demolição dos falsos mitos euro-americanos. Hoje já são os supremos juizes americanos que completam a era iniciada por esse negro corredor. Foi uma vitória do desporto! (CRAVEIRINHA, 1955d)

Em circunstâncias diferentes, voltaria o jornalista da Mafalala a defender *Mateteu*, aproveitando para demonstrar a finura da sua cultura futebolística. Trata-se do artigo “Do poder de elevação do avançado centro”, inserido em *O Brado Africano* de 8 de janeiro de 1955 e que parece responder a uma crítica

que teria sido feita ao atleta belenense. Com a frontalidade que o caracterizava, escreve Craveirinha:

Assim, é um disparate afirmar-se que o jogador não pode ou não deve ocupar o lugar, desde que lhe falte esse requisito, se possui em quantidade de sobra todos os outros atributos que o avançado-centro necessita: domínio de bola, pontapé fácil e forte com qualquer dos pés e poder de infiltração. (CRAVEIRINHA, 1955b)

Um terceiro artigo de Craveirinha faz referência a “Os Belenenses”, desta vez a propósito do irmão mais novo de Matateu, Vicente (n. 1935), que viria a afirmar-se como um dos *magriços* no Campeonato do Mundo de 1966, disputado em Inglaterra. O texto tem por título “O G. D. «1.º de Maio» e o futebolista Rafael Vicente Lucas” e saiu também em *O Brado Africano*, de 17 de julho do ano anterior, 1954. Aqui (e numa série de outras peças) está em causa um princípio hoje pacificamente aceite, mas com que o jornalista-poeta não concorda: o pagamento de uma compensação por parte do clube contratante à agremiação em que o atleta atuava. A argumentação é dupla: por um lado, sendo o desportista amador, “pretender depois negociar esse mesmo jogador, parece-nos não estar dentro de nenhum princípio de igualdade nem de normas de justiça.” (CRAVEIRINHA, 1954e); por outro, as transferências representavam uma oportunidade decisiva para os futebolistas ultramarinos:

Nós que conhecemos de perto a vida particular de muitos atletas de cor, locais, consideramos como providenciais as ocasiões que tenham de poderem alterar para melhor os seus meios de existência, fazendo do futebol plataforma de recurso para a melhoria de nível de vida. (CRAVEIRINHA, 1954e)

Noutro texto de 1955, o autor de “Cântico a um deus de alcatrão” apresenta um argumento adicional – que hoje nos pode parecer um tanto estranho, mas que faz sentido à luz da época – em favor da ida de futebolistas moçambicanos para a metrópole: “porquê obstar a tal corrente de pura permuta de valores, se ela, a permuta, só serve para solidificar laços, caldear por intermédio do desporto também, uma unidade luso-imperial a todos os títulos louvável e honrosa?” (CRAVEIRINHA, 1955a).

O tema da transferência de atletas surge, aliás, outras vezes, sem que a posição de Craveirinha se altere. É o que ocorre na peça “O 1.º de Maio, o Indo-

-Português, o Malhangalene e o Alto-Maé caíram cegamente na armadilha”, incluído em *O Brado Africano* de 6 de novembro de 1954. Desvalorizando os alegados custos de formação, Craveirinha apela para a finalidade social dos clubes: “Chega-se ao anacronismo de lamentar ou pelo menos lembrar que se considere como benefício individual uma razão fundamental da colectividade. Um gasto do clube na sua primordial finalidade, em que é que pode significar um sacrifício pró-individual?” (CRAVEIRINHA, 1954d).

Já a 24 de fevereiro desse ano de 1954 escrevera Craveirinha uma coluna intitulada “Cartas de desobrigação”, insurgindo-se contra “essas incompreensíveis cartas que privam os jogadores de liberdade de acção, sujeitos a uma cruel escravização da parte dos clubes a que, por quaisquer razões, queiram deixar de prestar o seu concurso.” (CRAVEIRINHA, 1954b). O problema não seria, segundo ele, exclusivo do futebol, fazendo-se sentir também noutras modalidades:

No futebol como no basquetebol e agora também no atletismo urge terminar com a escravização dos seus praticantes visto que nessa liberdade está a insofismável garantia de que o desporto em si estará representando com galhardia e amor clubista pelos nossos atletas sejam quais forem as camisolas da sua preferência. Uma garantia, pois, de amorismo puro por parte de atletas tal é o que se pretende. (CRAVEIRINHA, 1954b)

A questão essencial, como afirma em texto de 1964 (antecipando de algum modo a lei Bosman), é que “Um praticante de desporto é um ser humano. E esse ser humano não pode estar sujeito a critérios que alienem a sua liberdade de cidadão seja qual for o trabalho que esteja comprometido a prestar.” (CRAVEIRINHA, 1964b).

Num outro artigo, de 24 de julho de 1954, observava – há setenta anos – um fenómeno que parece dos nossos dias, a globalização futebolística:

O futebol mundial está recheado de situações idênticas de desfalque de peças vitais para a boa mecânica da sua engrenagem de nações-potências no desporto-rei. A grande Argentina perdeu grande parte dos seus melhores jogadores contratados para o México, para a Itália e outros países. O Uruguai, a Suécia e a Áustria e outras nações têm também sofrido pesadas baixas devido à cobiça de grandes clubes que tentam melhorar os seus times para ganhar campeonatos. Ou preferia-se fecharmo-nos entre quatro paredes e contentarmo-nos em fazer um ou outro jogo com os vizinhos sul-africanos, com quem nunca aprendemos

nem aprenderemos jamais alguma coisa de útil no futebol? (CRAVEIRINHA, 1954c)

Esta preocupação com o ser humano, sobretudo o moçambicano negro, está patente noutros textos. Ainda no domínio do futebol, já tem sido referida por outros investigadores a tomada de posição de Craveirinha contra a exigência de um atestado de assimilação aos atletas negros. Trata-se do artigo “O negro no desporto de L.M.”, vindo a lume em *O Brado Africano* de 23 de janeiro de 1954, em que se destaca a chamada irónica de atenção para a contradição entre a teoria da igualdade racial e a prática:

E pois que representa uma verdade a ausência de leis de distinção racial na constituição política de Portugal, e é um princípio firmado a não existência de problemas de racismo na Metrópole, desejamos que aqui em plena África subsista e crie raízes o mesmo espírito de alta compreensão dos direitos de igualdade para todo o homem sem olhar a côres nem raças. (CRAVEIRINHA, 1954f)

Isso não significa, contudo, que as posições de o autor de “Grito negro” fossem sempre atualizadas e irrepreensíveis, pelo menos à luz do pensamento mais avançado. Veja-se, por exemplo, o que escreve a 22 de janeiro de 1955 sobre “O negro, o desporto e o Feiticismo”: “Não pode já oferecer qualquer espécie de dúvida a natural e espantosa predisposição do homem negro ou seu descendente para a prática de desportos.” (CRAVEIRINHA, 1955c).

O mesmo se diga sobre as práticas feiticistas que descreve e que pouco diferem das que, no passado e no presente, observamos em tantos atletas e dirigentes, qualquer que seja a sua cor e a sua cultura (e nem é preciso falar de Zandinga nem do “bruxo” de Guimarães; basta observar os “tiques” de Rafael Nadal ou a forma como a maior parte dos jogadores de futebol entra em campo).

Caso um pouco diferente é o do sentido do humor ou da malícia que Craveirinha deteta no atleta africano. Escreve ele, ainda no texto de janeiro de 1955:

O seu sentido de humor reflecte-se na alegria do jogo, teatralidade nas fintas e dribles e nas expressões que usa para amesquinhar chocarreiramente o jogador

que acaba de ser iludido: “pysonho”, “pysêtu”, etc. (leia-se psonho e psêto), termos onomatopaicos e que só ali se aplicam. (CRAVEIRINHA, 1955c)

Devemos, porém, perguntar se tal atitude não equivale à malandragem que muitos especialistas detetam ainda hoje nos futebolistas brasileiros (mesmo em jogadores de topo, como Ronaldinho Gaúcho ou Neymar), às vezes justificando com ela a dificuldade de adaptação desses atletas ao mais rigoroso futebol europeu. E devemos ainda perguntar se a origem desse alegado espírito africano não é a mesma que explica a introdução dos “cabritos” no futsal (popularizados por Ricardinho) e das “letras”, “vírgulas” e “trivelas” no futebol. E, mesmo não tendo eu competência para discutir seriamente a questão, é provável que a resposta seja afirmativa: o que está de facto em causa é a convivência entre duas formas de encarar o jogo: a da rua e a do estádio, a do prazer e a do rigor, a da alegria e a da seriedade, a individual e a coletiva.

Mais acertada creio ser a identificação dos requisitos para se ser jogador de futebol, feita num curioso artigo em que aconselha um determinado atleta a trocar esse desporto pelo atletismo: “Albasini é um tímido. E um tímido não pode triunfar numa modalidade de acção, uma modalidade que exige voluntariedade, decisão, malícia, reflexos e coragem física.” (CRAVEIRINHA, 1964c).

Para terminar o tema do futebol, importa fazer ainda uma breve referência à “Carta aberta para Fernando Peyroteo” (CRAVEIRINHA, 1964a). Nascido em Angola, Peyroteo tinha jogado doze temporadas no Sporting de Lisboa, impondo-se como goleador numa equipa que ficaria conhecida como a dos cinco violinos. Retirado em 1949, viria a sofrer uma grave lesão no tendão de Aquiles esquerdo num jogo amigável de veteranos, disputado em Barcelona em 1956. A intervenção cirúrgica subsequente não foi bem sucedida e, anos depois, o antigo atleta sofreu a amputação da perna. A carta aberta de Craveirinha refere-se a este último acontecimento, criticando com desassombro a atitude comiserativa da sociedade: “Julgam essas pobres pessoas e essas instituições que compensam com dinheiro o golpe de azar que te atingiu. Como se estivesse a vender o teu desgosto e à tua perna fosse atribuível uma importância monetária.” (CRAVEIRINHA, 1964a). Para o autor de “Quero ser tambor”, Peyroteo estava muito acima da perna que lhe fora amputada: “Para eles, coitados, o Fernando Peyroteo tinha a alma numa perna. É que o conceito de

valor de homem, para esses, resume-se nos pés, instrumentos essenciais da mística onde se realiza o ideal futebolístico.” (CRAVEIRINHA, 1964a).

Mas, como disse, os textos sobre desporto que Craveirinha foi publicando na imprensa nas décadas de 50 e 60 do século passado não se resumiram ao futebol. Num artigo de 1964 sobre o tiro aos pombos (CRAVEIRINHA, 1964d e 1999: 41-44), por exemplo, tem o autor oportunidade de apresentar o seu conceito de desporto, ao mesmo tempo que se opõe a uma prática que considera cruel:

Sendo o desporto uma das disciplinas da formação integral do indivíduo e por isso mesmo parte importante dos programas escolares em todos os escalões do ensino desde o primário ao universitário, não vemos como poderá a perícia de mais e melhor matar caber na actividade pedagógica como um dos seus ramos essenciais. (CRAVEIRINHA, 1964d)

Note-se que, em Portugal, a ilegalidade do tiro aos pombos só ficou esclarescida com uma alteração legislativa recente, aprovada pela Assembleia da República em 26 de novembro de 2021.

O autor de *Maria* escreveu também sobre “A sujeição do atletismo pelo futebol”, propondo que se metesse

ombros à tarefa de construção de um Estádio próprio, com pistas de comprimento à corda mais favoráveis à obtenção de melhores tempos, melhor piso e onde fosse possível a prática dos desportos atléticos em estação propícia e sem o despotismo do futebol a impedir a liberdade de um programa mais variado (...) e o aproveitamento integral da juventude que mais inclinada se mostrasse para a modalidade em causa. (CRAVEIRINHA, 1954a)

O hóquei em patins – modalidade bastante popular em Moçambique, a ponto de os atletas oriundos do território terem chegado a constituir a base da seleção portuguesa – comparece igualmente em escritos de Craveirinha, às vezes parecendo funcionar como metáfora política. Veja-se o artigo “A propósito dos mitos de superioridade e inferioridade no desporto” em que o autor, perante a visita da equipa de Barcelona e da ideia generalizada de que os moçambicanos não teriam qualquer hipótese de vitória, escreve convicto: “Lá estaremos a gritar por vós, hoquistas moçambicanos, a dar-vos com os nossos

gritos pedaços inteiros da nossa inesgotável Esperança.” (CRAVEIRINHA, 1957a).

Entre vários outros temas possíveis, terminarei esta tentativa de síntese com a referência a duas questões: a relação entre desporto e religião e o pugilismo profissional.

O primeiro ponto é suscitado pela existência na então Lourenço Marques de

um grupo desportivo – ou pelo menos intitula-se como tal – que na sua massa associativa não admite elementos de outra religião que não seja a que perfilham os seus fundadores e dirigentes. Mais não se aceita no dito grupo desportivo qualquer praticante que queira inscrever-se como atleta desde que não satisfaça o mesmo requisito: ser maometano. (CRAVEIRINHA, 1955e)

O tema seria retomado dois anos mais tarde (com a menção explícita de que se tratava de uma segunda investida), agora a propósito da expressão usada por outro jornalista:

Já uma vez nos insurgimos contra a nomenclatura de carácter religioso para clubes de futebol. Falámos então de um clube que além de ter uma designação de seita religiosa não aceitava entre os seus sócios e atletas indivíduos que não pertencessem ao credo da sua colectividade. Quase fomos agredidos em plena rua depois de umas ameaças que nos dirigiram.

Voltamos ao mesmo assunto depois de lermos num conceituado diário local o seguinte: ... “Carlos tirou as esperanças dos maometanos...”. (CRAVEIRINHA, 1957c)

Quanto ao pugilismo, o ponto principal tem que ver com a defesa dos atletas negros, prejudicados pela irregular atribuição do estatuto de profissionais e pela exploração de empresários sem escrúpulos. Num texto de 1954, o autor começa por lamentar a falta de uma entidade oficial que enquadre e dirija a modalidade e “de um ginásio apetrechado para a prática do jogo de punhos” (CRAVEIRINHA, 1954g: 3), chamando a atenção para as consequências:

Por isso, não raro assistimos a verdadeiras palhaçadas em pleno ringue, fruto da ignorância aliada a má orientação. A este respeito não podemos omitir o quanto atrasado se encontra ainda o nosso público no julgamento da melhor ou pior classe deste ou daquele pugilista. (CRAVEIRINHA, 1954g: 3)

A questão do falso profissionalismo é discutida noutra peça, escrita três anos depois. O ponto de partida foi uma sessão de pugilismo no Estádio do Mallhangalene, entre sul-africanos e laurentinos e o facto de no combate principal um dos atletas locais fazer a sua estreia como profissional. Protestando contra a não existência de uma entidade em Moçambique que pudesse atribuir esse estatuto, impondo os consequentes direitos e deveres, escreve Craveirinha:

É por esse motivo que o pugilismo se tornou numa espécie de comércio livre nesta cidade, com meia dúzia de rapazes prontos a dar e a levar alguns murros, por alguns escudos e o nome nos jornais, às vezes com uma foto de punhos em riste, a pose muito bem arranjadinha no fotógrafo. (CRAVEIRINHA, 1957b)

Que podemos concluir deste percurso, meramente exploratório? Antes de mais, que Craveirinha demonstrou, enquanto pôde escrever nos jornais, um interesse persistente e consequente pelo desporto, particularmente pelo futebol. Os textos que nos deixou são importantes para percebermos o seu pensamento e a sua forma de estar na sociedade colonial da época, dando-nos uma imagem que, em geral, coincide com a que ressalta da sua obra poética. De um lado, temos o puro prazer do jogo, o mesmo que se evidencia na estrofe final do poema “Reflexões no dia dos meus anos (28 de Maio de 1968)”, de *Cela 1*:

Faço anos  
e o bolor da saudade arroxia-me as olheiras  
e dá-me um ar de homem circunspecto  
que lê Camus.  
Mas ao mesmo tempo que admiro as viagens espaciais  
os antibióticos  
e por exemplo a televisão  
ainda me embriaga a retina  
um quadro de Portinari  
o andar cadenciado duma mulher  
um bom jogo de futebol  
e um autêntico céu azul a milhafres de nada. (CRAVERINHA, 1968: 70)

Mas, do outro, temos o indivíduo que está atento às suas contradições e que, como o heterónimo de Pessoa, “Não [sendo] parvo nem romancista russo, aplicado”, também não pode ficar indiferente ao *neorrealismo do pé esquerdo*,

adotando na prosa de jornal a mesma atitude do poeta que escreve “Viva o futebol”:

E a verdade  
neste soalho do mundo desnaturado  
são as crianças na fria madrugada  
descalças a vender jornais.

E a minha hipocrisia  
de mulato civilizado com gravatas de cento e  
oitenta escudos  
chama a criança na esquina da rua  
e suga-lhe o sangue a dois escudos do jornal.

E meus olhos indiferentes  
lêem as notícias frescas da guerra no Vietname  
e ávidos devoram os relatos de futebol  
juntamente com vivas ao campeão. (CRAVEIRINHA, 2018: 154)

Usando o desporto como lente para ver e falar de um mundo desigual – marcado pela barreira que separa os que jogam ténis dos que, descalços, “deslizam antiderrapantes solas inesgotáveis/ no crónico «footing» dos típicos sapatos de nascença” (CRAVEIRINHA, 2018: 84) –, o poeta-atleta deixou-nos um importante conjunto de elementos de grande utilidade para a sua história no Moçambique colonial e para a análise antropológica de uma das suas modalidades, o futebol. Também nisso está Craveirinha na boa companhia do grande ficcionista do outro lado do continente, José Luandino Vieira, igualmente antigo praticante de futebol, que formulou observações idênticas sobre o desporto-rei angolano no conto “Zé (Fintacai) Augusto” (TOPA, 2014: 57-67). Mas essa aproximação terá de ficar para outra oportunidade.

## **Bibliografia**

BARRADAS, Acácio (2003). *José Craveirinha, o poeta jornalista*. “JJ – Jornalismo e Jornalistas. 14 (abr.-jun.).

- COELHO, João Nuno e PINHEIRO, Francisco, coord. (2013). *Memórias de Peyroteo: a autobiografia do maior goleador do futebol português*. Porto: Afrontamento.
- CRAVEIRINHA, José (1954a). *A sujeição do atletismo pelo futebol*. “O Brado Africano”. 30 abr., p. 2.
- CRAVEIRINHA, José (1954b). *Cartas de desobrigação*. “O Brado Africano”. 24 fev., p. 3.
- CRAVEIRINHA, José (1954c). *Lourenço Marques e a campanha contra as transferências dos seus jogadores de futebol*. “O Brado Africano”. 24 jul., p. 2.
- CRAVEIRINHA, José (1954d). *O 1.º de Maio, o Indo-Português, o Malhangalene e o Alto-Maé caíram cegamente na armadilha*. “O Brado Africano.” 6 nov., p. 2.
- CRAVEIRINHA, José (1954e). *O G. D. «1.º de Maio» e o futebolista Rafael Vicente Lucas*. “O Brado Africano”. 17 jul., p. 3.
- CRAVEIRINHA, José (1954f). *O negro no desporto de L.M.* “O Brado Africano”. 23 jan., p. 2.
- CRAVEIRINHA, José (1954g). *O pugilismo em Lourenço Marques*. “O Brado Africano”. 13 fev., pp. 3 e 6.
- CRAVEIRINHA, José (1955a). *À volta de uma legislação ministerial que equipare os clubes locais com os da Metrópole*. “O Brado Africano”. 15 jan., p. 2.
- CRAVEIRINHA, José (1955b). *Do poder de elevação do avançado centro*. “O Brado Africano”. 8 de jan., p. 8
- CRAVEIRINHA, José (1955c). *O negro, o desporto e o Feiticismo*. “O Brado Africano”. 22 jan., p. 8.
- CRAVEIRINHA, José (1955d). *Porque Matateu é, na opinião do Sr. Rosado, um animal de raça*. “O Brado Africano”. 29 jan., p. 8.
- CRAVEIRINHA, José (1955e). *Religião e Desporto ou o Desporto ao serviço da Religião?* “O Brado Africano”. 5 fev., p. 8.
- CRAVEIRINHA, José (1957a). *A propósito dos mitos de superioridade e inferioridade no desporto*. “O Brado Africano”. 11 mai., p. 6.
- CRAVEIRINHA, José (1957b). *Pugilismo profissional por sua alta recreação*. “O Brado Africano”. 11 ago., p. 8.
- CRAVEIRINHA, José (1957c). *Religião e Desporto*. “O Brado Africano”. 4 mai., p. 6.
- CRAVEIRINHA, José (1964a). *Carta aberta para Fernando Peiroteo*. “A Voz de Moçambique”. 6 set., p. 11.
- CRAVEIRINHA, José (1964b). *Desportistas profissionais em clubes amadores?* “A Voz de Moçambique”. 8 ago., p. 12.
- CRAVEIRINHA, José (1964c). *João Albasini e o futebol*. “A Voz de Moçambique”. 30 ago., p. 12.

- CRAVEIRINHA, José (1964d). *Negação do ideal desportivo: “campeões de Moçambique de tiro aos pombos”*. “A Voz de Moçambique”. 1 ago., p. 12.
- CRAVEIRINHA, José (1980). *Cela 1*. Lisboa: Edições 70.
- CRAVEIRINHA, José (1992). *Babalaze das hienas*. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos.
- CRAVEIRINHA, José (1999). *Contacto e outras crónicas*. Maputo: Centro Cultural Português.
- CRAVEIRINHA, José (2018). *Moçambique e outros poemas dispersos*. Org. de José Craveirinha Filho. Maputo: Alcance.
- CRESPO, Jorge *et al.* (2011). *Uma história do desporto em Portugal – Vol. I: corpos, espaços e média*. Vila do Conde: Quid Novi.
- DOMINGOS, Nuno (2012). *Futebol e colonialismo: corpo e cultura popular em Moçambique*. Prefácio de Harry G. West. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Imprensa de Ciências Sociais.
- DOMINGOS, Nuno (2016). *Da poesia e do futebol: José Craveirinha e a situação colonial em Moçambique*. “Textos e Pretextos”. 20: Literatura e futebol (Primavera/Verão), pp. 38-49.
- NEVES, José e DOMINGOS, Nuno, *coord.* (2011). *Uma história do desporto em Portugal. Vol. II: nação, império e globalização*. Vila do Conde: Quid Novi.
- TOPA, Francisco (2014). *Luandino por (re)conhecer: uma entrevista, estórias dispersas, bibliografia*. Introdução, recolha e edição por Francisco Topa. Porto: Sombra pela cintura.



## Honwana e Harper Lee:

### matar e não matar, do *mockingbird* ao cão tihoso e à cobra

Todos sabemos que a crítica está sujeita, como tudo, à influência do meio, seja no que respeita aos modelos e métodos de leitura, seja no que concerne à aplicação deles, sempre com um condicionamento ideológico que pode ser mais ou menos acentuado e que, por vezes, só se torna visível tempos depois. Do meu ponto de vista, é isso que aconteceu / tem acontecido com a obra do moçambicano Luís Bernardo Honwana *Nós Matámos o Cão Tinhoso!*, publicada em 1964.

Convertido em pouco tempo num verdadeiro clássico e apontado como um dos fundadores da moderna ficção moçambicana, o livro não teve, porém, grande receção crítica na época, por razões fáceis de compreender: por um lado, o efeito de denúncia da coletânea de contos e o contexto colonial da época; por outro, a situação do próprio autor, preso nesse mesmo ano de 1964, sob a acusação de ter trazido da Suzailândia material de propaganda subversiva. Mesmo assim, o volume recebeu, logo em abril desse ano, a apreciação favorável de Urbano Tavares Rodrigues (RODRIGUES, 1964) nas páginas de *República*:

(...) este livro arrasador, desigual, jovem, comovente, que é todo ele a transfusão literária de uma funda humilhação e que nasce, página a página, do sofrimento enfim extravasado de quem acumulou, ano a ano, dia a dia, vergonhas e impotências, e não vem clamar retoricamente contra as mãos que o feriram, senão que nos mostra as suas menos negras do que o resto do corpo, mas tão tristes!

Também a *Présence Africaine*, no seu n.º LV, relativo ao terceiro trimestre de 1965, incluiu uma elogiosa crítica de Virgílio de Lemos, poeta e jornalista

moçambicano que se exilara em Paris dois anos antes, depois de ter estado preso sob a acusação de subversão:

(...) l'auteur révèle dans sa façon de juger les hommes, les animaux et les choses un type d'observation et d'analyse subtile et profonde, identique à celui des conteurs d'histoires bantous, sans pour autant lui ressembler. (LEMOS, 1965: 212)

Posteriormente, nos últimos trinta anos, o livro – e em particular o seu primeiro conto – passou a merecer grande atenção dos estudiosos das literaturas africanas, avultando as leituras políticas, muitas vezes desencontradas. Inocência Mata, por exemplo, escreveu em 1992:

E porque pretendemos uma leitura política, é possível elaborarmos um sistema de equivalências no qual o Cão-Tinhoso representaria o sistema colonial decadente, em vias de ser destruído, e o prelúdio de uma nova sociedade purificada, sem discriminação de qualquer tipo. Ainda a este nível de alegorização, parecemos significativo o facto de o Cão-Tinhoso ter sido abatido numa apoteose de tiros – de igual modo Moçambique haveria de se purificar pelo fogo das armas. (MATA, 1992: 93)

O desencontro das leituras foi recentemente sublinhado por Ana Mafalda Leite, num ensaio incluído num volume comemorativo do cinquentenário da obra:

(...) o estado terminal do cão tnhoso, com os seus enormes olhos azuis cheios de lágrimas, tem sido equiparado em várias leituras críticas, alternativamente à figura de um colonialismo estrebuchante, como também à figura, impotente, do colonizado. (LEITE, 2016: 44)

Não pondo de lado estes e vários outros contributos críticos, creio que, meio século depois da edição inicial, há uma série de observações que é possível fazer e que mostram, senão os erros ou falhas daquelas leituras, pelo menos a sua incompletude ou o défice de argumentação.

A primeira delas é tanto mais estranha quanto o livro foi traduzido para inglês em 1969 (HONWANA, 1969) e, logo a partir de 1964, vinha tendo uma fecunda circulação em revistas e antologias, como se pode ver pela seguinte listagem, ainda provisória:

– Papa, the Snake and I. In *Modern African Prose*. An anthology compiled and edited by Richard Rive. London and Ibadan: Heinemann Educational Books, 1964, pp. 101-116;

– The Hands of the Blacks. *Black Orpheus*. 17 (June 1965), pp. 11-12. Lagos;

– Dina. In *African Writing Today*. Edited by Ezekiel Mphahlele. Harmondsworth: Penguin Books, 1967, pp. 317-334;

– The Hands of the Blacks. *Sunday Times*. 26/03/1967. London;

– We Killed Mangy-Dog. In *Two Stories: 'Argo, or the voyage of a balloon' by Andreas Embiricos; 'We Killed the Mangy-Dog' by Luis Bernardo Honwana*. London: London Magazine, 1967, pp. 53-104;

– The Hands of the Blacks. *Political Spider: An anthology of stories from 'Black Orpheus'*. Edited by Ulli Beier. London: Heinemann Educational Books, 1969, pp. 81-83.

A essa luz, custa a entender que ninguém tenha detetado algo que me parece bastante evidente: a proximidade, sobretudo no primeiro conto, mas também no conjunto da obra, com o romance de Harper Lee, *To Kill a Mockingbird*. Publicado em 1960, este livro viria a obter um sucesso imediato, valendo à autora o Prémio Pulitzer e convertendo-se rapidamente num clássico da literatura norte-americana. A ação decorre no sul dos Estados Unidos, no Alabama, no período da Grande Depressão dos anos 30, sendo narrada pela jovem protagonista, Scout, nome familiar de Jean Louise. Com a inocência e a ingenuidade de uma criança que no início da narrativa tem seis anos, o volume dá-nos um retrato do ambiente simples e rural da cidade imaginária de Mayombe, ao mesmo tempo que revela o racismo e o sexismo da conservadora sociedade local.

É improvável que Honwana tenha lido o romance de Lee antes da publicação do seu livro, embora a obra circulasse, em inglês, pelo menos na vizinha África do Sul. Note-se aliás que a primeira tradução portuguesa é precisamente desse ano de 1964: assinada por Raul Correia, saiu dos prelos da Europa-América, sob o título de *Não Matem a Cotovia*. Há também uma edição brasileira estampada na mesma década, mas sem data: feita por Fernando de Castro Ferro, foi publicada no Rio de Janeiro, pela Civilização Brasileira, com o título de *O Sol É para Todos*.

De qualquer modo, mesmo que não tenha lido o romance, é bem provável que Luís Bernardo tenha visto o filme, que é de 1962 e que, pela consulta que fiz a jornais moçambicanos da época, foi exibido no ano seguinte na então Lourenço Marques<sup>1</sup>. Note-se de resto que, pelo menos nessa época, Honwana estava atento ao cinema, como se pode inferir da reportagem que publicou em 1963 no jornal *Voz Africana*, sobre as tardes de domingo do Cinema Império, em Lourenço Marques, dominadas pelos filmes de *cowboys* e onde “(...) a aquisição de um bilhete não garante a posse de um lugar. É preciso chegar-se cedo, porque há sempre mais gente do que a que comporta a lotação estabelecida. Também não se respeita a classificação segundo idades: todos são igualmente crianças. Ou igualmente adultos. Depende do filme.” (HONWANA, 1963: 8).

Realizada por Robert Mulligan, a película contava com Gregory Peck no papel de Atticus Finch e com Mary Badham no da pequena Scout. Apreciado pelo público e pela crítica, o filme seria indicado para oito Óscares, vindo a receber o de Melhor Ator Principal (Gregory Peck), o de Melhor Roteiro Adaptado e o de Melhor Direção de Arte em Preto e Branco. São vários os pontos de contacto entre as duas obras e limitar-me-ei a apontá-los, dada a impossibilidade de fazer um verdadeiro estudo comparatista e interartes por não ser esse o meu campo de trabalho.

Em primeiro lugar, temos a questão do narrador: em ambas as obras ele é autodiegético e assume a perspectiva de uma criança ou de um adolescente, o que permite a obtenção de um forte efeito crítico (e em alguns momentos satírico) no quadro que vai sendo esboçado das sociedades em causa, a do sul profundo dos Estados Unidos e a do Moçambique colonial. Por outro lado, o narrador sofre nos dois casos uma transformação característica do chamado *Bildungsroman*, passando da inocência e da ingenuidade para um primeiro patamar da maturidade, o que lhe permite começar a ver o mundo, detetar as suas contradições e injustiças e situar-se perante elas. No filme baseado no romance de Lee, a protagonista tem no pai, o advogado viúvo Atticus Finch, um herói de integridade, de coragem e de ternura que lhe ensina uma lição decisiva: que a derrota pode ser afinal uma vitória. Assistindo ao julgamento de Tom Robinson, um negro falsamente acusado da violação de uma jovem branca, Scout

---

<sup>1</sup> *A Tribuna*, de Lourenço Marques, dá conta da estreia de *Como Matar um Rouxinol* na sua edição de 18 de abril de 1963, p. 9.

percebe que a condição racial se sobrepõe à verdade e à justiça brilhantemente representadas pelo seu pai, o que a leva a amadurecer e lhe permite encontrar o seu lugar numa sociedade que pratica a segregação ao mesmo tempo que condena a perseguição nazi contra os judeus. Como veremos mais à frente, o amadurecimento do narrador nos contos de Honwana é representado de outro modo, sendo a intervenção da figura do pai também muito diferente.

Um segundo ponto de contacto entre o filme de Robert Mulligan e o livro do autor moçambicano diz respeito à morte de um cão, no primeiro caso um “mad dog”, no segundo um “cão tihoso”. Na verdade, a diferença entre os animais não é grande. O do conto de Honwana, “andava todo a tremer, mesmo sem haver frio, fazendo balanço com a cabeça, como os bois e dando uns passos tão malucos que parecia uma carcaça velha.” (HONWANA, 1972: 9), ao passo que o outro, na versão do romance de Lee, “walked erratically, as if his right legs were shorter than his left legs. He reminded me of a car stuck in a sand-bed.” (LEE, s/d: 103). Na obra moçambicana, a descrição do canídeo é mais pormenorizada, permitindo perceber o estado avançado da doença que o dominava:

O Cão-Tihoso tinha a pele velha, cheia de pelos brancos, cicatrizes e muitas feridas. Ninguém gostava dele porque era um cão feio. Tinha sempre muitas moscas a comer-lhe as crostas das feridas e quando andava, as moscas iam com ele, a voar em volta e a pousar nas crostas das feridas (HONWANA, 1972: 11);

ou ainda:

O Cão-Tihoso tinha uns olhos azuis que não tinham brilho nenhum, mas eram enormes e estavam sempre cheios de lágrimas, que lhe escorriam pelo focinho. Metiam medo aqueles olhos, assim tão grandes, a olhar como uma pessoa a pedir qualquer coisa sem querer dizer (HONWANA, 1972: 9).

No outro caso, a descrição é feita de longe e, portanto, menos pormenorizada: “We could see him shiver like a horse shedding flies; his jaw opened and shut; he was a-list, but was being pulled gradually toward us.” (LEE, s/d: 105). Em ambos os casos creio que estamos perante a mesma doença, provavelmente a cinomose<sup>2</sup>, popularmente designada como esgana. É possível que

---

<sup>2</sup> Também conhecida pela sigla inglesa CDV (Canine Distemper Virus).

o cão do conto de Honwana padeça também de outras afeções, a começar pela dermatofitose (ou tinha) ou pela leishmaniose, qualquer delas podendo justificar melhor as lesões cutâneas e a designação de “Cão-Tinhoso”, que é um dos nomes populares do diabo e que era usado na África colonial contra os negros.

A grande diferença entre as duas obras no que respeita ao cão tem que ver com a forma como cada um é morto, questão que nos leva ao segundo ponto que eu queria abordar. No filme baseado no romance de Harper Lee, o cão, que tem nome (Tim Johnson) e era “the pet of Maycomb” (LEE, s/d: 102), é morto por Atticus, na presença do *sheriff*, pelo facto de constituir uma ameaça para as crianças e para a vizinhança. A morte do animal resulta de um único tiro e provoca em Scout e no seu irmão Jem a admiração pelo pai, que até aí comparavam depreciativamente com os pais dos seus colegas, julgando-o velho nos seus cinquenta anos e sem nenhum talento particular. Acontece que Atticus tinha sido um exímio atirador na sua juventude, abandonando depois o hábito e escondendo a habilidade dos filhos, a quem advertira de que “«it’s a sin to kill a mockingbird»” (LEE, s/d: 99). Bem diferente é o que acontece no conto de Honwana: o animal não é morto pelo facto de constituir uma ameaça para a saúde pública, mas apenas para aliviar a raiva momentânea do Senhor Administrador provocada pela derrota no jogo da sueca. Por outro lado, a morte não é imediata nem assumida: chega no final de uma longa cadeia de *empurra*, em que a responsabilidade passa sucessivamente do Doutor da Veterinária para o Senhor Duarte da Veterinária, deste para Quim e, por fim, para o narrador, a quem caberá a tarefa de dar o primeiro tiro. Por outro lado, e contrariamente às leituras habituais, creio que esta experiência deve ser encarada como uma aprendizagem da arte de matar, o que se percebe melhor se o primeiro conto for lido em paralelo com “Papá, cobra e eu”. É que neste último também está em causa a morte de um animal, uma cobra, que matara galinhas, comera ovos e constituía uma ameaça para as crianças. Também aqui há uma cadeia de *empurra*: a mãe do narrador queixa-se ao pai, que promete arranjar alguém para fazer o serviço, que acabará sendo executado pelo narrador infantil, com a ajuda de um criado. Olhando para trás, para o primeiro conto, e para o lado, o filme baseado no livro de Harper Lee, talvez se justifique a proposta de uma nova leitura: o narrador aprendeu a matar, isto é, aprendeu a *not to kill*, não um *mockingbird* mas um cão. Aprendeu por experiência própria, por ensaio e erro, o que a sabedoria popular tão bem condensou em provérbios como

“A cão fraco acodem as moscas” ou “A cão mordido todos o mordem”. O filho está agora em condições de receber do pai a lição que parece sintetizar uma espécie de moral do livro todo:

(...) o nosso filho acha que ninguém monta em cavalos doidos, e que nos famintos e mansos é onde lhes dá mais jeito, percebeste? Quando um cavalo en-doidece dá-se-lhe um tiro e tudo acaba, mas aos cavalos mansos mata-se todos os dias. Todos os dias, ouviste? Todos, todos, todos enquanto eles se aguentarem de pé!... (HONWANA, 1972: 112)

Cumpre-se assim a transmissão de testemunho entre gerações, anunciando-se a passagem da resignação silenciosa para a ação e para o combate às injustiças de uma sociedade colonial dominada pelo racismo. Agora sim: o Cão-Tinhoso converte-se no cão sem plumas de João Cabral de Melo Neto:

Como o rio  
aqueles homens  
são como cães sem plumas  
(um cão sem plumas  
é mais  
que um cão saqueado;  
é mais  
que um cão assassinado.

Um cão sem plumas  
é quando uma árvore sem voz.  
É quando de um pássaro  
suas raízes no ar.  
É quando a alguma coisa  
roem tão fundo  
até o que não tem). (Melo Neto, 1999: p. 108)

#### Bibliografia

- HONWANA, Luís Bernardo (1963). *'Kansas City' – Reportagem de Luís Honwana*. “Voz Africana”. Beira. 02 mar., pp. 8-9.
- HONWANA, Luís Bernardo (1969). *We Killed Mangy-dog & Other Stories*. Translated by Dorothy Guedes. London: Heinemann Educational Books. (African Writers Series; 60).

- HONWANA, Luís Bernardo (1972). *Nós Matámos o Cã-Tinhoso!* 2.<sup>a</sup> edição revista. Porto: Afrontamento.
- LEE, Harper (s/d). *To Kill a Mockingbird*. London: Arrow Books.
- LEITE, Ana Mafalda (2016). *Alegorias do universo colonial em “Nós Matámos o Cã-Tinhoso” de Luís Bernardo Honwana*. In TAVARES, Ana Paula et al. *50 anos: Luís Bernardo Honwana: “Nós Matámos o Cã-Tinhoso”*: Jornada comemorativa. Lisboa: Theya.
- LEMOS, Virgílio de (1965). *Recensão a “Nós Matámos o Cã-Tinhoso!”*. “Présence Africaine”. LV (3.<sup>o</sup> trimestre), pp. 211-213.
- MATA, Inocência (1992). *O espaço social e o intertexto do imaginário em “Nós Matámos o Cã-Tinhoso”*. In *Pelos Trilhos da Literatura Africana em Língua Portuguesa*. Pontevedra: Cadernos do Povo; Braga: Ensaio.
- MELO NETO, João Cabral (1998). *O cão sem plumas*. In *Obra Completa*. Edição organizada por Marly de Oliveira com assistência do autor. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar.
- RODRIGUES, Urbano Tavares (1964). *Nótula sobre um jovem contista – Luís Bernardo e a dádiva da humilhação*. “República”. 10 abr., suplemento “República das Letras e das Artes”, p. 1.

## “As mãos dos pretos”: racismo e mitos de origem

Sou morena, mas formosa,  
mulheres de Jerusalém,  
como as tendas de Quedar,  
como os tecidos de Salomão.

Ct 1:5

A música dos brancos é negra  
A pele dos negros é negra  
Os dentes dos negros são brancos  
Os brancos são só brancos  
Os negros são retintos  
Adriana Calcanhotto, *Negros*

“As mãos dos pretos” é o penúltimo dos sete contos que integram o volume *Nós matámos o cão tinhoso!* que Luís Bernardo Honwana publicou em 1964, na então Lourenço Marques. Apesar da precariedade da edição e do ambiente repressivo que então se vivia em Moçambique – que aliás levaria o autor à prisão em setembro desse ano, escassos meses depois do lançamento da obra –, foi grande o sucesso do livro, tanto no imediato como a médio prazo.<sup>1</sup> Para isso contribuiu também a sua tradução para inglês, feita por Dorothy Guedes e saída em livro em 1969, numa edição londrina da Heinemann Educational Books. Antes disso, porém, já o conto que estará no centro das atenções deste estudo fora publicado em dois prestigiados periódicos: a revista nigeriana *Black Orpheus*<sup>2</sup> e o jornal britânico *The Sunday Times*<sup>3</sup>. Nesta última publicação, o texto vinha acompanhado da seguinte nota lateral:

---

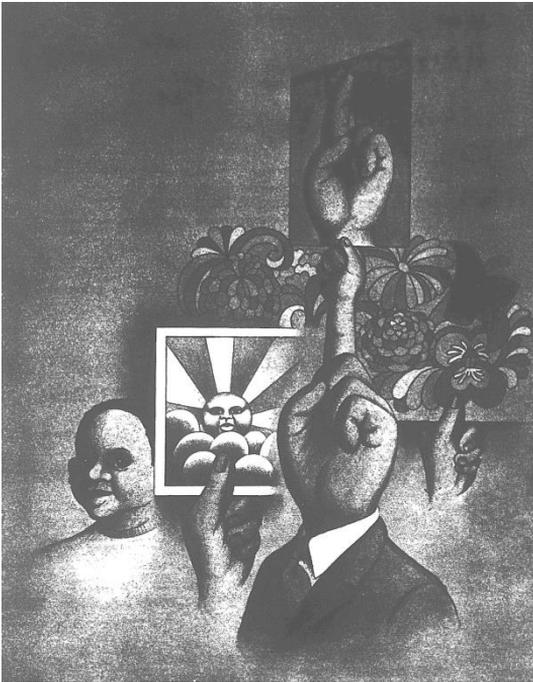
<sup>1</sup> De uma outra maneira, comprova-o também o facto de integrar a lista *Africa's 100 best books of the 20th Century*. Disponível em: <<https://www.ascleiden.nl/content/webdossiers/africas-100-best-books-20th-century>>.

<sup>2</sup> 17 (Jun. 1965), pp. 11-12. Mais tarde, seria também selecionado para o volume *Political Spider: An anthology of stories from 'Black Orpheus'* (Edited by Ulli Beier. London: Heinemann Educational Books, 1969, pp. 81-83).

<sup>3</sup> *The Sunday Times Magazine*. 26<sup>th</sup> March 1967, pp. 18-19.

The author of this story is a political prisoner in Portuguese East Africa. Luis Bernardo Honwana was born 25 years ago in a Mozambique village. He worked as a cartographer and journalist in Lourenço Marques until he was imprisoned last year for 'political subversive activities'. He has published one book of lyrical short stories in Portuguese. Though he has served his sentence he is still in jail. This story was sent to Britain by the South African writer Nadine Gordimer

No mais de meio século que passou entretanto, o livro de Honwana mereceu muitos estudos, boa parte dos quais centrada no conto que dá título ao volume. Apesar disso, também a história “As mãos dos pretos” tem suscitado variados estudos e leituras.



Ilustração, não assinada, que acompanhava o conto no *The Sunday Times Magazine*

Nele, uma criança em idade escolar relata, em primeira pessoa, os resultados das entrevistas a que vai submetendo os seus conhecidos a propósito de um tema introduzido pelo professor, que dissera:

que as palmas das mãos dos pretos são mais claras que o resto do corpo porque ainda há poucos séculos os avós deles andavam com elas apoiadas no chão,

como os bichos do mato, sem as exporem ao sol, que lhes ia escurecendo o resto do corpo. (HONWANA, 1972: 117)

De uma forma geral, como aliás seria de esperar, os estudos publicados sublinham o racismo a que o protagonista é exposto e relacionam o caso com a situação colonial do Moçambique da época. Mais recentemente, vários investigadores brasileiros têm vindo a chamar a atenção para a proximidade entre uma das explicações míticas presentes no texto e ingredientes semelhantes que comparecem no conto popular de tradição brasileira. Idêntica proximidade foi detetada face a uma passagem de *Macunaíma*, de Mário de Andrade, embora nem sempre se sublinhe que não se trata de uma “invenção” do autor paulistano, mas antes da recriação de um motivo tradicional. Apesar destes e de outros trabalhos, há pelo menos duas questões ainda não exploradas e que vou agora abordar de forma breve.

A primeira tem que ver com o facto de o conto de Honwana ter uma versão anterior, publicada em jornal em março do ano precedente. Embora este dado não seja desconhecido, creio que não foi ainda estudado. E a verdade é que tem interesse, tanto mais que há três diferenças significativas entre as duas versões, sugerindo, portanto, um amadurecimento do texto na passagem do jornal para o livro. A primeira alteração diz respeito ao título, que passa de “As mãos e as palmas” para “As mãos dos pretos”. Note-se que, embora ambos façam sentido, a perspetiva é diferente: o primeiro destaca o ponto de partida do conto (isto é, a diferença de cor entre as mãos e as palmas dos negros), ao passo que o segundo corresponde a uma proposta de conclusão: a conclusão da mãe do narrador, que ensina ao filho que tal diferença foi criada por Deus para mostrar “Que o que os homens fazem é feito por mãos iguais, mãos de pessoas que se tiverem juízo sabem que antes de serem qualquer outra coisa são homens. Ele fez com que as mãos dos pretos fossem iguais às mãos dos homens que dão graças a Deus por não serem pretos.” (HONWANA, 1972: 120).

Além desta, há uma diferença de extensão entre os dois textos: o segundo é mais longo, introduzindo na demanda do narrador-protagonista mais duas etapas e mais duas personagens (Sr. Antunes e Sr. Frias). Ora esta transformação é bastante importante, na medida em que são justamente essas duas figuras as que fornecem explicações mais próximas dos mitos de origem, acolhendo motivos presentes no folclore luso-africano. As cenas que protagonizam

servem assim para sublinhar a profundidade do racismo da sociedade da época, não alterando, contudo, a ideia central do conto.

Por último, temos uma série de pequenas modificações com incidência sobretudo estilística e a substituição da expressão “homem normal” em duas ocorrências próximas do final do texto, a última das quais acompanha uma expansão do trecho original:

palmas das mãos dum homem normal > as palmas das mãos dos outros homens

mostrar a todos o que os homens fazem também pode um preto fazê-lo porque todos têm as palmas das mãos iguais e por isso ela [sic] é também um homem normal como os homens que dão graças a Deus por não serem pretos. > mostrar que o que os homens fazem, é apenas obra de homens... Que o que os homens fazem é feito por mãos iguais, mãos de pessoas que se tiverem juízo sabem que antes de serem qualquer outra coisa são homens. Deve ter sido a pensar assim que Ele fez com que as mãos dos pretos fossem iguais às mãos dos homens que dão graças a Deus por não serem pretos. ¶ Depois de dizer isso tudo, a minha mãe beijou-me as mãos. ¶ Quando fui para o quintal, para jogar à bola, ia a pensar que nunca tinha visto uma pessoa a chorar tanto sem que ninguém lhe tivesse batido.

Como interpretar esta mudança? A primeira versão corresponde a um lapso que o autor sentiu que devia ser corrigido? Se sim, o lapso pode ser interpretado pelo menos de duas maneiras: ou a expressão “um homem normal” não estaria de acordo com a personagem que a profere, que é a mãe do narrador; ou o seu propósito de denúncia terá sido considerado demasiado duro, justificando assim um recuo. Seja como for, a substituição da expressão e a modificação do contexto enfatizam a dimensão didática do conto – um didatismo maternal mas bastante assertivo, tanto mais que é marcado por dois extremos: o riso no início e o choro no fim, ambos incontroláveis.

A terceira diferença entre as duas publicações tem que ver com o facto de a versão do jornal conter uma ilustração daquele que viria a ser o pintor mais importante de Moçambique, Malangatana Valente Ngwenya (1936-2011).

Embora o desenho possa ser interpretado de vários modos, creio que é perceptível o jogo entre o preto e o branco, entre as mãos e as palmas, provavelmente também entre o masculino e o feminino, entre a esquerda e a direita, numa proposta de cruzamentos e de comunhão, que sugere a falta de sentido da questão que está na base do conto.



Ilustração de Malangatana

A segunda das questões não colocadas acerca deste conto é justamente a do absurdo (pelo menos do ponto de vista científico) do problema levantado no início. Como se sabe há muito – e aliás pode ser confirmado com uma rápida observação empírica –, a pele das palmas e das solas é diferente do resto do corpo em todos os seres humanos, qualquer que seja a sua cor, ainda que tal pareça mais visível nas pessoas de pele mais escura. Segundo os especialistas, a pele destas zonas é mais grossa, apresentando uma camada extra, chamada *stratum lucidum*, que tem uma menor quantidade de melanócitos comparativamente ao resto do corpo, explicando assim a cor mais clara. É verosímil que tal explicação não estivesse ao alcance de todas as personagens do conto de Honwana, embora as duas primeiras (o professor e o padre) tivessem talvez obrigação de a conhecer. O que é estranho, porém, é que todas elas forneçam respostas claramente disparatadas, atualizando de modo consciente ou inconsciente formas de pensamento (ou, no mínimo, de linguagem) mítica, ainda hoje razoavelmente presente em diversas formas do folclore e da tradição oral. No caso de Portugal – e não esqueçamos que seria esta a origem das

figuras do texto interrogadas pelo narrador –, pode servir de exemplo a narrativa n.º 139 do volume II dos *Contos populares e lendas* de José Leite de Vasconcelos (1969: 606-7).

Intitulado “A criação do preto”, conta que Satanás, vendo que Adão tinha sido criado por Deus a partir de um pedaço de barro, quis fazer o mesmo, obtendo, porém, como resultado um negro, o que o deixou espantado e enraivecido. Estando perto do Jordão, decide banhar lá o seu homem “para lhe tirar a negrura” (VASCONCELOS, 1969: 606). As palmas e as solas mais claras explicam-se pela reação do rio: “Mas as águas do Jordão afastaram-se imediatamente, enojadas com aquela negrura, e o homem de Satã, o primeiro negro, apenas mergulhou os pés e as mãos no lodo.” (*ibid.*) A atitude subsequente do Diabo explicaria outros traços físicos atribuídos às pessoas de cor: furioso, Satanás deu um murro no negro, achatando-lhe o nariz e fazendo-lhe inchar os lábios; depois, arrependido, acariciou-o, passando-lhe a mão na cabeça, crescando-lhe assim o cabelo, que ficaria para sempre crespo.

A avaliar pelas coletâneas publicadas, este tipo de conto não é frequente na tradição portuguesa. Mesmo assim, há outros exemplos em que a cor escura é apresentada como um estigma e como um defeito que limita a vida das pessoas. Veja-se o caso de “A preta esfolada”, recolhido por Ataíde de Oliveira no Algarve em publicação vinda a lume em 1900 (OLIVEIRA, 1989: II, 60-62). Nele se conta a história de duas negras, uma das quais é transformada em branca pelas fadas e casa depois com o príncipe. Invejada pela irmã, aconselha-a a mandar-se esfolar a um barbeiro e a meter-se depois num forno de cal para branquear, conselho que ela segue com as consequências que facilmente se imaginam. De resto, e por estranho que hoje possa parecer, até em *Acta Sanctorum* (coleção publicada entre 1643 e 1925) são relatados casos de transformação milagrosa de negros em brancos, como foi notado por Charles Loomis (1948: 81).

Mais inesperado, pelo menos à primeira vista, é a presença de idênticos motivos míticos na literatura oral africana de diversas regiões. Uma primeira orientação pode ser encontrada no conhecido índice de motivos Aarne-Thompson: no volume I, sob o número A1614 – Origin of white and colored races (Thompson, 1955: I, 243) – estão arroladas algumas das versões sobre o tema, que surge também nas várias ramificações do motivo. Uma deles intitula-se “Why some men are white and others black” e integra o volume *Notes on the*

*Folklore of the Fjort (French Congo)*, de Richard Dennett (1898: 101-2) e faz remontar a explicação ao “início”, quando quatro homens atravessavam uma floresta e se deparam com dois rios: um “was of water, clear as crystal and of great purity; the other was black and foul and horrible to the taste” (DENNETT, 1898: 101). Embora só o rio sujo parecesse levar diretamente ao seu caminho, o grupo hesita e divide-se em dois. Concluída a travessia, verifica-se que os dois homens que tinham escolhido atravessar o rio negro “were of a pure white colour” (DENNETT, 1898: 102) e que os restantes “had become black, except just those parts of them that had touched the black river, namely, their mouths, the soles of their feet, and the palms of their hands.” (DENNETT, 1898: 101). Separam-se então e os brancos “were agreeably surprised to come across a large house containing white wives for them to marry; while the black men also found huts, or shimbecs with black women whom they married.” (DENNETT, 1898: 102). Como é fácil de ver, o motivo do rio é idêntico ao que aparece na tradição portuguesa – e numa das respostas obtidas pelo narrador do conto de Luís Bernardo Honwana –, parecendo notar-se também uma espécie de punição sobre os negros. Na falta de uma explicação interpretativa, fica, porém, a dúvida: Por que são recompensados uns e castigados outros? Pela escolha do belo e agradável em detrimento do feio mas pragmático?

Uma década antes, do outro lado do Atlântico, Joel Chandler Harris tinha publicado *Uncle Remus: His Songs and His Sayings*, uma coleção de contos folclóricos afro-americanos e materiais afins compilados e adaptados pelo autor. O livro inclui a narrativa “Why the Negro is Black” (1881: 141-143), que começa com a criança branca a observar que as palmas das mãos do tio Remus são tão brancas quanto as dela. O tio Remus começa então a explicar ao menino, no dialeto negro criado pelo autor para representar a linguagem do verdadeiro Sul negro da época, que “Niggers is niggers now, but de time wuz w’en we ‘uz all niggers tergedder.”<sup>4</sup> (HARRIS, 1881: 141). Acrescenta que, mergulhando inteiramente o corpo numa poça de água encantada, muitos dos negros conseguiram tornar-se brancos. Mas

en dey wuz sech a crowd un um dat dey mighty nigh use de water up, w’ich w’en dem yuthers come long, de moreset dey could do wuz ter paddle about wid

---

<sup>4</sup> Para esta e as citações seguintes, proponho uma versão em inglês ‘normalizado’: “Niggers is niggers now, but the time was when we was all niggers together.”

der foots en dabble in it wid der han's. Dem wuz de niggers, en down ter dis day dey ain't no w'ite 'bout a nigger 'ceppin de pa'ms er der han's en de soles er der foot.<sup>5</sup> (HARRIS, 1881: 142)

Quanto aos chineses, “dem w'at git ter de pon' time nuff fer ter git der head in de water, de water hit onkink der ha'r. Hit bleedz ter be dat away.”<sup>6</sup> (HARRIS, 1881: 143) Apesar de algumas semelhanças com a versão anterior, aqui os homens são dados como originalmente negros e iguais, o que tem particular significado no contexto social claramente racista que o livro encena.

Vejamos ainda um terceiro exemplo, relativo aos fangues e recolhido pelo Padre Henri Trilles em 1905. Num tempo original, “il y avait des hommes comme maintenant, comme maintenant il y avait des hommes, et ils n'étaient pas tous de la même couleur: il y avait des Noirs, il y avait des Blancs, il y en avait qui n'étaient ni blancs ni noirs” (TRILLES, 1905: 141). A concórdia reinava entre todos: “des Blancs servaient les Noirs, des Noirs servaient les Blancs, les choses ne changent guère. Les un n'avaient pas plus d'esprit que les autres, tous étaient égaux, et ça n'en allait pas plus mal pour cela, au contraire!” (TRILLES, 1905: 142). Surge, contudo, uma grande disputa e os dois grupos vão ter com Nzame para resolvê-la, pedindo ao deus que lhes designe um chefe. Mas não havendo acordo quanto à sua escolha, Nzame declara que os dois povos têm de viver separados, cada um com o seu chefe. Mas ainda havia uma questão a decidir: “La terre est divisée en deux parties égales: dans l'une, vous trouverez une quantité de bonnes choses, fusils, colliers, bracelets, tout; dans l'autre, à peu près rien de tout cela.” (TRILLES, 1905: 143). Como ambos os grupos preferem a primeira terra, Nzame submete-os a três provas, declarando que a recompensa caberia ao grupo vencedor. Sucessivamente, os negros vão fazendo más escolhas, determinadas pela facilidade aparente e pela preguiça, e acabam por ser derrotados ao não serem capazes de atravessar um rio que dava acesso à “terre des richesses” (TRILLES, 1905: 151).

---

<sup>5</sup> “there was such a crowd of them that they mighty nigh use the water up, which when them others come along, the most they could do was to paddle about with their foots and dabble in it with their hands. Them was the niggers, and down to this day there ain't no white about a nigger excepting the palms of the hands and the soles of the foot.”

<sup>6</sup> “them that get to the pond time enough for to get their head in the water, the water it unink the hair. It blessed to be that way.”

Embora a conclusão pareça clara, devemos ser prudentes na leitura do conto. Como explica o recoletor, o relato é provavelmente resultado “de cette adaptation toute spéciale au milieu” (TRILLES, 1905: 141):

Si le narrateur parle des Blancs, c’est que dans son imagination, comme dans celle de ses auditeurs, les Blancs représentent pour lui la Richesse personnifiée. En réalité, il s’agit d’un peuple qui a dû jadis lutter longtemps avec les Fang; les chants intercalés çà et là nous ont conservé son nom: ce sont les Benthoua (...) (*ibid.*).

Poderiam ser multiplicados os exemplos de contos populares africanos representando de forma semelhante a diversificação dos povos. Por outro lado, poder-se-ia observar que também em povos de outras regiões se encontram exemplos do mesmo tipo, como é o caso do Caribe. Segundo informa Hartley Burr Alexander, retomando informação de Boddam Whetman:

The Great Spirit Makanaima made a large mould, an out of this fresh, clean clay the white man stepped. After it got a little dirty the Indian was formed, and the Spirit being called away on business for a long period the mould became black and unclean, and out of it walked the negro. (ALEXANDER, 1920: 271)

Veronika Görög-Karady confirmou na sua tese de doutoramento publicada em 1978 – *Noirs et Blancs. Leur image dans la littérature orale africaine* – a imagem muitas vezes negativa que os negros de si projetam na literatura oral, nela incluídos os textos relacionados com mitos de origem relativos aos povos. Mas, como observou Suzanne Lallemand, estes contos aparentemente masoquistas devem ser lidos com prudência:

Près de la moitié de ces récits ont été recueillis avant 1920, période où les méthodes de collecte et de transcription de la littérature orale ne sont pas au-dessus de tout soupçon: mais surtout, période où l’ethnographe, souvent administrateur ou militaire, ne doute guère de sa supériorité intellectuelle et morale sur les colonisés. (LALLEMAND, 1978: 224-5)

Por outro lado, ainda segundo a mesma autora,

Le fait que ces récits d’Africains aient été racontés à des enquêteurs blancs prend alors un singulier relief: si elle ne met pas en cause leur “authenticité” longuement discutée par l’auteur, cette particularité de leur émission (et peut-

-être de leur production) expliquerait leurs aspects insolites: ces contes des Noirs s’adresseraient non pas à un auditoire autochtone, mais à un partenaire étranger; récits au centre d’un dialogue inégalitaire, ils commenteraient “en abîme” la situation du conteur africain et celle de l’interlocuteur blanc; leur marginalité et leur spécificité d’usage évoqueraient celle de ces masques effectivement fabriqués par des artisans locaux, mais conçus pour la vente aux touristes issus d’autres continents. (LALLEMAND, 1978: 225)

Seja como for, aceitemos esta explicação ou ponhamos a tônica na situação colonial e na imposição da ideologia do colonizador, a verdade é que o tema é complexo, no passado como no presente, em África ou em qualquer outro espaço, atingindo até o campo da ciência. Em agosto de de 2020, um artigo na versão eletrônica do *The Guardian* chamou-me a atenção: sob o título “Decolonising dermatology: why black and brown skin need better treatment”, um médico de clínica geral negro refletia sobre a sua falha em detetar um simples caso de psoríase num seu paciente também negro. Repensando o treino que recebera no domínio da dermatologia, concluía que “I could recall only three occasions when dark skin was used to demonstrate a skin problem” (SINGH, 2020: s/p). Alargando depois a reflexão para a formação médica, mostrava que o sistema estava inteiramente construído na base da pele branca quando o tipo de doenças que afeta as pessoas de outra cor apresenta especificidades diferentes e não só a nível da dermatologia. Vejamos apenas um exemplo:

Medicine seems to have been built with the same solipsism as photography. For instance, pulse oximeters – those devices health workers peg to your finger, which read your oxygen levels by pinging a red light through your skin – were calibrated using white patients, and they have been shown to consistently overestimate oxygen levels in dark-skinned people by up to 7%. (SINGH, 2020: s/p)

Mais de meio século depois do conto do moçambicano Honwana, a pele e a sua cor continuam a justificar formas diferentes de tratar as pessoas e, por vezes, construções claramente racistas. Esquecemos até, como escreve o geneticista Adam Rutherford, que “pigmentation is not a binary trait, even though we use binary terms like black or white” (RUTHERFORD, 2020: 58) e que “there is more genetic diversity in Africa than the rest of the world” (RUTHERFORD, 2020: 59). Neste como noutros casos, o olhar para trás e

para as sobrevivências dos mitos de origem pode ser um caminho útil, mesmo que não resolva todos os problemas.

## Bibliografia

- AFRICA'S 100 best books of the 20th Century. Disponível em <<https://www.ascleiden.nl/content/webdossiers/africas-100-best-books-20th-century>>.
- ALEXANDER, Hartley Burr (1920). *The Mythology of All Races: Volume XI: Latin-American*. Boston: Marshall Jones Company.
- DENNETT, Richard Edward (1898). *Notes on the Folklore of the Fjort (French Congo)*. Introduction by Mary H. Kingsley. London: Folk-lore Society.
- GEHRMANN, Susanne & RIESZ, János (Ed.) (2004). *Le Blanc du Noir Représentations de l'Europe et des Européens dans les littératures africaines*. Münster: LIT Verlag.
- GÖRÖG-KARADY, Veronika (1975). *Stéréotypes ethniques et domination coloniale ; l'image de blanc dans la littérature orale africaine*. “Cahiers d'Etudes Africaines”. 60, pp. 636-647.
- GÖRÖG-KARADY, Veronika (1978). *Noirs et Blancs. Leur image dans la littérature orale africaine. Étude. Anthologie*. Paris: Société d'Etudes Linguistiques et Anthropologiques de France.
- HARRIS, Joel Chandler (1881). *Uncle Remus: His Songs and His Sayings; The Folk-lore of the Old Plantation*. New York: D. Appleton and Company.
- HONWANA, Luís Bernardo (1964). *Nós natámos o Cão-Tinhoso!* Lourenço Marques: [s.n.].
- HONWANA, Luís Bernardo (1965). *The Hands of the Blacks*. “Black Orpheus”. 17 (Jun.), pp. 11-12.
- HONWANA, Luís Bernardo (1967). *The Hands of the Blacks*. “The Sunday Times Magazine”. 26<sup>th</sup> March, pp. 18-19.
- HONWANA, Luís Bernardo (1969). *We Killed Mangy-dog & Other Stories*. Translated by Dorothy Guedes. London: Heinemann Educational Books. (African Writers Series; 60).
- HONWANA, Luís Bernardo (1969). *The Hands of the Blacks*. In *Political Spider: An anthology of stories from 'Black Orpheus'*. Edited by Ulli Beier. London: Heinemann Educational Books, pp. 81-83.
- LALLEMAND, Suzanne (1978). *Compte rendu de V. Görög-Karady, "Noirs et Blancs. Leur image dans la littérature orale africaine. Étude. Anthologie"*. “L'Homme: Revue Française d'Anthropologie”. 18: 3-4, pp. 224-225.

- LOOMIS, Charles Grant (1948). *White Magic: An Introduction to the Folklore of Christian Legend*. Cambridge, Mass.: Mediaeval Academy of America.
- OLIVEIRA, Francisco Xavier Ataíde de (1989). *Contos Tradicionais do Algarve*. Volume II. Lisboa: Vega.
- RUTHERFORD, Adam (2020). *How to Argue with a Racist: History, Science, Race and Reality*. London: Weidenfeld & Nicolson.
- SINGH, Neil (2020). Decolonising dermatology: why black and brown skin need better treatment. *The Guardian*. 13<sup>th</sup> August. Disponível em <<https://www.theguardian.com/society/2020/aug/13/decolonising-dermatology-why-black-and-brown-skin-need-better-treatment>>.
- THOMPSON, Stith (1955). *Motif-Index of Folk-Literature*. 6 vols. Revised and enlarged edition. Indiana: Indiana University Press.
- TRILLES, Henri (1905). *Proverbes, légendes et contes Fang*. “Bulletin de la Société Neuchâteloise de Géographie”, Tome XVI.
- VASCONCELOS, José Leite de (1969). *Contos Populares e Lendas*. Coligidos por ... Coordenação de Alda da Silva Soromenho e Paulo Caratão Soriomenho. Coimbra: Por Ordem da Universidade.

## **A guerra colonial contada às crianças:**

### **Guilherme de Melo e as irresolúveis ambiguidades**

Apesar do amplo debate do tema e das muitas propostas teóricas que foram aparecendo nas últimas décadas, não há ainda consenso quanto aos critérios para a definição das literaturas nacionais africanas e para a inclusão ou exclusão de textos e de autores.

De um modo geral, os historiadores e ensaístas que procuram conceituar o fenómeno admitem a existência de um processo mais ou menos longo de formação de uma tradição literária nacional, considerada simultaneamente como expressão e fator da identidade nacional respetiva. Mais controversa que esse posicionamento é a sua aplicação prática, traduzida na inclusão de certos autores no cânone nacional e na exclusão de outros, sem que os fundamentos sejam explícitos e constantes. Por outro lado, há casos em que a decisão depende da orientação estético-ideológica de cada escritor e respetiva obra ou tem que ver com questões de ordem biográfica um tanto acidentais, o que se afigura demasiado frágil para servir de suporte a uma literatura nacional, que é sempre o produto de um tempo longo, com avanços e recuos, em que a comunidade dos leitores tem um papel decisivo.

O caso que agora apresentarei é de certa maneira único: trata-se de um escritor (e jornalista) que, em duas fases da sua vida, se inseriu em dois sistemas literários, sem que a passagem de um para o outro fosse devidamente assinalada e, mais ainda, com um apagamento quase total da primeira, tacitamente remetida para a silenciada literatura colonial portuguesa. Refiro-me a Guilherme de Melo, nascido em Ressano Garcia, Moçambique, em 1931, ficcionista e poeta moçambicano (ou de Moçambique) até outubro de 1974, que viria a falecer em Lisboa, em 2013, depois de se tornar um romancista português e uma referência da literatura homoerótica.

Há, evidentemente, muitos casos de escritores que nasceram e se afirmaram nas antigas colónias portuguesas e que, na sequência da Revolução dos Cravos ou das independências, prosseguiram em Portugal as suas carreiras, de um modo geral mantendo a orientação que os caracterizava. Mas não creio que haja um caso equivalente ao de Guilherme de Melo, que na então Lourenço Marques se afirmou como contista (publicou em 1960 *A menina Elisa e outros contos*, na “Colecção Textos Moçambicanos” da Associação dos Naturais de Moçambique, e, no ano seguinte, *A estranha aventura*); como poeta (quatro composições suas foram incluídas na antologia *Poetas de Moçambique*, editada pela Casa dos Estudantes do Império em 1962, e muitos outros textos seus foram saindo em revistas e jornais); e também como autor de peças para rádio, romancista e jornalista. O seu reconhecimento em vastos setores da sociedade moçambicana da época valeu-lhe diversos prémios locais, designadamente o António Enes, o Rui de Noronha e o Cidade de Lourenço Marques.

Embora todos esses aspetos da fase moçambicana de Guilherme de Melo mereçam atenção e reflexão, atentemos rapidamente em dois deles: o de romancista e o de jornalista (em particular o de cronista ou colunista).

Na primeira dessas condições, deu ao prelo em 1965, em Lisboa, o livro *As raízes do ódio*, saído por iniciativa de Urbano Tavares Rodrigues, a quem o autor dera a ler o manuscrito numa passagem do então jornalista lisboeta por Moçambique. A obra, que tinha sido escrita entre 1960 e 1962, antes, portanto, do começo da guerra de libertação em Moçambique, foi recebida na metrópole com relativa indiferença, mas suscitou alguma agitação naquele espaço africano, acabando por ser apreendida. Segundo explica Guilherme de Melo no seu romance autobiográfico *A sombra dos dias*, de 1981, a narrativa estaria pensada como parte de uma trilogia que deveria incluir dois outros volumes que acabaram por não ser publicados: *As sementes da violência* e *Os frutos do amor*.

Lido hoje, é possível que o livro de 1965 pareça um romance um tanto banal sobre a juventude urbana da média burguesia colonial numa fase de transição para a idade adulta.<sup>1</sup> Mas a verdade é que o livro, para além de antecipar o romancista que irá emergir em Lisboa a partir de 1981, coloca uma série de questões candentes, a começar pelo racismo, representado a partir da

---

<sup>1</sup> Ver o estudo mais demorado de Tobias Brandenberger (2015), que situa o romance na literatura colonial.

personagem principal, o jovem negro João Tembe, proveniente do lado pobre de Lourenço Marques, a chamada cidade de caniço, e que terá sido inspirado na figura de José Craveirinha. Como o sugere o título, o que está em causa não é ainda a questão colonial nem a luta pela libertação, mas antes a discriminação multifacetada do racismo, que atinge em primeiro lugar o protagonista e a sua família. A denúncia do segregacionismo surge também em episódios como o do protesto de uma branca pelo facto de um negro se sentar ao seu lado no autocarro (numa alusão evidente – e corajosa – ao episódio protagonizado por Rosa Parks em Montgmorey, Alabama, em 1955 e que estaria na base do boicote aos autocarros que se prolongaria por um ano). Em certos momentos, o romance abre espaço a um discurso de denúncia surpreendente para a época (embora literariamente pouco conseguido, justificando a observação de Fernando Venâncio (1991: 13) segundo a qual “Tembe não fala, discursiva.”):

Que sabe das mães negras atiradas para a beira das cidades como cães que ficam toda uma existência à porta dos donos sem nunca lhes ser permitida a entrada, para que não sujem, com as patas, o lustro dos salões a que não têm direito? Que sabe das raparigas nascidas para saciarem os brancos para quem nada mais são do que banais prostitutas, até mesmo antes de o serem? Que sabe o senhor doutor de tudo isto? Que sabe das multidões arrebanhadas à pressa para acorrerem às cidadezinhas e às vilas, de bandeirinha colorida metida na mão para que a acenem enquanto lhes ensinam a gritar “vivas” idiotas, sem contudo lhes terem algum dia chegado sequer a ensinar português, ao senhor ministro ou ao senhor subsecretário de qualquer coisa, que nunca viram, não sabem quem é, ao que vem, e que voltará depois a Lisboa para proferir, aos microfones das emissoras, discursos ridículos sobre o patriotismo das populações nativas? (MELO, 1965: 209)

Paralelamente ocorre também a denúncia da censura e da repressão política, do papel da Mocidade Portuguesa na atrofia intelectual dos mais jovens, da perseguição dos professores menos conformados. Apesar disso, há uma nota de esperança, traduzida na partida para Lisboa do protagonista com uma bolsa de estudos do governo local. E há uma nota humanitária – mas equivocada, como a evolução histórica viria a confirmar – do professor rebelde:

Qualquer coisa de novo está acontecendo à tua volta. Qualquer coisa nascida do sangue, da luta, da violência, da morte e da destruição, mas qualquer coisa de sublime: o reconhecimento do Homem negro como Homem. E é preciso que te não convenças, nem tu nem todos os outros como tu, que o triunfo só poderá

ser atingido unicamente pela morte, pela destruição, pelo sangue e pela luta. Agora, que se reconheceram os erros e se começam a reparar os estragos das injustiças de séculos, oh! João! João! não deixes que o ódio cresça em ti e te domine. Eu sei... eu sei que as raízes estão aí, no teu coração. No teu coração e no de todos os teus irmãos de cor, eu sei, João Tembe... E sei também que não foram vocês que as fizeram brotar por si mesmas. Fomos nós, entendes? nós todos, nós, os brancos, os civilizados, os evoluídos, os senhores e donos, nós é que lá as enterrámos. Nós, fomos nós que plantámos no teu coração e no de todos os outros como tu as raízes do ódio. (MELO, 1965: 237-8)

Por esta e outras razões, não seria este ainda o passo decisivo para a afirmação da ficção moçambicana. Mas não esqueçamos que esta dava ainda os primeiros passos: *Godido e outros contos*, de João Dias, fora publicado em 1952 e *Nós matámos o cão tinhosol*, de Luís Bernardo Honwana, tinha saído em 1964. Não se percebe, portanto, a espécie de sequestro que acabou por impender sobre a obra e o autor.

Vejam agora uma outra faceta de Guilherme de Melo: a de jornalista e de colunista, particularmente no que diz respeito à questão que justifica este estudo – a guerra colonial. Na sua condição de jornalista do *Notícias* de Lourenço Marques, o nosso autor fez diversas reportagens sobre a guerra, designadamente em 1967 e 1968, daí resultando um livro publicado no ano seguinte: *Moçambique, Norte – guerra e paz: reportagem*, que seria depois galardoado com o Prémio Pêro Vaz de Caminha no concurso de Literatura Ultramarina (categoria de reportagem). A dedicatória do volume sugere de imediato a sua orientação:

*A todos quantos – em terra, nas águas, no ar – são a Muralha Viva desta terra portuguesa que se chama Moçambique.  
E em memória de todos quantos lhe deram já a Vida para que portuguesa continue a ser.* (MELO, 1969: [7])

E de facto o volume reflete apenas a posição das autoridades e das forças armadas, afirmando-se mais como texto de propaganda do que como reportagem de guerra. Para começar, a causa do conflito é atribuída a influências estrangeiras e os líderes dos movimentos são sumariamente desqualificados: “Simplesmente, Portugal nada tinha a pactuar, e muito menos com traidores, bandoleiros, indivíduos sem eira nem beira a soldo do estrangeiro, renegados cegos pela ambição, a ânsia do mando, a febre de destruir.” (MELO, 1969: 10).

Situando o início da guerra em 24/08/1964, com o assassinato de um missionário no planalto dos Macondes<sup>2</sup> – e não a 25 de setembro, com o ataque da FRELIMO ao posto administrativo de Chai –, escreve mais à frente Guilherme de Melo:

Dois anos e meios certos sobre essa data, deixo a capital da Província, a cumprir talvez a missão mais alta que até então recebera nos meus quinze anos de jornalismo profissional: pela primeira vez desde que eclodiu, falar aberta e claramente à população do *como e porquê*, das consequências e da verdade dessa subversão tocada do exterior que galgou as fronteiras da terra portuguesa de Moçambique, sacudiu povoações, lançou em disparada gentes indefesas, transformou em archotes palhotas, machambas, cercados de gado. As azagaias com que, simbolicamente, o primeiro golpe foi vibrado, foram substituídas por metralhadoras e bazucas, morteiros e espingardas, vindas da China distante, das fábricas russas e checoslovacas. Explodiram minas pelos trilhos e picadas, armaram-se emboscadas, lançou-se a morte, a destruição, o terror. (MELO, 1969: 12)

Na mesma linha está a apreciação de Eduardo Mondlane, o primeiro presidente da FRELIMO que viria a ser assassinado nesse ano de 1969:

Assim falou o homem que, hoje, à frente do Movimento com que propõe expulsar da terra portuguesa – onde nasceu e onde pôde sempre viver em absoluta igualdade com os demais portugueses, fosse qual fosse a cor da sua pele – justamente tudo o que signifique Portugal, não hesita em tingir de sangue os caminhos desta terra onde a fraternidade imperava. Porquê? Foi porventura ele alguma vez escravizado, perseguido, espezinhado, enquanto aqui viveu? Sentiu ele, por acaso, alguma vez, na carne e na alma, o ferrete do racismo branco, enquanto aqui permaneceu? Decerto que não (...) (MELO, 1969: 17)

Além disso, ao longo dos anos e até à Revolução dos Cravos, Guilherme de Melo foi usando a sua coluna semanal na primeira página do *Notícias* laurentino para apelar à união da população em torno do exército português que combatia a FRELIMO. Vejamos alguns exemplos esclarecedores.

Há textos em que Guilherme de Melo enaltece o papel da polícia na guerra colonial (“A propósito do recente novo estatuto da PSP”) ou a formação de

---

<sup>2</sup> Na verdade, essa ação foi da responsabilidade da MANU (Mozambique African National Union), que assim se quis antecipar à FRELIMO, movimento que se viu assim forçado a iniciar as hostilidades no mês seguinte.

corpos militares moçambicanos (“Um argumento por terra”), ao mesmo tempo que critica duramente os supostos inimigos do regime, como a igreja católica. Veja-se o texto “Os vendilhões do templo” (de 13/01/1974), a propósito da iniciativa de muitas igrejas do Porto contra a guerra colonial, aproveitando a celebração do Dia Mundial da Paz, assinalado no primeiro dia do ano:

Com que direito, então, podem estes dezassete homens encarrapitar-se nos seus púlpitos e gritarem a plenos pulmões tudo isso que nas colunas de um jornal ou numa esquina de rua seria, e com inteira justiça, alvo da enérgica e imediata intervenção das autoridades a quem cabe pôr prontamente cobro ao chamado incitamento à subversão? (...)

Por isso é tempo, mais do que tempo, de, quem de direito, pôr cobro – e de maneira radical e drástica – a estes autênticos abusos de confiança, a estas autênticas traições. Já houve indulgência demais. Já se condescendeu para além dos próprios limites.

Note-se igualmente o veemente desmentido e a crítica à imprensa internacional a propósito daquilo que ficaria conhecido como o massacre de Wiriamu<sup>3</sup> (“Apesar de tudo, uma lição”):

Sem se ter feito, jamais, fosse o que fosse que possa enquadrar-se na acusação miserável que neste momento nos está sendo feita; sem jamais se ter massacrado um só grupo que fosse de pessoas com que por acaso a tropa tope em zona de terrorismo, quanto mais uma povoação em massa; arrostando com toda a espécie de subtis risinhos e de malévola crítica, mas aceitando sempre, de braços abertos, até mesmo os que de armas nas mãos contra nós combatem e até nós vêm para se entregar – inventa-se tudo aquilo e consegue-se, por assim dizer, desencadear contra nós todo esse temporal que por esses ares fora está soprando.

Atente-se ainda, e para terminar, no apelo quase desesperado ao envolvimento da população civil, feito dois meses antes da Revolução dos Cravos. Sublinhando a intervenção na Assembleia Nacional de Jorge Morais Barbosa,

---

<sup>3</sup> Massacre que, a 16 de dezembro de 1972, terá vitimado cerca de 400 habitantes desta localidade do Tete, região central de Moçambique, por ação deliberada da 6.<sup>a</sup> Companhia de Comandos de Moçambique. O caso seria denunciado por missionários, obtendo uma grande repercussão internacional a partir de uma notícia publicada pelo jornal londrino *The Times*, a 10 de julho de 1973, às vésperas de uma visita de estado de Marcelo Caetano ao Reino Unido.

deputado por Moçambique e professor nos Estudos Gerais da então província, escreve Guilherme de Melo:

É tempo de, nas escolas e estabelecimentos de ensino secundário, se criarem cursos práticos de autodefesa, de primeiros socorros; de nas fábricas, oficinas, centros técnicos, se cuidar da aprendizagem no manejo de armas e se ministrarem cursos de defesa e vigilância; de em herdades, plantações, machambas, cantinas, fiquem elas em que zonas ficarem, se instalarem sistemas de alarme, postos de rádio, compartimentos-abrigos – tudo isto e tanta coisa mais que vise à defesa civil e à criação de condições mínimas para que famílias e pequenos núcleos populacionais, serviços, aldeamentos, trabalhadores, se sintam salvaguardados e possam fazer seu dia a dia serenamente. (MELO, 1974b: 1)

Embora possa parecer longa, esta síntese sobre o pensamento político de Melo tem por único objetivo a contextualização do seu livro para crianças *Menino Candulo, senhor comandante...*, lançado duas semanas antes do 25 de Abril e tendo por tema justamente a guerra colonial. De forma alguma pretendo promover o julgamento do autor, que aliás foi revendo a sua postura, começando logo a 04/08/1974, num texto intitulado “O definir de posições”, agora remetido para a p. 3 do mesmo jornal:

Claro que não precisam de mo dizer, até porque tenho e sempre tive, graças a Deus, a lucidez necessária ao meu próprio julgamento e auto-crítica: sim senhor, é verdade que deixei que de mim se servissem despudoradamente em certas alturas, jogando com o meu nome e a minha aceitação junto do grande público. Serviram-se de mim; não me servi, jamais, de quem de mim se serviu. (...) Mas, na altura, o que escrevi escrevi-o sempre com sinceridade e convicção, aceitando como válidos e certos os elementos, os dados e argumentos que, a níveis que naturalmente me mereciam crédito, me eram fornecidos. Tenho disso a plena consciência, como consciência tenho de haver sido, ao longo dos últimos dez anos, o jornalista que mais fortemente contribuiu para formar no grande público uma ideia da Frelimo que, a avaliar pelo que agora está vindo a lume, nada tem a ver com a Frelimo de hoje, graças à evolução dos acontecimentos ao longo desses mesmos anos e ao amadurecimento do próprio Movimento em si, que dele faz, actualmente, uma estrutura séria, politicamente firmada e que nada tem a ver com a guerrilha inicial.

Em conhecida crónica enviada de Londres em 1881, lamentava Eça de Queiroz que, ao contrário do que observava em Inglaterra, não houvesse em Portugal uma literatura para a infância:

Eu às vezes pergunto a mim mesmo o que é que em Portugal lêem as pobres crianças. Creio que se lhes dá Filinto Elísio, Garção, ou outro qualquer desses mazorros sensaborões quando os infelizes mostram inclinação pela leitura. Isto é tanto mais atroz quanto a criança portuguesa é excessivamente viva, inteligente e imaginativa. Em geral, nós outros, os Portugueses, só começamos a ser idiotas – quando chegamos à idade da razão. (QUEIROZ, 1981: 193)

Quase um século depois, na espécie de prefácio que antecede *Menino Candulo*, Guilherme de Melo atribui às suas sobrinhas-netas idêntico comentário: “Mas porque é que na nossa terra não acontecem histórias para a gente, tio?...” (MELO, s/d [1974]: [3]). A queixa era pertinente: tirando alguns contos protagonizados por crianças, não houve de facto uma literatura infantil nas antigas colónias portuguesas em África. Quando muito, é possível apontar alguns casos – mesmo assim pouco numerosos – de uma literatura infantil de temática colonial,<sup>4</sup> com exemplos que começam na década de 1920, como *Mariazinha em África*, de Fernanda de Castro (1925), *O pretinho de Angola*, de César de Frias (1930) ou *Joanito africanista*, de Emília de Sousa Costa (1932). Incidindo sobre espaço moçambicano e aproveitando o exotismo fornecido pela Gorongosa, podemos apontar casos mais tardios, como *Fim de semana na Gorongosa*, da já referida Fernanda de Castro (1969) ou *Aconteceu na Gorongosa*, de Margarida Castel-Branco (1970). Este é aliás um tema que só nos últimos anos começou a merecer alguma atenção, provinda sobretudo da área da história da educação. É o caso de Luís Vidigal, que num trabalho de 1996 chamou a atenção para a importância dos manuais escolares e da literatura para crianças na difusão do ideário nacionalista e colonialista ao longo da primeira fase do Estado Novo.

É bem sabido como a literatura infantil (ou infantojuvenil) aceita demasiadas vezes uma função utilitária que a aproxima da pedagogia e a afasta da literatura, usando uma estrutura narrativa e uma linguagem fortemente marcadas do ponto de vista ideológico. É justamente esse o caso de *Menino Candulo*, em que a explícita posição de Guilherme de Melo a favor das tropas portuguesas e contra a FRELIMO se soma à influência que o ambiente da época já exerceria sobre os prováveis leitores. Como escreveu Peter Hollindale, “Above all, it emerges from this argument that ideology is not something which is

---

<sup>4</sup> Sobre o tema, cf. BLOCKEEL, 2001, *maxime* pp. 353-356.

transferred to children as if they were empty receptacles. It is something which they already possess, having drawn it from a mass of experiences far more powerful than literature.” (HOLLINDALE, 1992: 35). Em todas as épocas, e particularmente em momentos de conflito como o que se vivia em Moçambique, os livros podem ser “weapons in the war of ideas”, como mostrou, a propósito de um cenário diferente, Julia L. Mickenberg (2006: 111).

Esta ligação entre o texto infantil e o contexto de guerra é particularmente visível no caso em questão. Como Melo esclarece no texto introdutório, a história baseia-se numa notícia de jornal, que consegui localizar nas páginas do diário em que o autor trabalhava: cerca de meio ano antes, a 1 de outubro de 1973, na primeira página do *Notícias* de Lourenço Marques, vinha a seguinte notícia:

Apresentaram-se às nossas autoridades cinco crianças da região do aldeamento de Luissa (a cerca de 20 quilómetros de Vila Cabral), que foram raptadas em Maio último pela Frelimo juntamente com um grupo de homens e mulheres.

Candulo Bonomar, de onze anos, Anete Anjida e Lua Uinasi, de nove, Adaima Aíde, de seis, e Abibe Bara, foram levados para a Tanzânia onde, na margem do Rio Rovuma, o grupo raptor procedeu à separação entre adultos e crianças. Estas, formaram um grupo no qual iam integradas as cinco agora apresentadas, e que foi levado para a chamada “escola do Macheje”, lugar também situado nas margens do Rovuma, onde a Frelimo reúne as crianças raptadas.

Foi aí que o Candulo, demonstrando inegáveis e até precoces qualidades de decisão e chefia, passado algum tempo planeou a fuga e expôs o plano às suas quatro amigas e conterrâneas.

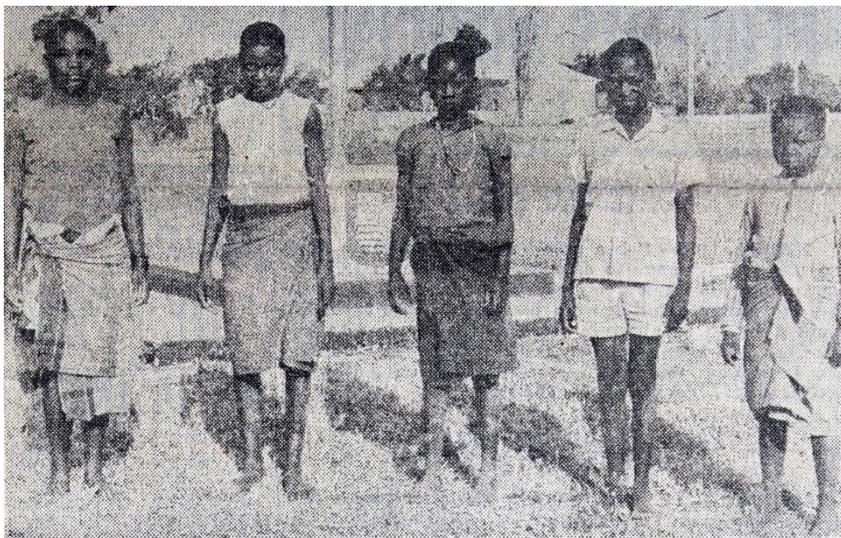
Segundo ele próprio esclarece, não podia aguentar por mais tempo as saudades dos pais, que haviam ficado na Luissa; a fome que passavam – as crianças eram obrigadas a ir semanalmente a Mitomoni buscar a sua própria comida, um farelo de cereais, que lhes era distribuída uma só vez por dia; e o frio que eram obrigados a suportar dormindo ao relento apenas com uma manta a cobri-los.

Resolveu, portanto, fugir. Assim, um dia, os cinco amigos pediram aos chefes da “escola do Macheje” para ir lavar a roupa ao rio, e não voltaram.

Foi este simples plano que serviu ao Candulo para se evadirem, caminhando sós pelo mato durante quatro dias – afoitos a todos os perigos – até que encontraram uma patrulha das nossas tropas que levou as cinco crianças para Pauíla, donde seguiram para Macaloge.

Finalmente, foram transportadas para Vila Cabral e Luissa, onde se encontram.

A notícia vinha acompanhada de uma foto das crianças, alinhadas do mais alto para o mais baixo:



Idêntico relato, no mesmo dia e também na primeira página, aparece no *Jornal de Notícias* do Porto, usando como fonte a ANI (Agência Nacional de Informação). É provável que outros grandes jornais tenham feito o mesmo. Aliás, pelo que pude verificar consultando os periódicos da época, este tipo de notícia era relativamente frequente, estando por certo ao serviço de uma guerra de propaganda contra a FRELIMO promovida pelas autoridades portuguesas. Veja-se, a título meramente ilustrativo, este caso veiculado pelo *Notícias de Lourenço Marques*, a 01/03/1973:

Regressa a casa um garoto de dez anos vítima da Frelimo

NAMPULA, 28 – Dez anos de idade aparente, dois olhos muito vivos ainda não refeitos de um grande espanto, cicatrizes que parecem demais para um corpo tão pequeno: o João Massalmanhe passou nesta cidade, de regresso a casa, em Nangade, procedente de Lourenço Marques.

Há seis meses, a caminho da escola, na vila de Nangade, vindo da “machamba” que cultivam os seus pais Ancume e Fátima, o João deu dois ou três passos para fora da picada, à passagem de um carro, e tropeçou numa armadilha que ao rebotar lhe esfacelou todo o corpo. Embora a gravidade dos ferimentos não permitisse grandes esperanças de que sobrevivesse, foi evacuado num “DO-27” da Força Aérea para o Hospital de Nampula. Daqui seguiu mais tarde para Lourenço Marques. Anteontem chegou outra vez a Nampula, findo o tratamento dos seus graves ferimentos. Hoje, embarcou noutra avião militar, rumo a casa.

Na hora da partida, embora confesse que tem medo de andar de avião, o João Massalmanhe está contente. Vai rever os pais e os dois irmãos e voltará à escola e ao convívio dos outros rapazes que lá aprendem as primeiras letras (o João anda na 1.<sup>a</sup> classe). Vai contar-lhes as grandes casas e os carros que tanto o impressionaram em Lourenço Marques...

Apesar da sua pouca idade, o João sabe – é um conhecimento adquirido por um preço bem alto – que “a Frelimo mata muita gente, muitas pessoas que vão na machamba”. Gente como o pai, que ele “ajuda a tirar mandioca”, e que depois “vai no peixe”, no lago de Nangade, próximo da vila nova que a “Operação Fronteira” está a pôr de pé.

Felizmente não aprendeu só isso. Já viu soldados fazerem surgir do chão casas, oficinas, a sua escola. Já viu os novos campos abertos no mato pelas máquinas. Aprendeu que “os tractores servem para fazer machambas” e sabe o que quer fazer quando for grande: “Gostava de trabalhar com tractores”.

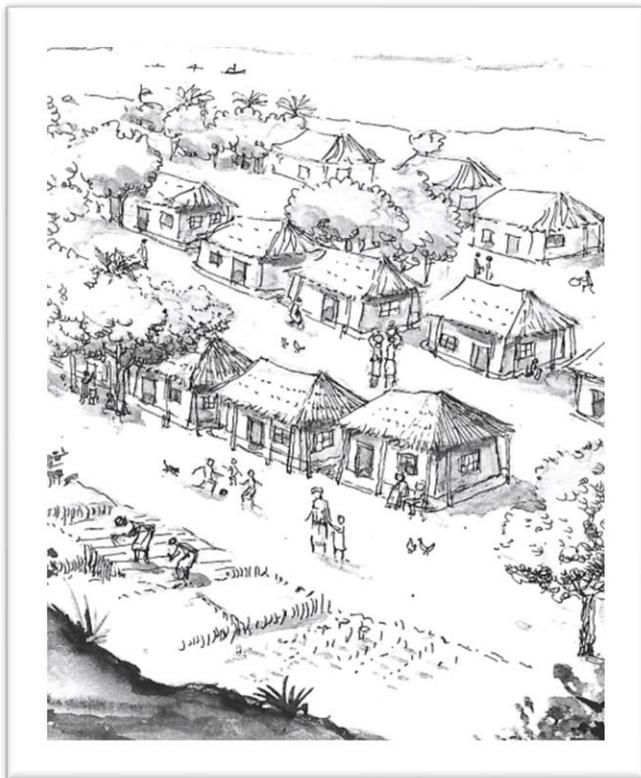
Como se percebe com facilidade, a notícia é pouco isenta: de um lado, a FRELIMO que vitimou um rapaz inocente e “mata muita gente” (embora não se explique de que natureza era a armadilha nem como se chegou à conclusão de que ela fora colocada pela FRELIMO); do outro, a eficácia das Forças Armadas portuguesas, que transferem o ferido para Nampula e para Lourenço Marques, levando-o depois a casa, ao mesmo tempo que fazem “surgir do chão casas, oficinas, a sua escola”. O texto não explica também em que consistia a “Operação Fronteira”, promovida pelo comando militar português, sob a direcção do general Kaúlza de Arriaga: tratava-se da construção em Nangade, na fronteira com a Tanzânia, de uma vila modelo, numa tentativa de reforço da faixa fronteiriça através de uma zona tampão que pudesse impedir a entrada da FRELIMO. O projeto viria a falhar, como era já notório à época da notícia.

O registo do acontecimento em causa não só revela o posicionamento político do jornal como traduz também a superioridade condescendente da sociedade colonial face a um rapaz negro (veja-se a expressão “o João”, em vez de “João”, as frases entre aspas para mostrar o domínio imperfeito do português, a informação de que, apesar de ter dez anos, João frequenta o 1.<sup>a</sup> ano da escola primária).

Feito mais este enquadramento, voltemos então ao texto de Guilherme de Melo, que segue muito de perto a notícia em que se baseou. Usando um narrador de 3.<sup>a</sup> pessoa, opta por um modelo maniqueísta, patente nos cenários, nas personagens, nos valores e nas ilustrações.

O espaço de onde Candulo, o herói, tinha sido levado era pouco menos que idílico: tratava-se de um “aldeamento grande e belo, de arruamentos e casas

confortáveis e aconchegadas onde, dantes, vivia feliz junto dos pais, dos irmãos, dos tios.” (MELO, s/d [1974]: 6)<sup>5</sup>. A ilustração de Araújo Soares (pintor natural de Viana do Castelo, onde faleceu em 2007) apresenta a mesma orientação:



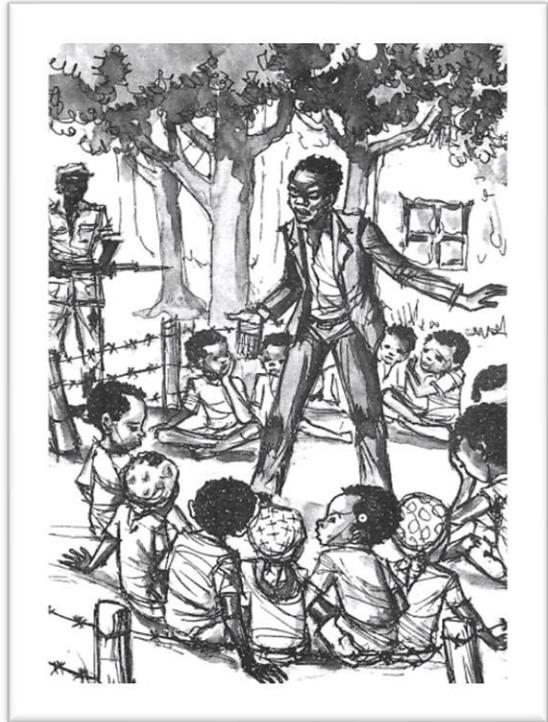
MELO, s/d [1974]:  
11

O lado contrário é sistematicamente designado como “os bandidos”, “os terroristas”, “bandos armados” ou simplesmente “o inimigo”, sendo a sua ação comparada à de um “abutre voraz que se despenha sobre a presa” (p. 10). A escola que as crianças são obrigadas a frequentar é de tipo doutrinário, ensinando o professor que “os portugueses brancos estavam em Moçambique para impedir os moçambicanos negros de serem livres, de estudarem, aprenderem, subirem na vida.” (p. 25). Uma vez mais, a ilustração de Araújo Soares é bem

---

<sup>5</sup> A partir daqui as citações da obra serão acompanhadas apenas da indicação da página.

expressiva, mostrando um espaço de aula à sombra de árvores, mas num recinto cercado por arame farpado, com um soldado armado à vista e um professor de rosto crispado:



MELO, s/d [1974]: 25

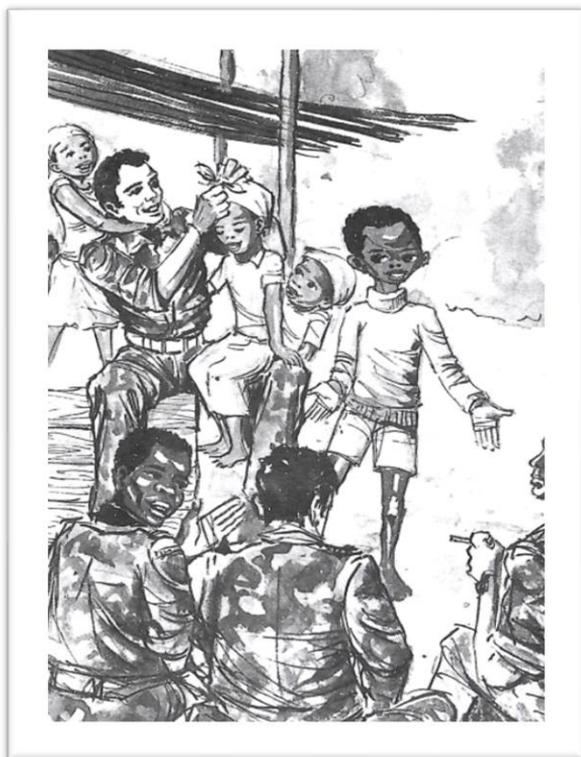
A representação de Candulo – o único rapaz entre quatro meninas – como líder e herói parece muitas vezes forçada, sobretudo quando o autor faz dele porta-voz da doutrina oficial do colonialismo português:

Porque Candulo Bonomar tinha onze anos feitos, era inteligente e vivo e sabia distinguir o bem do mal, o amor do ódio. E sabia que na sua terra brancos, negros, mistos, amarelos viviam lado a lado sem se preocuparem com isso, que as escolas e os liceus e as oficinas de aprendizagem estavam cheios de rapazes e raparigas de todas as cores recebendo a mesmíssima instrução, que nos hospitais e postos de assistência todos os doentes eram tratados de igual modo e que, ao tornar-se homem, se houvesse sempre estudado com vontade e dedicação, teria à sua espera um lugar na vida, com o seu ordenado devido, um ordenado que lhe permitiria ter a sua casa, a sua família, o seu automóvel, como todo e qualquer português independentemente da sua cor. (p. 26)

Como se percebe, a linguagem – não tanto pelo vocabulário, mas sobretudo pela sintaxe, pela frase longa e pela pobreza denotativa – está longe da melhor literatura infantil. O final feliz, nos braços das tropas portuguesas, também não parece particularmente convincente:

Agora, sob a protecção amiga e forte dos soldados da sua terra, já nada os aterrava. Nem a selva que haviam ao longo de dias a fio atravessado. Nem as feras que os haviam rondado. Nem os bandidos que, do lado de cá do rio, a coberto do estrangeiro, guardavam pelas armas os homens e as mulheres e as crianças, como eles, de suas casas e suas terras arrastados. (p. 43)

No mesmo sentido vai a ilustração, na qual as crianças já surgem vestidas à maneira europeia, cuidadas por um grupo multirracial de sorridentes soldados:



MELO, s/d [1974]: 44

Apesar deste esforço, o autor não consegue evitar a cedência a um racismo mais ou menos inconsciente que se pode entrever em passagens como esta: “Por entre brenhas, por sobre valados, descendo a covis, fugindo a micaias, correndo das feras, tropeçando, caindo, voltando a erguer-se, os cinco negrinhos, as cinco crianças assim caminharam, assim avançaram, constantes e firmes.” (39) Pode ser erro de sobreinterpretação da minha parte, mas creio que a expressão “cinco negrinhos” – de resto desnecessária – evoca a conhecida *nursery rhyme*<sup>6</sup> que Agatha Christie usou como título de uma das suas novelas, *Ten little niggers* (equivalente ao *trango-mango* português<sup>7</sup>, que não apresenta, porém, nenhuma nota racial).

---

<sup>6</sup> Ten little nigger boys went out to dine;/ One choked his little self, and then there were nine.// Nine little nigger boys sat up very late;/ One overslept himself, and then there were eight.// Eight little nigger boys traveling in Devon;/ One said he'd stay there, and then there were seven.// Seven little nigger boys chopping up sticks;/ One chopped himself in half, and then there were six.// Six little nigger boys playing with a hive;/ A bumble-bee stung one, and then there were five.// Five little nigger boys going in for law;/ One got in chancery, and then there were four.// Four little nigger boys going out to sea;/ A red herring swallowed one, and then there were three.// Three little nigger boys walking in the zoo;/ A big bear hugged one, and then there were two.// Two little nigger boys sitting in the sun;/ One got frizzled up, and then there was one.// One little nigger boy left all alone;/ He went out and hanged himself and then there were None. Fonte: <<http://onyourmarks.free.fr/ten-littleniggers.html>>.

<sup>7</sup> De vinte e quatro freiras que tinha/ Mandei-as fazer doce:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão doze.// Dessas doze que ficaram/ Mandei-as vestir de bronze:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão onze.// Dessas onze que ficaram/ Mandei-as lavar os pés:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão dez.// Dessas dez que ficaram/ Mandei-as para o dezanove:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão nove.// Dessas nove que ficaram/ Mandei-as comer um biscoito:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão oito.// Dessas oito que ficaram/ Mandei-as para o dezassete:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão sete.// Dessas sete que me ficaram/ Mandei-as cantar os Reis:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão seis.// Dessas seis que me ficaram/ Mandei-as para o João Pinto:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão cinco.// Dessas cinco que ficaram/ Mandei-as cortar tabaco:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão quatro.// Dessas quatro que ficaram/ Mandei-as lá outra vez:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão três.// Dessas três que ficaram/ Mandei-as calçar as luvas:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão duas.// Dessas duas que ficaram/ Mandei-as comer pirúa:/ Deu-lhes o trângulo-trico-trângulo-mângulo nelas,/ Não ficaram senão ùa.// As vinte e quatro freiras que tinha/ fi-las andar numa poeira./ Elas morreram-me todas/ Com uma grande borracheira.” (VASCONCELOS, 1975: I, 68-9).

Por ironia da história, foi efêmero o sucesso do lançamento da obra (visível na foto abaixo), ocorrido a poucos dias da Revolução de Abril de 1974.



Foto da sessão de autógrafos numa livraria de Lourenço Marques  
("Sessão de autógrafos")

Não obstante, o tempo acabaria por fazer emergir outro autor, com o mesmo nome mas uma personalidade diferente, deixando para trás, rasurado pelo silêncio, um passado de mais de quatro décadas. Neste como em tantos outros casos, esse passado nem sempre será motivo de orgulho e nem sempre será passível de recuperação por parte das literaturas nacionais africanas que foram emergindo. Mesmo assim, importa revê-lo: não para julgar, mas para compreender(-nos). Até porque, como o sugere Guilherme de Melo no poema "Identidade", esta é sempre produto de uma dinâmica complexa:

Mas nem a casa imensa  
à beira do tal rio com nome estranho,  
nem o som cavo dos batuques na distância,  
fizeram de mim um africano  
tal como nem o bacalhau e as filhós  
e nem o algodão a fingir de neve

nas quentes, longas noites de Natal,  
conseguiram transformar-me em Europeu.

Entre o Limpopo que banhou a minha infância  
e o Tejo onde agora vaga o meu olhar,  
fica a terra-de-ninguém – o meu exílio –  
onde me pergunto, quem, afinal, sou eu. (MELO, 2011: 21)

## Bibliografia

- AA.VV. (1962). *Poetas moçambicanos*. Sel. de Luís Polanah; Pref. por Alfredo Margarido. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império.
- (1973). *APRESENTARAM-SE às nossas autoridades*. “Notícias”. 1 out., p. 1.
- BLOCKELL, Francesca (2001). *Literatura juvenil portuguesa contemporânea*. Lisboa: Editorial Caminho.
- BRANDENBERGER, Tobias (2014). *Olhar Moçambique: “A sombra dos dias” de Guilherme de Melo*. “Limite: revista de Estudos Portugueses e de la Lusofonia”, pp. 185-206.
- BRANDENBERGER, Tobias (2015). “*Raízes do ódio*” de Guilherme de Melo: uma ‘nova África’? In *Identidades em movimento. A construção nacional na África da língua portuguesa e seus reflexos no Brasil e em Portugal*. Ed. Enrique Rodrigues-Moura e Doris Wieser. Frankfurt am Main: Teo Ferrer e Mesquita, pp. 225-237.
- CASTEL-BRANCO, Margarida (s/d [1970]). *Aconteceu na Gorongosa*. Capa de José Antunes; ilustrações da autora. Lisboa: Editorial Verbo.
- CASTRO, Fernanda de (1969). *Fim de semana na Gorongosa*. Capa e ilustrações por Inês Guerreiro. Lisboa: [s.n.].
- COSTA, Emília de Sousa (1932). *Joanito africanista*. Porto: Livraria Figueirinhas.
- (1973). *DA Tanzânia para Moçambique: Cinco crianças fugiram à Frelimo*. “Jornal de Notícias”. 1 out., p. 1.
- DHADA, Mustafah (2016). *O massacre português de Wiriamu*. Lisboa: Tinta da China.
- FRIAS, César de (1930). *O pretinho de Angola*. Ilustrado por Ilberino dos Santos. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- GARCIA, Francisco Proença (2003). *Análise global de uma guerra: Moçambique: 1964-1974*. Prefácio de Adriano Moreira. Posfácio de Fernando Amaro Monteiro. Lisboa: Prefácio.

- GUSMÃO, Dina (2002). *Guilherme de Melo: um homem sem pressa*. Alpiarça: Garrido Editores.
- HOLLINDALE, Peter (1992). *Ideology and the Children's Book*. In *Literature for Children: Contemporary Criticism*. Ed. Peter Hunt. London and New York: Routledge.
- MELO, Guilherme de (1960). *A menina Elisa e outros contos*. Lourenço Marques: Associação dos Naturais de Moçambique.
- MELO, Guilherme de (1961). *A estranha aventura*. Beira: “Notícias da Beira”.
- MELO, Guilherme de (1965). *As raízes do ódio*. Lisboa: Arcádia.
- MELO, Guilherme de (1969). *Moçambique, Norte – guerra e paz: reportagem*. Lourenço Marques: Minerva Central.
- MELO, Guilherme de (1972). *A volúpia do derrotismo*. “Notícias”. 5 nov., p. 1.
- MELO, Guilherme de (1973a). *A propósito do recente novo estatuto da PSP*. “Notícias”. 21 jan., p. 1.
- MELO, Guilherme de (1973b). *Um argumento por terra*. “Notícias” 22 abr., p. 1.
- MELO, Guilherme de (1973c). *Apesar de tudo, uma lição*. “Notícias”. 15 jul., p. 1.
- MELO, Guilherme de (1974a). *Os vendilhões do templo*. “Notícias”. 13 jan., p. 1.
- MELO, Guilherme de (1974b). *O toque do despertador*. “Notícias”. 10 fev., p. 1.
- MELO, Guilherme de (1974c). *O definir de posições*. “Notícias”. 4 ago., p. 3.
- MELO, Guilherme de (s/d [1974]). *Menino Candulo, senhor comandante...* Lourenço Marques: Empresa Moderna.
- MELO, Guilherme de (1981). *A sombra dos dias*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MELO, Guilherme de (2011). *A raiz da pele*. Atalaia, Montijo: HF – Humanity Friends Books.
- MICKENBERG, Julia L. (2006). *Learning from the Left: Children's Literature, The Cold War, and Radical Politics in the United States*. New York: Oxford University Press.
- QUEIROZ, Eça de (1981). *A literatura de Natal para crianças*. In *Crónicas de Londres / Cartas de Inglaterra*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- (1974) “SESSÃO de autógrafos a repetir amanhã leva a recorde de vendas «Menino Candulo, senhor Comandante»”. “Notícias”. 12 abr., p. 3.
- (1973). “REGRESSA a casa um garoto de dez anos vítima da Frelimo”. “Notícias”. 1 mar., p. 4.
- VALENTIM, J. V. (2010). *Armários devassados: homoerotismo e resistência na ficção de Guilherme de Melo*. “Terra Roxa e Outras Terras”. 18, pp. 78-88.
- VALENTIM, J. V. (2013). *Entrevista com Guilherme de Melo*. “Via Atlântica”. 24, pp. 283-294.
- VASCONCELOS, José Leite de (1975). *Cancioneiro popular português*. I. Coord. e int. de Maria Arminda Zaluar Nunes. Coimbra: Acta Universitatis Coimbrigensis.

VENÂNCIO, Fernando (1991). *Infame, ou talvez nem isso*. “Jornal de Letras, Artes e Ideias”. 24 dez., p. 13.

VIDIGAL, Luís (1996). *Entre o exótico e o colonizado: imagens do outro em manuais escolares e livros para crianças no Portugal Imperial (1890-1945)*. In *Para uma história da educação colonial / Hacia una historia de la educación colonial*. Ed. António Nóvoa *et al.* Porto e Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação / Educa.



## Proveniência dos textos

- Visões portuguesas de Marrocos: de um território *nosso* a um país para todos – Comunicação apresentada, em francês, ao colóquio *Morocco Through Foreign Eyes / Le Maroc vu par les étrangers*. Université Abdelmalek Es Saadi, Faculté des Lettres et des Sciences Humaines (Tetuão), 30-31 de março de 2022.
- Para quem de *O escravo*: os poemas de José Evaristo d’Almeida – Comunicação apresentada ao encontro *Escrita e escritas africanas: Jornada de homenagem a Alberto Carvalho: 40 anos na FLUL, 35 anos no CLEPUL*. FLUL, 2 de dezembro de 2010; uma versão foi publicada em *REVELL – Revista de Estudos Literários da U. Estadual de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande. II: 7 (2.º semestre de 2013), pp. 62-77.
- *Lost in translation? O escravo e A ilha dos escravos* – Comunicação apresentada, em inglês, à *IV CHAM International Conference: Innovation, Invention and Memory in Africa*. FCSH da UNL, 17-19 de julho de 2019; publicado, também em inglês, em *Macabéa: revista eletrônica do Núcleo de Estudos de Teoria Linguística e Literária*. Crato, CE: Universidade Regional do Cariri. 10: 1 (jan.-mar. de 2021), pp. 481-488.
- Entre casados e irmãos: crimes de honra em Germano Almeida, García Márquez e Pirandello – Publicado em *LexCult: revista eletrônica de Direito e Humanidades*. Tribunal Regional Federal da 2.ª Região. Rio de Janeiro. 6: 3 (2022), pp. 69-91.
- Craveirinha, a messe e os operários: cinco trabalhos que não são de Hércules – Comunicação apresentada ao colóquio *‘Na madrugada dos meus olhos pardos’*: José Craveirinha sem anos/amos (1922-2022). FLUP, 27 de maio de 2022.
- *Galinha à cafreal*: José Craveirinha meio século depois – Comunicação apresentada ao 4.º Congresso internacional *“Pelos mares da língua portuguesa”*.

U. de Aveiro, 23-25 de maio de 2018; publicado em FERREIRA, António Manuel *et al.*, ed. *Pelos mares da literatura em português*. Frankfurt: Peter Lang, pp. 161-172.

• *O neorrealismo do pé esquerdo*: José Craveirinha e o desporto no Moçambique colonial – Comunicação apresentada ao *VI Encontro Internacional Desporto e Lazer em África: o desporto, o lazer e a construção da ideia de nação no continente africano*. FLUP, 22-23 de junho de 2022 (com Marina Leme Rosa e Julite Luiz).

• *Honwana e Harper Lee: matar e não matar, do mockingbird ao cão tihoso e à cobra* – publicado, em inglês, em *CEM: Cultura, Espaço & Memória*. Porto. 9 (2018), pp. 319-324.

• “As mãos dos pretos”: racismo e mitos de origem – Comunicação apresentada, em inglês, ao colóquio *Les mythes des origines, points de rencontre entre philosophies européennes et africaines*. FLUP, 27 e 28 de outubro de 2020; publicado, também em inglês, em *Africana Studia*. Porto. 22 (2021), pp. 85-93.

• A guerra colonial contada às crianças: Guilherme de Melo e as irresolúveis ambiguidades – Comunicação apresentada ao *II Encontro internacional de língua portuguesa e relações lusófonas*. Instituto Politécnico de Bragança, 17-19 de outubro de 2019; publicado em *Tinta Journal*. University of California, Santa Barbara. Second series: I (2020), pp. 1-20.







ISBN 978-989-93548-5-6



9 789895 354856